



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLV - Nº 154

QUARTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 1990

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

TERMO DE POSSE DO SENHOR DR. WANDERLEY VALLIM DA SILVA NO CARGO DE GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Às 15h35min do dia treze de novembro do ano de um mil novecentos e noventa, perante o Senado Federal, reunido em sessão pública no plenário da Casa, na cidade de Brasília, capital da República Federativa do Brasil, sob a direção da Mesa do Senado Federal, compareceu o Senhor Doutor Wanderley Vallim da Silva, o qual foi solenemente empossado no cargo de Governador do Distrito Federal, para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do disposto no art. 16 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo sido sua indicação apro-

vada pelo Senado Federal. E por ser verdade, lavrou-se o presente termo de posse, que é assinado pelo empossado e pelos membros da Mesa.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1990. - Wanderley Vallim da Silva - Iram Saraiva - Mendes Canale - Mauro Benevides

TERMO DE POSSE DO SENHOR DR. MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO NO CARGO DE VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Às 15:36 horas do dia treze de novembro do ano de um mil novecentos e noventa, perante o Senado Federal, reunido em Sessão Pública no Plenário da Casa, na cidade de Brasília, Capital da República Federati-

va do Brasil, sob a direção da Mesa do Senado Federal, compareceu o Senhor Dr. Marco Aurélio Martins Araújo, o qual foi solenemente empossado no cargo de Vice-Governador do Distrito Federal, para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do disposto no art. 16 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo sido sua indicação aprovada pelo Senado Federal. E por ser verdade, lavrou-se o presente termo de posse, que é assinado pelo empossado e pelos membros da Mesa.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1990. Marco Aurélio Martins Araújo - Iram Saraiva - Mendes Canale - Mauro Benevides.

SUMÁRIO

1 - ATA DA 179ª SESSÃO, EM 13 DE NOVEMBRO DE 1990

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Ofício do Ministro das Relações Exteriores

- Nº 17/90, encaminhando informações prestadas pelo Ministério das Relações Exteriores sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 334, de 1990.

1.2.2 - Mensagem do Sr. Governador do Distrito Federal

- Nº 134/90-BF (nº 107/90-GAG, na origem), solicitando a substituição do anexo II do Projeto de Lei do DF nº 60/90, enviado ao Senado através da Mensagem nº 105/90-DF.

1.2.3 - Leitura de projeto

- Projeto de Lei do Senado nº 205/90, de autoria do

Senador Márcio Lacerda, que dispõe sobre o trabalho do menor aprendiz e dá outras providências.

1.2.4 - Comunicação

- Do Senador Meira Filho, referente ao seu desligamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

1.2.5 - Requerimento

- Nº 416/90, de urgência para o Projeto de Lei do

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PÓRTO**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 1.069,00

Tiragem: 2.200-exemplares.

Senado nº 128/90, que dá nova redação ao artigo 3º da Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, que institui a taxa de fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários e dá outras providências.

1.2.6 - Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA - Transcrição do editorial do jornal O Estado de S. Paulo, sob o título Missão Flecha de Lima.

SENADOR JAMIL HADDAD, como Líder - Solenidade comemorativa dos 37 anos de fundação da Petrobrás, realizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Defesa do monopólio estatal do petróleo.

SENADOR MARCONDES GADELHA - Oferecimento, pelo Governador do Estado de São Paulo, de instalações do Memorial da América Latina para sediar definitivamente o Parlamento Latino Americano.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES - Indicação do funcionário Guido Faria de Carvalho para Secretário-Geral da Mesa.

1.2.7 - Comunicação da Presidência

- Presença na Casa dos Srs. Wanderley Vallin da Silva, Governador em exercício do Distrito Federal, e Marco Aurélio Martins Araújo, que deverão ser empossados, nesta oportunidade, como Governador e Vice-Governador do Distrito Federal, respectivamente.

1.2.8 - Posse dos Srs. Wanderley Vallin da Silva,

no cargo de Governador, e do Sr. Marco Aurélio Martins Araújo, no cargo de Vice-Governador do Distrito Federal.

1.2.9 - Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES - Situação de cacauicultura no País.

1.2.10 - Requerimento

- Nº 417/90, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 203/89, de sua autoria.

1.2.11 - Comunicações

- Dos Senadores Wilson Martins, Nabor Júnior e Aluízio Bezerra, que se apresentarão dos trabalhos da Casa no período de 14 a 19 do corrente.

1.2.12 - Comunicação da Presidência

- Recebimento do Relatório de Auditoria Operacional realizado na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, na área do Fundo de Investimento do Nordeste-FINOR, do Presidente do Tribunal de Contas da União.

1.3 - ORDEM DO DIA

Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1990, de autoria do Senador Marco Maciel, que restabelece o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Extinção da urgência nos termos do Requerimento nº 418/90.**

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 1990, que estima

a Receita e fixa a Despesa do Estado de Roraima para o exercício financeiro de 1991. **Aprovado nos termos do parecer da Comissão do Distrito Federal. A Comissão Diretora para redação final.**

Projeto de Resolução nº 56, de 1990, que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a celebrar operação de compra e venda com financiamento externo junto à empresa MLW Intermed-Import, da República Democrática Alemã, no valor de CL\$-RDA 8.259.367,50. **Aprovado. A Comissão Diretora para redação final.**

Requerimento nº 76, de 1990, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos regimentais, a inserção em ata de um voto de regozijo pela passagem do trigésimo aniversário da inauguração de Brasília, bem assim, seja transmitida, ao Senhor Governador do Distrito Federal, a homenagem que o Senado presta a mais um aniversário da Capital Federal. **Aprovado.**

Requerimento nº 363, de 1990, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 1989, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a definir as terras indispensáveis à preservação ambiental, integrantes dos bens da União e dos estados, na forma do art. 23, itens VI e VII, da Constituição. **Rejeitado.**

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e al-

tera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal. Retirada da pauta.

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1989, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros Senhores Senadores, que dispõe sobre a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores. Retirada da pauta.

Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1989, de autoria do Senador Marcos Mendonça e outros 24 Senhores Senadores, que acrescenta artigo ao texto constitucional prevendo a criação e definindo a competência do Conselho Nacional de Remuneração Pública. Retirada da pauta.

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1990, de autoria do Senador Márcio Lacerda e outros Senhores Senadores, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Retirada da pauta.

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1990, de autoria do Senador Matar Machado e outros Senhores

Senadores, que suspende a aplicação do art. 62 e altera o § 2º do art. 64 da Constituição Federal. Retirada da pauta.

1.3.1 - Matéria apreciada após a Ordem do Dia

- Requerimento nº 416/90, lido no Expediente da presente sessão. Aprovado.

1.3.2 - Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ODACIR SOARES, como Líder - Dívida externa brasileira.

SENADOR NELSON WEDEKIN, como Líder - Programa de apoio à capacitação tecnológica, lançado pelo Governo federal.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG - Necessidade de lei que regulamente os excessos nas programações de televisão.

SENADOR JOSÉ FOGAÇA - Renegociação da dívida externa brasileira.

SENADOR JORGE BORNHAUSEN - Eleição de S. Exª para o Conselho da República.

SENADOR RUY BACELAR - Manutenção do escritório Esai, da Petrobrás, em Salvador.

SENADOR JOÃO CALMON - Gestão do Ministro Carlos Sant'Anna, no Ministério da Educação.

1.3.3 - Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 - ENCERRAMENTO

2 - ATOS DO PRESIDENTE

- Nºs 231 a 234/90

3 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

- Ata da 17ª reunião ordinária, realizada em 17-10-90

- Resolução nº 26/90

4 - MESA DIRETORA

5 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 179ª Sessão, em 13 de novembro de 1990 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura Presidência dos Srs. Iram Saraiva, Pompeu de Sousa e Antônio Luiz Maya

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

- Nabor Júnior - Odacir Soares - Ronaldo Aragão - João Menezes - Almir Gabriel - Carlos Patrocínio - Antônio Luiz Maya - Alexandre Costa - Chagas Rodrigues - Afonso Sancho - Mauro Benevides - Marcondes Gadelha - Humberto Lucena - Marco Maciel - Mansueto de Lacerda - João Nascimento - Francisco Rollemberg - Lourival Baptista - Jutahy Magalhães - Ruy Bacelar - Gerson Camata - João Calmon - Hydekell Freitas - Jamil Haddad - Ronan Tito - Maurício Corrêa - Severo Gomes - Fernando Henrique Cardoso - Mário Covas - Mauro Borges - Iram Saraiva - Antônio Alves - Pompeu de Sousa - Meira Filho - Lourenberg Nunes Rocha - Mendes Canale - Rachid Saldaña Derzi - Wilson Martins - Leite Chaves - Affonso Camargo

- Jorge Bornhausen - José Paulo Bisol - José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - A lista de presença acusa o comparecimento de 43 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

- É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Nº 17/90, de 12 do corrente, encaminhando informações prestadas pelo Ministério das Relações Exteriores sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 334, de 1990, de autoria do Senador Jutahy Magalhães.

MENSAGEM DO GOVERNADOR DISTRITO FEDERAL

Nos seguintes termos:

MENSAGEM Nº 134, DE 1990-DF

(Nº 107/90-GAG, na origem)

Brasília, 13 de novembro de 1990

Senhor Presidente:

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exª para encarecer a substituição do Anexo II da Mensagem nº 105/90, à vista de incorreção detectada posteriormente ao seu encaminhamento a essa Casa.

Ao ensejo, apresento a V. Exª protestos de apreço. - Wanderley Vailim da Silva, Governador do Distrito Federal.

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO				
ANEXO A LEI No.			RECURSOS DO TESOURO	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
01000	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL			9.000.000
01001	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL			9.000.000
01001.01020322.001	0000			9.000.000
	FISCALIZACAO E CONTROLE DA ARRECADACAO E APLICACAO DOS RECURSOS PUBLICOS			
00001				9.000.000
	FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS			
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		9.000.000	
11000	GABINETE DO GOVERNADOR			13.000.000
11001	GABINETE DO GOVERNADOR			13.000.000
11001.03070202.003	0000			7.550.000
	ASSESSORAMENTO SUPERIOR			
00003				7.550.000
	FUNCIONAMENTO DO GABINETE MILITAR			
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		7.550.000	
11001.03070212.003	0000			5.450.000
	COORDENACAO DAS MEDIDAS DE APOIO AS ASSOCIACOES DE MORADORES			
00002				5.450.000
	APOIO AO CONSUMIDOR			
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.377.000	
	INVESTIMENTOS		4.073.000	
13000	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			376.000.000
13001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			20.000.000
13001.03090212.010	0000			5.000.000
	COORDENACAO DAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E MODERNIZACAO DA ACAC GOVERNAMENTAL			
00001				5.000.000
	FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO				
ANEXO A LEI No.		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13001.03090242.12610000	MANUTENCAO DO PROCESSAMENTO DE DADOS DO SISTEMA DE ORCAMENTO			15.000.000
0004	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS			15.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		15.000.000	
13003	REGIAO ADMINISTRATIVA I - BRASILIA			190.000.000
13003.10585752.19910000	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS EM BRASILIA			32.000.000
0010	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS			32.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		32.000.000	
13003.10603274.00110000	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA EM BRASILIA			68.000.000
0010	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA			68.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		68.000.000	
13003.10603284.00810000	CONSERVACAO DE AREAS AJARDINADAS EM BRASILIA			90.000.000
0001	CONSERVACAO DE AREAS AJARDINADAS			90.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		90.000.000	
13004	REGIAO ADMINISTRATIVA II - GAMA			17.500.000
13004.10585752.06910000	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DO GAMA			5.500.000
0002	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS			5.500.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.500.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO				
ANEXO A LEI No.		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13004.10603272.01510000	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DO GAMA			12.000.000
	0002			12.000.000
	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA			
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		12.000.000	
13005	REGIAO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA			27.000.000
13005.03070212.01610000	ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL EM TAGUATINGA			12.000.000
	0006			12.000.000
	FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO			
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		12.000.000	
13005.10603272.01910000	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DE TAGUATINGA			15.000.000
	0003			15.000.000
	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA			
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		15.000.000	
13006	REGIAO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLANDIA			5.200.000
13006.10585752.07510000	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DE BRAZLANDIA			3.200.000
	0004			3.200.000
	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS			
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.200.000	
13006.10603272.02010000	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DE BRAZLANDIA			2.000.000
	0004			2.000.000
	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA			
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO				
ANEXO A LEI No.		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13007	REGIAO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO			9.000.000
13007.10585752.078	0000 CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DE SOBRADINHO			4.000.000
	10005 CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS			4.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.000.000	
13007.10603272.022	0000 CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DE SOBRADINHO			5.000.000
	10005 MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA			5.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.000.000	
13008	REGIAO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA			10.000.000
13008.10585732.081	0000 CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DE PLANALTINA			6.000.000
	10006 CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS			6.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		6.000.000	
13008.10603272.024	0000 CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DE PLANALTINA			4.000.000
	10006 MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA			4.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.000.000	

CRS 1.00

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DO TESOURO	
ANEXO A LEI No.					
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
13009	REGIAO ADMINISTRATIVA VII - PARANOA			12.800.000	
13009.10585754.004	0000			12.800.000	
	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DO PARANOA				
	0011			12.800.000	
	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS				
	NATUREZA DA DESPESA				
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		12.800.000		
13010	REGIAO ADMINISTRATIVA VIII - NUCLEO BANDEIRANTE			11.500.000	
13010.10585752.066	0000			9.500.000	
	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DO NUCLEO BANDEIRANTE				
	0001			9.500.000	
	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS				
	NATUREZA DA DESPESA				
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		9.500.000		
13010.10603272.013	0000			2.000.000	
	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DO NUCLEO BANDEIRANTE				
	0001			2.000.000	
	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA				
	NATUREZA DA DESPESA				
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.000.000		
13011	REGIAO ADMINISTRATIVA IX - CEILANDIA			31.000.000	
13011.10585752.116	0000			11.000.000	
	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DE CEILANDIA				
	0008			11.000.000	
	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS				
	NATUREZA DA DESPESA				
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		11.000.000		

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO				
ANEXO A LEI No.		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13011.10603272.091:0000	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DE CEILANDIA			20.000.000
10009	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA			20.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000	
13012	REGIAO ADMINISTRATIVA X - GUARA			12.000.000
13012.10585752.084:0000	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DO GUARA			4.000.000
10007	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS			4.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.000.000	
13012.10603272.026:0000	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DO GUARA			8.000.000
10007	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA			8.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		8.000.000	
13013	REGIAO ADMINISTRATIVA XI - CRUZEIRO			5.000.000
13013.10585752.163:0000	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DO CRUZEIRO			3.000.000
10009	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS			3.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO				
ANEXO A LEI No.			RECURSOS DO TESOURO	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13013.10603272.16210000	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DO CRUZEIRO			2.000.000
	10009			2.000.000
	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA			
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.000.000	
13014	REGIAO ADMINISTRATIVA XII - SAMAMBAIA			25.000.000
13014.03070212.19310000	ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL EM SAMAMBAIA			5.000.000
	10024			5.000.000
	FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO			
		NATUREZA DA DESPESA		
		INVESTIMENTOS	5.000.000	
13014.10585752.19510000	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DE SAMAMBAIA			15.000.000
	10012			15.000.000
	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS			
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000.000	
13014.10603272.19610000	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DE SAMAMBAIA			5.000.000
	10012			5.000.000
	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA			
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO A LEI No.

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
14000	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO			450.000.000
14001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO			450.000.000
14001.03070212.02910000	DIRECAO E COORDENACAO DOS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS			410.000.000
10001	FUNÇIONAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO			30.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		30.000.000	
10002	MANUTENCAO DOS TRANSPORTES INTERNOS			90.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		80.000.000	
10003	MANUTENCAO DE PROPRIOS			300.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		300.000.000	
14001.03070212.03210000	ENCARGOS COM ADMINISTRACAO DE MATERIAL			6.000.000
10001	ENCARGOS COM ADMINISTRACAO DE MATERIAL			6.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		6.000.000	
14001.03070252.17110000	SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS			4.000.000
10006	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS			4.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLENENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO				
ANEXO A LEI No.			RECURSOS DO TESOURO	
COOIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
14001.03070242.007:0000	CONSERVACAO DE PREDIOS E PROPRIOS DO PODER PUBLICO			30.000.000
10001	CONSERVACAO E MANUTENCAO DOS PREDIOS E PROPRIOS DO PODER PUBLICO			30.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		30.000.000	
15000	SECRETARIA DA FAZENDA			12.702.000.000
15001	SECRETARIA DA FAZENDA			12.702.000.000
15001.03090212.035:0000	ADMINISTRACAO E CONTROLE FAZENDARIO			10.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DA FAZENDA			10.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS DE CORRENTES		10.000.000	
15001.03090212.151:0000	DESPESAS COM EXERCICIOS ANTERIORES			20.000.000
10001	PAGAMENTO DE DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			20.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		10.000.000	
	INVESTIMENTOS		10.000.000	
15001.03080242.172:0000	SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS			15.000.000
10014	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS			15.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		15.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DO TESOURO	
ANEXO A LEI No.					
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
15001.03080302.08610000	CADASTRO E CONTROLE DA ARRECADACAO			125.000.000	
10001	CADASTRO E CONTROLE DA ARRECADACAO			125.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA				
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		125.000.000		
15001.03080332.12710000	JUROS E AMORTIZACAO DA DIVIDA PUBLICA CONTRATADA			200.000.000	
10001	JUROS E AMORTIZACAO DA DIVIDA PUBLICA CONTRATADA			200.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA				
	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		150.000.000		
	AMORTIZACAO DA DIVIDA		50.000.000		
15001.03044922.03110000	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			100.000.000	
10001	FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			100.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA				
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		100.000.000		
15001.07090311.06810000	FINANCIAMENTO A PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO			2.232.000.000	
10001	FINANCIAMENTO A PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO			2.232.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA				
	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	2.232.000.000			

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO A LEI No.		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
16000	SECRETARIA DE EDUCACAO			76.000.000
16002	SECRETARIA DE EDUCACAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS (*)			76.000.000
16002.08070212.038	0000			76.000.000
	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA FUNDACAO EDUCACIONAL			
	0001			76.000.000
	FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO EDUCACIONAL			
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		76.000.000	
46001	FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL			76.000.000
46001.08070212.038	0000			76.000.000
	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA FUNDACAO EDUCACIONAL			
	0001			76.000.000
	FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO EDUCACIONAL			
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		76.000.000	
17000	SECRETARIA DE SAUDE			318.000.000
17002	SECRETARIA DE SAUDE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS (*)			308.000.000
17002.13754282.982	0000			308.000.000
	ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR			
	0001			250.000.000
	FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO HOSPITALAR			
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		250.000.000	
	0003			58.000.000
	HOSPITAIS E DEHAIS UNIDADES DE SAUDE DA REGIONAL DE BRASILIA			
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		58.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO				
ANEXO A LEI No.			RECURSOS DO TESOURO	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
47001	FUNDACAO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL			308.000.000
47001.13754282.18210000	ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR			308.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO HOSPITALAR			250.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		250.000.000	
10003	HOSPITAIS E DEMAIS UNIDADES DE SAUDE DA REGIONAL DE BRASILIA			58.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		58.000.000	
17003	INSTITUTO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL			10.000.000
17003.13750212.09510000	EXECUCAO DAS ATIVIDADES DE BIOLOGIA MEDICA E COMBATE AS ENDEMIAS			10.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL			10.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		10.000.000	
18000	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			200.000.000
18002	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - ENTIDADES SUPERVISIONADAS(*)			200.000.000
18002.15810212.04710000	EXECUCAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			67.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO DO SERVICO SOCIAL			67.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		67.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO				
ANEXO A LEI No.		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
18002.15814832.91010000	MANUTENCAO DE MENORES DECRETADA PELO PODER JUDICIARIO			5.400.000
0001	MANUTENCAO DE MENORES EM SITUACAO IRREGULAR			5.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.000.000	
0002	PROMOCAO DO ATENDIMENTO AO MENOR INFRATOR			400.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		400.000	
18002.15814832.91510000	INICIACAO PROFISSIONAL DE MENORES			20.000.000
0001	INICIACAO PROFISSIONAL DE MENORES			20.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000	
18002.15814832.91810000	PROMOCAO DO ATENDIMENTO A MENORES CARENTES			28.900.000
0001	PROMOCAO DO ATENDIMENTO A MENORES CARENTES			28.900.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		28.900.000	
18002.15814832.97610000	ASSENTAMENTO DA POPULACAO DE BAIXA RENDA			50.000.000
0001	ASSENTAMENTO DA POPULACAO DE BAIXA RENDA			50.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		50.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO				
ANEXO A LEI No.			RECURSOS DO TESOURO	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
118002.15814872.91910000	PROMOCAO DA Acao COMUNITARIA			20.000.000
10001	PROMOCAO DA Acao COMUNITARIA			20.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000	
118002.15814872.98810000	PROMOCAO DO ARTESANATO			1.750.000
10001	PROMOCAO DO ARTESANATO			1.750.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.750.000	
118002.15814862.85910000	MANUTENCAO DO CENTRO DE APOIO SOCIAL E ASSISTENCIA A MIGRANTES E MENDIGOS			6.950.000
10001	MANUTENCAO DO CENTRO DE APOIO SOCIAL E ASSISTENCIA A MIGRANTES E MENDIGOS			6.950.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		6.950.000	
48001	FUNDACAO DO SERVICO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL			200.000.000
48001.15810212.04710000	EXECUCAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			67.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO DO SERVICO SOCIAL			67.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		67.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO A LEI No.

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
48001.15814832.11010000	MANUTENCAO DE MENORES-DECRETADA PELO PODER JUDICIARIO			5.400.000
0001	MANUTENCAO DE MENORES EM SITUACAO IRREGULAR			5.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.000.000	
0002	PROMOCAO DO ATENDIMENTO AO MENOR INFRATOR			400.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		400.000	
48001.15814832.11510000	INICIACAO PROFISSIONAL DE MENORES			20.000.000
0001	INICIACAO PROFISSIONAL DE MENORES			20.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000	
48001.15814832.11810000	PROMOCAO DO ATENDIMENTO A MENORES CARENTES			28.900.000
0001	PROMOCAO DO ATENDIMENTO A MENORES CARENTES			28.900.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		28.900.000	
48001.15814832.17610000	ASSENTAMENTO DA POPULACAO DE BAIXA RENDA			50.000.000
0001	ASSENTAMENTO DA POPULACAO DE BAIXA RENDA			50.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		50.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO				
ANEXO A LEI No.		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
48001.15814872.119:0000	PROMOCAO DA Acao COMUNITARIA			20.000.000
0001	PROMOCAO DA Acao COMUNITARIA			20.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000	
48001.15814872.158:0000	PROMOCAO DO ARTESANATO			1.750.000
0001	PROMOCAO DO ARTESANATO			1.750.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.750.000	
48001.15814842.059:0000	MANUTENCAO DO CENTRO DE APOIO SOCIAL E ASSISTENCIA A MIGRANTES E HENDIGOS			6.950.000
0001	MANUTENCAO DO CENTRO DE APOIO SOCIAL E ASSISTENCIA A MIGRANTES E HENDIGOS			6.950.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		6.950.000	
19000	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			371.000.000
19001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			100.000.000
19001.10070251.187:0000	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE PREDIOS E PROPRIOS DO PODER PUBLICO			75.000.000
0001	CONSTRUCAO DO PREDIO DA CAMARA LEGISLATIVA			75.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	INVESTIMENTOS	75.000.000		

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO				
ANEXO A LEI No.		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
19001.16915751.10110000	IMPLANTACAO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZACAO			25.000.000
10001	IMPLANTACAO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZACAO			25.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	INVESTIMENTOS	25.000.000		
19002	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS (*)			106.000.000
19002.10070212.05010000	EXECUCAO DE OBRAS E SERVICOS DE URBANIZACAO			106.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL			106.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		100.000.000	
	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		1.000.000	
	AMORTIZACAO DA DIVIDA		5.000.000	
49001	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL			106.000.000
149001.10070212.05010000	EXECUCAO DE OBRAS E SERVICOS DE URBANIZACAO			106.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL			106.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		100.000.000	
	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		1.000.000	
	AMORTIZACAO DA DIVIDA		5.000.000	
19003	SERVICO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA			165.000.000
19003.10070212.05410000	EXECUCAO DAS ATIVIDADES DE COLETA DE LIXO E LIMPEZA DE VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS			165.000.000

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO				
ANEXO A LEI No.			RECURSOS DO TESOURO	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10001	FUNCIONAMENTO DO SERVICO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA			165.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		100.000.000	
	INVESTIMENTOS		65.000.000	
20000	SECRETARIA DE TRANSPORTE			380.000.000
20001	SECRETARIA DE TRANSPORTE			380.000.000
120001.03070212.13410000	SUBSIDIO AO TRANSPORTE COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL			280.000.000
10001	SUBSIDIO AO TRANSPORTE COLETIVO			280.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		280.000.000	
120001.03070212.15010000	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CAIXA UNICO E INFORMACOES DE TRANSPORTES URBANOS			100.000.000
10001	SISTEMA DE CAIXA UNICO			40.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		40.000.000	
10002	SISTEMA DE INFORMACOES			60.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		60.000.000	
21000	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUCAO			40.000.000
21002	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUCAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS (*)			40.000.000
121002.04070212.85610000	EXECUCAO DE PROGRAMAS DE FOMENTO AGROPECUARIO E PRESERVACAO DOS RECURSOS NATURAIS			20.000.000

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO				
ANEXO A LEI No.		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10001	FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO ZOOBOTANICA			20.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000	
121002.04180212.89410000	DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - ENATER			20.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DA EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL			20.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000	
51001	FUNDACAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL			20.000.000
51001.04070212.05610000	EXECUCAO DE PROGRAMAS DE FOMENTO AGROPECUARIO E PRESERVACAO DOS RECURSOS NATURAIS			20.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO ZOOBOTANICA			20.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000	
51003	EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - ENATER			20.000.000
51003.04180212.09410000	DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - ENATER			20.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DA EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL			20.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO				
ANEXO A LEI No.		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
22000	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA			27.000.000
22002	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS (*)			20.000.000
22002.16915732.86310000	COORDENACAO DAS ATIVIDADES DO DETRAN			20.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO			20.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000	
52001	DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL			20.000.000
52001.16915732.06310000	COORDENACAO DAS ATIVIDADES DO DETRAN			20.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO			20.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000	
22003	POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			7.000.000
22003.06300251.01810000	PLANO DE EDIFICACOES DA POLICIA MILITAR			7.000.000
10001	CONSTRUCAO DA SEDE DO QUARTO BATALHAO DA POLICIA MILITAR - GUARA			7.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	INVESTIMENTOS	7.000.000		
23000	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE			150.000.000
23002	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS (*)			50.000.000
23002.08070212.84110000	EXECUCAO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRACAO DO SISTEMA CULTURAL			24.000.000

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO A LEI No.

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	0001			24.000.000
	FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO CULTURAL			
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		24.000.000	
23002.00070212.909:0000				7.000.000
	MANUTENCAO DO TEATRO NACIONAL DE BRASILIA			
	0001			7.000.000
	FUNCIONAMENTO DO TEATRO NACIONAL DE BRASILIA			
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		7.000.000	
23002.00482472.842:0000				19.000.000
	PROMOCOES CULTURAIS			
	0001			19.000.000
	REALIZACAO DE PROMOCOES CULTURAIS			
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		19.000.000	
53001	FUNDACAO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL			50.000.000
53001.00070212.041:0000				24.000.000
	EXECUCAO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRACAO DO SISTEMA CULTURAL			
	0001			24.000.000
	FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO CULTURAL			
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		24.000.000	
53001.00070212.109:0000				7.000.000
	MANUTENCAO DO TEATRO NACIONAL DE BRASILIA			
	0001			7.000.000
	FUNCIONAMENTO DO TEATRO NACIONAL DE BRASILIA			
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		7.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO				
ANEXO A LEI No.		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
53001.08492472.04210000	PROMOCOES CULTURAIS			19.000.000
0001	REALIZACAO DE PROMOCOES CULTURAIS			19.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		19.000.000	
23004	DEPARTAMENTO DE EDUCACAO FISICA, ESPORTES E RECREACAO			100.000.000
23004.08460212.00610000	PLANEJAMENTO, PROMOCAO E COORDENACAO DA POLITICA DE EDUCACAO FISICA, DESPORTOS E RECREACAO			100.000.000
0001	FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE EDUCACAO FISICA ESPORTES E RECREACAO			100.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		100.000.000	
24000	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			150.000.000
24003	DEPARTAMENTO DE TURISMO			150.000.000
24003.11650212.00410000	PLANEJAMENTO E COORDENACAO DAS ATIVIDADES DE SUPORTE AO TURISMO			60.000.000
0001	FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO			60.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		60.000.000	
24003.11653632.00510000	PROMOCOES E DIVULGACOES TURISTICAS DO DISTRITO FEDERAL			90.000.000
0001	REALIZACAO DE PROMOCOES E EVENTOS			50.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		50.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO				
ANEXO A LEI No.			RECURSOS DO TESOURO	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	0002			40.000.000
	PROMOCOES TURISTICAS			
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.000.000	
25000	SECRETARIA DO TRABALHO			35.000.000
25001	SECRETARIA DO TRABALHO			35.000.000
125001.14070211.02010000	PROMOCAO DE CURSOS DE FORMACAO DE MAO-DE-OBRA			35.000.000
	0001			35.000.000
	FORMACAO DE MAO-DE-OBRA ESPECIALIZADA			
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.000.000	
26000	SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL			95.000.000
26001	SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL			95.000.000
126001.03070232.11310000	DICULGACAO E PUBLICIDADE			95.000.000
	0001			25.000.000
	PUBLICACAO DE ATOS OFICIAIS, ANUNCIOS E EDITAIS			
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.000.000	
	0002			70.000.000
	REALIZACAO DE CAMPANHAS E EVENTOS			
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.000.000	

AL

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO A LEI No.

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
39000	RESERVA DE CONTINGENCIA			208.000.000
39000	RESERVA DE CONTINGENCIA			208.000.000
39000.99999999.999	0000			208.000.000
	RESERVA DE CONTINGENCIA			
19999				
	RESERVA DE CONTINGENCIA			208.000.000

(*) NOTA: UNIDADE(S) TRANSFERIDORA(S) NAO SOMA(M) NO TOTAL DESTA ANEXO

T O T A L 12.374.000.000 13.018.000.000 15.602.000.000

O SR. PRESIDENTE (Pompau de Sousa) — O expediente lido vai à publicação. (Pausa.)

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 205, DE 1990**

Dispõe sobre o trabalho do menor aprendiz e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Considera-se menor aprendiz o trabalhador maior de 12 e menor de 18 anos, cujo contrato de trabalho obriga o empregador a submetê-lo à formação profissional metódica do ofício ou ocupação para cujo exercício foi contratado.

Parágrafo Único. No respectivo contrato o menor aprendiz assume o compromisso de observar e cumprir as normas do regime de aprendizagem.

Art. 2º A empresa se obriga a propiciar a formação profissional metódica ao menor que se realizará mediante processo educacional específico, com desdobramento do ofício ou ocupação em operações ordenadas, de acordo com programas previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo Único. Todas as empresas, nos termos da legislação vigente, terão que manter menores e aprendizes em seu quadro de servidores.

Art. 3º Compete ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, ouvidas as entidades interessadas, Senai, Senac, sindicatos laborais e patronais, elaborar a relação completa dos ofícios ou ocupações sujeitas ao regime de aprendizagem profissional metódica, estabelecendo os limites máximos de tempo de aprendizagem para cada ofício ou ocupação.

§ 1º O tempo máximo de aprendizagem para qualquer ofício ou ocupação não poderá exceder 30 meses.

§ 2º O menor aprendiz poderá, a qualquer tempo requerer ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, o exame de habilitação para o exercício do respectivo ofício ou ocupação, considerando-se encerrado o processo de aprendizagem se conseguir a devida habilitação.

Art. 4º Os cursos de formação profissional metódica poderão ser ministrados pelo Senai,

Senac ou por entidades privadas, desde que devidamente reconhecidos na forma da lei.

Parágrafo Único. A aprendizagem também poderá ser oferecida pelas próprias empresas, desde que os cursos sejam aprovados, e fiscalizada e sua execução, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 5º Os cursos de aprendizagem metódica somente poderão ser ministrados dentro do horário normal de trabalho, sendo proibido às empresas matricular os menores aprendizes em cursos noturnos.

Art. 6º Nas atividades comerciais, considerar-se-á menor aprendiz o trabalhador menor matriculado à expensas da empresa até a 3ª série em ginásio comercial, a que se refere a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, desde que asseguradas as regalias previstas nessa lei.

Art. 7º Os aprendizes são obrigados à frequência do curso de aprendizagem em que estejam matriculados, de acordo com o horário escolar estabelecido, mesmo nos dias em que não haja trabalho na empresa.

Art. 8º Correrão por conta do empregador todas as despesas com a manutenção do menor aprendiz no curso de formação profissional, inclusive, quando for o caso, na aquisição de qualquer material didático ou de treinamento.

Art. 9º São requisitos necessários à contratação do menor aprendiz:

a) idade mínima de 12 anos e não superior a 18 anos;

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

c) atestado médico considerando o menor apto, física e mentalmente, para o desempenho da atividade profissional;

d) contratação para exercício de atividade que demanda formação profissional metódica, constante da relação oficial do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 10. O contrato de aprendizagem somente se aperfeiçoa se for previamente anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social do menor, com identificação do curso, instituição que o irá ministrar e o seu tempo de duração.

Art. 11. Os contratos de trabalho dos menores serão registrados no Ministério do Trabalho e Previdência Social, no

prazo de 15 dias, contados de sua celebração.

Art. 12. Ao menor aprendiz são assegurados todos os direitos trabalhistas e previdenciários outorgados aos empregados pela legislação vigente.

Parágrafo Único. O tempo do período de aprendizado será computado no tempo de serviço do trabalhador menor para todos os efeitos legais.

Art. 13. O contrato de aprendizagem implica para o menor aprendiz a obrigação de prestar trabalho ao empregador no período da jornada em que não estiver seguindo o curso de aprendizagem.

Parágrafo Único. Haverá, obrigatoriamente, um intervalo de, no mínimo, 2 horas, entre o término das aulas do curso de formação profissional e o início do serviço na empresa, ou vice-versa.

Art. 14. Considerar-se-á justa causa motivada pelo empregador o cometimento ao menor aprendiz de função diferente daquela a que está sendo submetido no regime de aprendizagem metódica.

Art. 15. Será considerado justa causa para a dissolução do contrato de trabalho o fato de o menor aprendiz não cumprir com fidelidade, correção e exaustão suas obrigações discentes, com ausências repetidas e injustificadas ao curso ou falta de aproveitamento escolar.

Art. 16. O menor aprendiz gozará de estabilidade provisória no emprego pelo período de duração do curso de aprendizagem, somente podendo ser despedido por justa causa, conforme o disposto no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, ou pelos motivos mencionados no artigo anterior.

§ 1º A dispensa imotivada do menor aprendiz importará na sua reintegração ao emprego, por decisão judicial, até a conclusão do curso a que estiver sendo submetido.

§ 2º É defeso à empresa retirar ou substituir menor aprendiz já devidamente matriculado em curso de aprendizagem.

§ 3º A empresa é obrigada a manter o menor aprendiz no curso de aprendizagem quando, nessa condição, tiver sido contratado.

Art. 17. Encerrado o curso de aprendizagem e não tendo a empresa interesse na permanência

do empregado, a rescisão contratual se dará como na despedida imotivada no contrato de trabalho por tempo indeterminado.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem por objetivo disciplinar o trabalho do menor aprendiz, a fim de evitar com que as empresas explorem esse tipo de trabalhador.

Trata-se de um dos mais importantes institutos de apoio ao trabalhador, pois propicia a este, quando menor — na faixa dos 12 aos 18 anos de idade — uma formação profissional metódica, que irá permitir-lhe ingressar definitivamente no mercado de trabalho, como um profissional devidamente treinado e qualificado.

A necessidade de disciplinar este relacionamento impõe-se até por força da legislação vigente, tendo em vista que algumas das obrigações decorrentes do contrato de aprendizagem são bastante diferenciadas daquelas do contrato de trabalho comum.

Torna-se, portanto, conveniente e oportuno estabelecer certas normas e princípios, que deverão nortear este relacionamento empregatício sui generis.

O projeto considera menor aprendiz o trabalhador com idade entre 12 a 18 anos, e determina que a empresa se obriga a propiciar a ele formação profissional metódica, oferecendo-lhes cursos relacionados em lista elaborada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, ouvidos os órgãos interessados, tais como o Senai, o Senac e as entidades sindicais.

A proposição prevê que tais cursos poderão ser ministrados por quaisquer entidades, públicas ou privadas, sendo que, neste último caso, dependerão de aprovação e fiscalização dos órgãos próprios do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Ao empregador cabe arcar com todas as despesas de manutenção do menor aprendiz no curso de formação profissional, inclusive na aquisição do material didático ou de treinamento, competindo ao menor, sob pena de despedimento por justa causa, freqüentar e cumprir

com correção e exatidão seus deveres discentes.

O projeto prevê ainda a estabilidade provisória do trabalhador aprendiz, durante todo o período do curso de formação, bem como a impossibilidade de a empresa substituir ou retirar o menor já matriculado.

Assegura, ainda, ao trabalhador menor todos os direitos trabalhistas e previdenciários, inclusive a contagem do tempo de aprendizagem para todos os efeitos legais.

Finalmente, trata o projeto de lei, ora submetido ao exame dos ilustres pares, de estabelecer que a rescisão do contrato de trabalho do menor aprendiz, ao término do curso, se fará observando-se os procedimentos da despedida imotivada do contrato de trabalho por tempo indeterminado, gerando, portanto, ao trabalhador o direito a Aviso Prévio, à multa do FGTS e ao seu saque, além das demais cominações legais.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1990. — Senador **Márcio Lacerda**.

(À Comissão de Assuntos Sociais — Decisão Terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente. (Pausa.)

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 1ª de novembro de 1990

Exmª Senhor

Senador Nelson Carneiro

DD. Presidente do Senado Federal

Nesta

Senhor Presidente,

Sirvo-me da presente para comunicar a V. Exª e a esta Casa o meu desligamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, continuando, entretanto, a velar pelos ideais democráticos do nosso País.

Nesta oportunidade, reitero os melhores votos de consideração e a minha respeitosa estima. — Senador **Meira Filho**.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O expediente lido vai à publicação. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 416, DE 1990

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 128, de 1990.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1990. — **João Lobo — Mauro Benevides — Oziel Carneiro — Maurício Corrêa — Jutahy Magalhães**.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do art. 240, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador **Lourival Baptista**.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, O Estado de S. Paulo, em sua edição de 10 de outubro passado, publicou um primoroso editorial sobre "A Missão Flecha de Lima", denso de conceitos realistas, e exemplar concisão, resumindo objetivamente os episódios relativos ao regresso dos brasileiros que se encontravam dispersos e retidos em território iraquiano, trabalhando em projetos das empresas Mendes Júnior, Volkswagen, Maxion e Hop, surpreendidos com a explosão do grave conflito do Golfo Pérsico, gerado pela invasão e ocupação do Kuwait por tropas do Governo do Iraque.

Depois de advertir que a "Missão Flecha de Lima", em face de sua extrema complexidade e das dificuldades conjunturais de uma ameaçadora crise internacional, agravada pelo boicote econômico imposto pela ONU contra o Governo daquele país, parecia inviável e poderia abreviar a carreira do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, com um possível malogro, O Estado de S. Paulo afirmou que, todavia ao contrário do que se presumia, ele voltou consagrado pelo êxito do seu desempenho que... "certamente se inscreverá entre os exercícios clássicos da diplomacia brasileira".

Enaltecendo o sucesso do ilustre negociador brasileiro, o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, O Estado de S. Paulo assim concluiu, paro-

diando Shakespeare: "Tudo está bem, quando termina bem".

Ao requerer a incorporação ao texto deste conciso pronunciamento do mencionado editorial, eu desejaria assinalar que sobre o desenvolvimento e o êxito da aludida missão, no contexto da crise do Golfo Pérsico, proferi discurso na sessão de 9 de outubro passado, no Senado Federal, analisando diversos aspectos dos referidos problemas.

Nessa oportunidade, felicitei o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Francisco Rezek, e a diplomacia brasileira, pelos bons resultados obtidos no desenrolar dos mencionados episódios, que tranquilizaram o Governo e o País. (Muito bem! Palmas.)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM
SEU DISCURSO:**

Quarta-feira, 10 de outubro de 1990 - O Estado de S. Paulo - 3

A MISSÃO FLECHA DE LIMA

Há pouco mais de três semanas, o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima recebia do Presidente da República missão que parecia impossível: retirar do Iraque todos os brasileiros que lá trabalhavam, sem no processo comprometer a adesão de Brasília ao boicote comercial imposto pela ONU. A dificuldade da missão permitia até pensar que ela se revestia de aspecto de punição: fora o Embaixador Flecha de Lima quem inspirara as relações especiais com Bagdá que agora constriam o Governo Collor de Mello; ele, portanto, que usasse seus conhecimentos pessoais no Iraque para encerrar essa etapa das relações bilaterais. Assim, o embaixador foi retirado de seu exílio dourado em Londres, onde chefiava a representação brasileira depois de ter sido a eminência parda dos ministros das Relações Exteriores do Governo Sarney e de ter sido respingado pelo escândalo da Fundação Cabo Frio. Para muitos observadores, o Embaixador Flecha de Lima abreviaria sua carreira com um malogro.

Ao contrário, ele volta consagrado. Seu desempenho certamente se inscreverá entre os exercícios clássicos da diplomacia brasileira. Mas sempre ficarão dúvidas sobre a necessidade dessa missão e seus reais objetivos. Fica à tona a impressão de que o Governo brasileiro quis afirmar ao mundo por esse meio sua adesão às resoluções da ONU.

Se assim foi, o movimento suscitou nos iraquianos a sensação de que o Brasil cedeu de pressa demais às pressões norte-americanas; e certamente não terá satisfeito os "falcões" que fazem a política dos EUA para o Iraque e gostariam de assistir a demonstrações mais agressivas do Brasil.

Nunca é cedo demais para se começar a tirar lições de um episódio como esse. É intenção manifesta do Governo fazer que o Brasil se torne cada vez mais parte do mundo interdependente pelo comércio, pela tecnologia e pelo fluxo financeiro. Mas esse mundo não é pacífico e será cada vez menos — como prova a crise do Golfo — à medida que as causas endógenas dos conflitos regionais forem sendo liberadas pelo arrefecimento das tensões Leste-Oeste e pelo recuo das posições antes mantidas pelas superpotências. Assim, maior presença no mundo significará número crescente de brasileiros em regiões potencialmente instáveis ou em áreas conflagradas. O que acaba de acontecer no Iraque poderá não ser uma exceção na história diplomática do País, mas sim a primeira de uma série de situações. Uma convivência internacional ampliada, feita à base de interesses comerciais (e políticos), obriga o Governo a preparar-se para eventualidades como a que acaba de ser superada, bem como para outras que impliquem ameaça maior a brasileiros no exterior. Tanto custa não se isolar.

Nas relações entre os estados, as crises raramente determinam o porvir; é a solução das crises, a maneira como elas são resolvidas, que se transforma em marco da convivência. A missão Flecha de Lima tornou-se relevante por possibilitar o retorno dos brasileiros e deixar patente que o futuro importa mais que os acontecimentos circunstanciais do presente. As dificuldades do momento podem ser contornadas; já com o futuro temos todos um encontro inadiável. O futuro foi, portanto, o instrumento de persuasão usado pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, que teve de equilibrar-se "entre o entendimento cordial e a pressão diplomática", conforme balanço feito pelo enviado especial William Waack na edição de terça-feira.

O negociador brasileiro, entretanto, não contou apenas com o intangível. Os acordos de suspensão dos contratos de serviço das empresas brasileiras no Iraque comprometem con-

cretamente o Governo brasileiro com o reinício dos trabalhos agora interrompidos tão logo a situação no Golfo se normalize. Isto é, assim que as sanções da ONU forem suspensas. Não foi à toa que o Ministro Francisco Rezek, ao receber os últimos brasileiros vindos do Iraque, afirmou que "todos os laços civis e comerciais entre os dois países são perfeitamente reconstituíveis".

Tudo está bem quando termina bem. Fica de todo o episódio, contudo, a lição de que parte importante da política externa de um país não pode depender basicamente de relações pessoais, seja para seu estabelecimento seja para superação de crises. A diplomacia pessoal, como a sorte, tem limites que é melhor não esticar.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad, como Líder.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ, Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tive a honra de comparecer, ontem, a um ato comemorativo dos 37 anos de fundação da Petrobrás, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Lá estavam presentes o autor da lei que criou a Petrobrás, o monopólio estatal, o ex-Deputado Euzébio Rocha; o grande brasileiro, Presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho; um grande lutador das causas democráticas, Edmundo Muniz; os Deputados Federais Mário Lima, Luiz Alfredo Salomão, Edmilson Valentim; a Direção da Associação dos Engenheiros da Petrobrás; lideranças sindicais; e brasileiros que estão integrados na luta pela manutenção do monopólio estatal do petróleo.

A sessão foi requerida pelo Deputado Estadual Eduardo Chuai, e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro encontrava-se repleta, pois o momento não era de alegria mas de alerta, porque sentimos que há, por parte do Presidente da Petrobrás, o intuito de manipular a opinião pública para, quando da revisão constitucional de 1993, tentar desmoralizar a grande empresa nacional, respeitada internacionalmente, e acabar com o monopólio estatal do petróleo.

Sr. Presidente, recebi um documento de uma revista especializada em petróleo, *Oil & Gas Journal*, de 29 de outubro do corrente ano, do qual fiz a tradução de parte:

FIM DO MONOPÓLIO?

Teixeira, que tomou posse em 23 de outubro, é a favor de finalizar o monopólio da Petrobrás na exploração, produção e distribuição do petróleo.

Ele atribuiu a si próprio elaborar uma proposta de emenda à Constituição do Brasil, que será revisada pelo Congresso em 1993, visando à privatização da companhia. Teixeira afirmou ainda que vai acelerar a privatização dos setores petroquímico e de fertilizante da companhia, que não requerem emenda constitucional.

Teixeira lembrou mais uma vez que a reforma administrativa e a modernização da companhia devem estar em sintonia com as diretrizes governamentais no setor do funcionalismo público, visando ao aumento da produção de óleo, à modernização tecnológica, à reestruturação dos preços dos derivados e à proteção ambiental.

O mais notável, Teixeira afirma: vê com simpatia os contratos de risco com as companhias estrangeiras, proibidos pela nova Constituição, promulgada em 1988.

O novo presidente da Petrobrás quer também aumentar o papel da Braspetro, em assegurar novos suprimentos de petróleo para o Brasil e aumentar a utilização doméstica de gás, através da importação de gás natural.

A Petrobrás é totalmente capaz de competir com as companhias privadas e não precisa ser um monopólio, afirmou Teixeira.

Aqui, Sr. Presidente, há um trecho que merece ser analisado com profundidade:

O novo Congresso eleito no começo de outubro tem uma maioria conservadora pró-Collor, que aumenta as perspectivas para a mudança da cláusula do monopólio na Constituição.

Representantes de empresas internacionais de petróleo, no Brasil, reagiram positivamente ao discurso do novo Presidente, mas assinalaram que Teixeira e o Governo enfrentarão uma dura batalha política para forçar a privatização.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é uma revista especializada em petróleo, editada nos

Estados Unidos, que traz, além desse trecho, também um artigo extenso, analisando a saída de Luís Carlos da Motta Veiga da Presidência da Petrobrás. O interessante é que o comentário declara que as empresas internacionais de petróleo reagiram positivamente ao discurso. O intuito dessas empresas é, na realidade, assumir o controle da Petrobrás, assumir o controle da distribuição da venda do refino, enfim, tomar conta do que a Petrobrás faz.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Nobre Senador Jamil Haddad, a Presidência se sente na contingência de alertar V. Ex^a quanto ao tempo.

O SR. JAMIL HADDAD — Estou encerrando, Sr. Presidente. Quero dizer ainda que, ao final, eles se mostram preocupados, esta será uma dura batalha política para forçar a privatização. Não tenham dúvida aqueles que pretendem privatizar a Petrobrás. Iniciou-se, ontem, no Rio de Janeiro, uma campanha nacional em defesa do monopólio estatal do petróleo.

Será muito difícil, reverter o quadro e tirar da Petrobrás o controle do monopólio estatal para atender os grandes interesses internacionais.

Eram estas palavras, Sr. Presidente, que queria deixar consignadas nos Anais da Casa, nesta tarde. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Obrigado pela compreensão de V. Ex^a.

Com a palavra o nobre Senador Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA (PFL — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há uma comunicação que julgo muito importante fazer a este Plenário.

Ontem, o Exm^o Sr. Governador do Estado de São Paulo, Dr. Orestes Quêrcia, decidiu oferecer as instalações do Memorial da América Latina para sediar, em caráter permanente, definitivo, o Parlamento Latino-Americano na cidade de São Paulo.

Considero este fato, Sr. Presidente, um marco na história da integração latino-americana e também um marco na história do Parlamento Latino-Americano, só comparável à sua própria institucionalização em novembro de 1987, na cidade de Lima.

Passo a ler, Sr. Presidente, fac-símile que recebi ontem, na qualidade de Presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, de parte do Sr. Governador Orestes Quêrcia:

GABINETE DO GOVERNADOR
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Of/GG/25/90

São Paulo, 12 de novembro de 1990

Exm^a Senhor

Senador Marcondes Gadelha

DD. Presidente do Grupo Brasileiro do

Parlamento Latino Americano

Brasília — DF

Senhor Senador Marcondes Gadelha,

Conforme conversamos dias atrás, venho à presença de Vossa Excelência, para comunicar que é decisão deste Governo do Estado de São Paulo, oferecer as instalações para o funcionamento do Parlamento Latino-Americano dentro do conjunto arquitetônico que compõe o Memorial da América Latina em São Paulo.

Essa decisão leva em conta o tratado de Institucionalização do Parlamento Latino-Americano, subscrito pelo Brasil em novembro de 1987, em Lima, e a expectativa de que o nosso País venha a sediar o Parlamento Latino-Americano em caráter definitivo.

Gostaríamos de receber em São Paulo, o mais próximo possível uma Comissão do Parlamento Latino-Americano, para detalharmos o oferecimento junto ao arquiteto Oscar Niemeyer e à Direção do Memorial da América Latina.

Atenciosamente, Orestes Quêrcia, Governador de São Paulo.

Sr. Presidente, esse fato de extraordinária relevância, esse gesto elevado do Governador de São Paulo mostra a sua visão de homem público e o seu discernimento quanto ao futuro da nossa pátria comum latino-americana.

Essa decisão do Governador Orestes Quêrcia é importante para o Brasil, num primeiro plano, porque consolida a nossa posição e a nossa imagem como o País que deu o impulso

mais relevante, nos últimos tempos, à causa da integração latino-americana.

É importante também, para o Estado de São Paulo, que, sendo hoje o pólo que irradia cultura e economia neste País, passe também a ser um foco irradiante nas relações internacionais, pois que o Parlamento Latino-Americano tende a fazer convergir todas as ações integracionistas na América Latina. Finalmente, Sr. Presidente, eu diria que é importante também para o próprio Parlamento Latino-Americano, pois o fato de se ter uma sede fixa, o fato de se ter uma base operacional física para o Parlamento Latino-Americano lhe dá uma força simbólica extraordinária e abre caminho para outras ações que já antevemos desde agora. A partir do momento em que tenhamos a sede física, permanente, definitiva do Parlamento Latino-Americano, à semelhança do que acontece com o Parlamento Europeu, na cidade de Estrasburgo, está aberto também o caminho para a realização de eleições diretas para o Parlamento Latino-Americano e estão criadas as condições necessárias e suficientes para que esta instituição passe a ser o foro adequado e o porta-voz mais autorizado a falar em nome da América Latina como um conjunto integrado.

Ora, Sr. Presidente, temos naturalmente algumas etapas a cumprir antes que tenhamos já concretizado este objetivo.

De acordo com o próprio texto do documento enviado pelo Governador Orestes Quêrcia, a sua proposição está em consonância com o tratado de institucionalização que dá substância e vida ao Parlamento Latino-Americano, pois que o seu art. 8º dispõe que a Assembléia-Geral do Parlamento Latino-Americano decidirá sobre a sede permanente da instituição.

Logicamente daremos conhecimento à Junta Diretiva do Parlamento Latino-Americano, para que seja convocada uma Assembléia Geral extraordinária, com a finalidade de homologar essa decisão. Nenhuma dúvida nos assiste, neste momento, quanto à aceitação, quanto à decisão da Assembléia Geral do Parlamento Latino-Americano, seja porque já tenhamos conhecimento do pensamento de alguns próceres dessa Entidade, seja porque entendemos a oferta do Governador Orestes Quêrcia como rigorosamente irrecusável por parte do Parlamento Latino-Americano. Primeiro, porque não existe na América Latina nenhum conjunto

arquitetônico elaborado com tamanha propriedade para sediar o Parlamento Latino-Americano. Segundo, pela significação que tem a cidade de São Paulo e que tem o Brasil dentro do contexto integracionista na hora presente.

Sr. Presidente, entendemos que a aceitação será pacífica, que a homologação será feita por unanimidade, por parte do Parlamento Latino-Americano, e que, em breve espaço de tempo, teremos concretizado esse propósito de termos, em São Paulo, o que seria o equivalente, o espelho, a semelhança do que representa o Parlamento Europeu para a comunidade européia integrada.

Sr. Presidente, quanto ao espírito do Memorial da América Latina, quanto à sua adequação a essa finalidade, também não nos assiste nenhuma dúvida.

Sr. Presidente, quando o próprio arquiteto Oscar Niemeyer concebeu o Memorial da América Latina, parecia estar lobrindo no horizonte, ao largo, a consecução desse propósito que agora se encaminha.

É de Oscar Niemeyer este pequeno texto que passo a ler, sobre a sua concepção a respeito do Memorial da América Latina:

"Poucos temas me deram tanta alegria ao projetá-los como o Memorial da América Latina. Primeiro, pelo sentido político que apresentava: reunir os povos deste Continente para, juntos, discutirem os seus problemas, trocando experiências, lutando pelos direitos desta América Latina tão explorada e ofendida."

Precisava dizer mais, Sr. Presidente, para que entendêssemos, nas entrelinhas deste texto, como primeiro propósito que norteou a concepção do Memorial da América Latina o objetivo político de se criar um fórum adequado para a discussão de problemas, dos objetivos e dos propósitos da nossa pátria integrada?

Da leitura deste texto de Oscar Niemeyer, fica claro que, por uma dessas inspirações do artista, ele já vislumbrava a possibilidade de que, mais cedo ou mais tarde, aquele conjunto arquitetônico belíssimo viesse abrigar um fórum representativo da América Latina, ou seja, o seu próprio Parlamento.

Assim sendo, Sr. Presidente, no momento em que agradecemos ao Governador Orestes Quêrcia, comprometemo-nos a dar

seqüência ao seu oferecimento. Nos termos do último parágrafo de sua proposta, designaremos uma comissão para o detalhamento desse oferecimento junto ao arquiteto Oscar Niemeyer, para que sejam examinadas as modificações que porventura se façam necessárias, de maneira a se conseguir o essencial para o funcionamento do Parlamento Latino-Americano dentro daquele conjunto, ou seja, um plenário, as salas para uma secretaria geral que completarão o conjunto harmonioso, junto com outras instalações que lá se encontram — biblioteca, o Centro de Criatividade, o Palácio dos Atos — e outras instalações necessárias à logística do funcionamento do conjunto.

Sr. Presidente, agradecemos ao Governador Orestes Quêrcia e congratulamo-nos com S. Ex.ª por essa visão extraordinária que teve sobre o destino da nossa América. Consideramos que esta causa chegará às suas últimas consequências e que já no começo do próximo ano teremos o Parlamento funcionando nas instalações do Memorial da América Latina. Para uma causa tão nobre, como a integração latino-americana, nada mais justo do que um equipamento tão belo quanto o Memorial da América Latina. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Com a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes do pronunciamento que me disponho a fazer hoje, gostaria de parabenizar a Presidência da Casa, certamente com o apoio da Mesa Diretora, por ter indicado o funcionário Guido Faria de Carvalho para a Secretaria-Geral da Mesa.

Sr. Presidente, tenho dito várias vezes, que no Senado temos uma equipe de funcionários que honraria qualquer repartição pública. Temos funcionários capazes, aqui no Senado Federal. Sempre tive como exemplo de bons funcionários, os funcionários do Banco do Brasil e os funcionários do Ministério das Relações Exteriores. São exemplos do funcionalismo público federal. Tenho dito, várias vezes, que aqui no Senado temos funcionários desse quilate, e o Guido é um deles. Ele tem formação acadêmica, é bacharel em Direito. Tem um currículo de trabalho no Senado muito extenso: foi admitido através de concurso público; tem mestrado em Ciências Políticas e Administração Pública em Albany, nos Estados Unidos;

Ministrou vários cursos de Processo Legislativo no Senado; teve destacada participação em vários estudos de alto nível, como o que gerou a criação do Cedesen; foi membro do Conselho do Cegraf e do Prodasen.

No meu período, na 1ª-Secretaria, tive oportunidade de trabalhar com Guido e vi não só a sua assiduidade, mas também a sua preocupação em dar pareceres, em estudar as matérias com a devida atenção, eficiência, capacidade e conhecimento dos assuntos sobre os quais se manifestava. Eu o conheci como chefe de gabinete do Senador Ruy Santos, representante do Estado da Bahia. Desde essa época acompanho os passos de Guido, e se o chamo de Guido é porque tenho a satisfação de tê-lo entre os meus amigos e companheiros com os quais trabalho aqui no Senado. Destaco a participação do Guido, juntamente com D. Sarah Abrahão, Ribamar Mourão, Dirceu e Wilson na elaboração do anteprojeto do Regimento Interno do Senado. Quando fui 1ª-Secretário tive oportunidade de formar essa equipe exatamente para apresentar um anteprojeto. Depois de um estudo amplo, de alguns meses de trabalho, a proposta apresentada foi examinada pela Comissão Diretora, tendo como Relator o Senador Dirceu Carneiro. Finalmente, apresentada em Plenário, a proposta foi aprovada, com substitutivo do Senador Fernando Henrique Cardoso e participação de vários Srs. Senadores que se interessaram por aquela matéria. Mas o grupo inicial contou com a participação do Guido.

Esta é a homenagem que presto, não apenas ao funcionário, porque sei que junto com ele estão os que trabalham na Secretaria-Geral da Mesa; junto com ele estão vários funcionários que exercem chefias em nossos gabinetes; junto com ele estão funcionários que exercem assessoria no Senado; junto com ele estão funcionários que exercem as funções de Taquígrafo no Senado. São muitos os exemplos que eu poderia citar, mas, hoje, configurei esse exemplo na pessoa de Guido, que é um funcionário exemplar.

O Sr. Meira Filho - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Com prazer, ouço V. Ex^a

O Sr. Meira Filho - Ilustre Senador Jutahy Magalhães, não teria nada a acrescentar ao que V. Ex^a já falou sobre o Guido, não fosse uma amizade que nos liga há longos anos

nesta cidade. Fiquei imensamente satisfeito em ver V. Ex^a, como Senador tão destacado da Casa, reconhecer os méritos do Guido, e o faz, naturalmente, em homenagem a todos que trabalham no Senado da República. Conheço Guido há muitos anos, desde o tempo em que juntos trabalhamos no rádio. Quero apenas ratificar e dizer da minha satisfação em ouvir de V. Ex^a um elogio tão importante ao meu dileto amigo Guido que tanto admiro e que honra, sem dúvida, o quadro funcional desta Casa.

O Sr. Ronan Tito - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Ouço V. Ex^a com muita atenção.

O Sr. Ronan Tito - Nobre Senador Jutahy Magalhães, neste momento em que V. Ex^a fala em nome da Casa, tenho certeza de que nenhum Senador se furtará a dar o testemunho da capacidade e da dedicação com que o Dr. Guido tem servido esta Casa. Apenas acrescentaria que a mim me cabe uma parcela de orgulho nesse elogio merecido que é dado ao Dr. Guido, meu conterrâneo mineiro. Não só me associo como me sinto envaidecido, pois o Dr. Guido é desses homens que honram a nossa Minas Gerais, e me associo a essa homenagem que presta V. Ex^a, por sinal muito merecida neste momento, em que muitas vezes abrimos os jornais e revistas e vemos a má posição em que se encontram os funcionários públicos de maneira geral. Houve até quem se elegesse neste País falando mal dos funcionários públicos, dizendo dos salários enormes etc. Nós, que militamos, trabalhamos e dependemos muito dos nossos colegas funcionários do Senado não podemos, neste momento em que há uma promoção merecida, também nos furtar a este testemunho de que existem nesta Casa, como disse muito bem V. Ex^a, funcionários do mais alto nível, da maior dedicação, e entre eles, sem dúvida, está o nosso querido Dr. Guido, que por isso merece hoje a nossa homenagem mais sincera. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Agradeço a V. Ex^a e ao nobre Senador Meira Filho. Sei que esse é o pensamento de muitos dos Srs. Senadores da Casa.

Esta homenagem que faço ao Guido - chamo só Guido, não Dr. Guido - não era do seu conhecimento; ele não sabia que eu pretendia fazê-la não o avisei, apesar de toda a ligação de amizade que existe entre nós. Era preciso surpreendê-lo. Por isso fico

satisfeito por ter condições de poder prestar esta homenagem a um funcionário que considero um exemplo do funcionalismo da Casa, em sua grande parte.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Com todo o prazer, nobre Senador.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi - Nobre Senador Jutahy Magalhães, hoje V. Ex^a fala, realmente, em nome de todos os Senadores, quando presta homenagem a um dos funcionários de alta dignidade desta Casa, a quem conheço há muitos anos. Homem fino, educado, lhamo, humilde muitas vezes, mas homem que merece, realmente, o nosso respeito e admiração. É o exemplo dos funcionários desta Casa que na sua grande maioria têm o mesmo mérito. Com o Guido estamos em contato todos os dias, conhecemos o seu trabalho, a sua inteligência, a sua capacidade, a sua cultura e, sobretudo, a sua dedicação a esta Casa e aos Srs. Senadores. Senador Jutahy Magalhães, é uma homenagem justa que V. Ex^a presta a esse extraordinário e admirável funcionário do Senado Federal, Dr. Guido Faria de Carvalho.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Agradeço também a V. Ex^a, Senador Rachid Saldanha Derzi, pelo testemunho que dá. Reporto-me também ao aparte do Senador Ronan Tito, quando fala que buscamos os funcionários da Casa, que tantas vezes nos ajudam no exercício do nosso mandato. Eu, pessoalmente, busco quase que diariamente esses funcionários para me assessorar nos pronunciamentos que faço. Devo muito a esse grupo de funcionários capazes, que exercitam sua função aqui quase sempre anonimamente. Por isto respeito os funcionários que trabalham, que são eficientes e competentes.

Por esta razão, não tenho dúvida em prestar esta homenagem a um funcionário que representa isso e a quem respeito.

O Sr. Marcondes Gadelha - Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Pois não.

O Sr. Marcondes Gadelha - Senador Jutahy Magalhães, também quero me associar a esta homenagem que V. Ex^a presta, que é justa, aos funcionários da Casa, que V. Ex^a faz representar nesse homem digno e concreto que é o funcionário Guido. Nada mais

certo, nobre Senador, do que prestar esta homenagem. Afinal, os funcionários desta Casa nos ajudam diuturnamente, e de tal forma se envolvem com o trabalho que acabam representando, também, junto conosco, a própria maneira de o Senador agir. Identificamos em pessoas como o Guido e outros que integram o Secretariado da Mesa, os funcionários desta Casa de um modo geral, a própria diligência que se faz necessária ao Poder Legislativo, que cada vez mais se afirma e que cada vez mais se faz reconhecer pela opinião pública desta País. Em meio a tantas acusações, eu prefiro ficar com o lado positivo desta Casa. E o lado positivo está representado em funcionários exemplares, como Guido, e nos serviços que eles prestam à comunidade através do nosso Senado Federal.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex^a, Senador Marcondes Gadelha. V. Ex^a tem a experiência e tem também trabalhado com eficiência e proficiência neste Senado e sabe do esforço desse funcionalismo e dos serviços que o Guido vem prestando há muito tempo a esta Casa.

O SR. Lourival Baptista — Permite-me V. Ex^a um aparte, eminente Senador?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Senador Lourival Baptista, eu nunca posso falar sem ouvi-lo.

O SR. Lourival Baptista — Eminente Senador Jutahy Magalhães quero associar-me à homenagem que V. Ex^a presta nesta oportunidade a este funcionário exemplar que é Guido. Conheci Guido quando aqui cheguei, em 1971, no gabinete do nosso saudoso amigo Senador Ruy Santos, e sei das suas qualidades, já ditas por V. Ex^a e aplaudidas, podemos dizer, por esta Casa. Ele está substituindo outro funcionário exemplar, que foi Nerione Cardoso. Eu só quero dizer que me associo a estas homenagens que a Casa presta a um funcionário zeloso, cumpridor de suas obrigações, amigo de seus amigos e que muito tem contribuído para o relevo desta Casa. Quanto a V. Ex^a, quem é V. Ex^a, posso dizer, de todos nós, porque conheci V. Ex^a ainda menino, criança. É um jovem Senador e a amizade que me liga a seu querido pai, V. Ex^a sabe que é de muitos anos. Associo-me de coração a esta homenagem que V. Ex^a hoje presta a Guido Faria de Carvalho, dizendo que as palavras de V. Ex^a não partem tão somente da inteligência, mas principalmente de seu coração.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Senador Lourival Baptista, não é a — toa que me apraz sempre ouvi-lo. Agora, para os outros Senadores, tenho que explicar que V. Ex^a me conheceu menino, mas era mais criança do que eu.

O SR. Nelson Wedekin — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. Jamil Haddad — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Gostaria de ouvir agora a palavra do Senador Nelson Wedekin.

O SR. Nelson Wedekin — Senador Jutahy Magalhães, também gostaria de compartilhar de suas palavras, ratificá-las, endossá-las, reforçá-las, mesmo, nas duas linhas deste seu pronunciamento. Em primeiro lugar, para reconhecer a alta qualidade técnica, profissional, funcional, ética e moral dos funcionários do Senado Federal. Eu, em todas as ocasiões que posso, faço essa referência, porque ela é justa, porque ela é merecida e porque todos nós devemos nos empenhar para reduzir, diminuir os preconceitos que existem contra os servidores públicos de modo geral, contra o setor público de modo, também, geral. Tudo isso muito agudizado no atual Governo do Presidente Fernando Collor. A homenagem que V. Ex^a presta aos funcionários da Casa, na pessoa do Dr. Guido Faria de Carvalho, também é, por igual, justa e merecida. O Dr. Guido, pela sua gentileza, pela sua competência, pela atenção com que sempre nos recebe, é uma das peças essenciais para o bom funcionamento do Senado Federal e do próprio Congresso. Eu mesmo tenho me valido não apenas do Dr. Guido como, também, do Dr. Luiz Paulo e de todos os funcionários da Secretaria da Mesa, antes do Dr. Nerione Cardoso. Tenho convicção do que vou dizer: são essenciais ao funcionamento da Casa e sempre insisto em dizer que nos atendem com atenção e competência. De modo que desejo me associar, compartilhar e reforçar as palavras de V. Ex^a e cumprimentá-lo por esta iniciativa.

O SR. Jamil Haddad — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. Pompeu de Sousa — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador, por este seu aparte. É importante esta manifestação de V. Ex^a, dentro

do sentido que tenho a retratar nesta homenagem que presto — não devo chamar de outra forma — a esse funcionário exemplar e, em razão, também disto aproveito para prestar uma homenagem aos demais funcionários que trabalham nesta Casa.

Eu ainda ouvirei o nobre Senador Jamil Haddad e, posteriormente, o nobre Senador Pompeu de Sousa. Em seguida, interrompere o meu pronunciamento para que a Casa possa dar posse ao Governador do Distrito Federal. Logo após então farei, o meu pronunciamento.

Ouç o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Jamil Haddad.

O SR. Jamil Haddad — Nobre Senador, falo em nome do Partido Socialista Brasileiro, em nome dos nobres Senadores José Paulo Bisol e Amir Lando. Quero congratular-me com o pronunciamento de V. Ex^a, por que as críticas que são feitas ao Poder Legislativo atingem não só aos parlamentares, mas também a todo o funcionalismo. Feliz da Casa política que pode ter funcionários do gabarito do nosso querido Guido e, também, do Luiz Paulo, que é um dos outros elementos que auxiliam diuturnamente os trabalhos da Mesa Diretora desta Casa. Nerione deixa o rastro de amizades. Todos reconhecem a sua competência, mas um dia teria que ser substituído e Guido, pela sua atitude coerente, com a sua tranquilidade, com a sua sapiência, não temos dúvida, estará cumprindo o seu papel para que a Mesa Diretora possa dirigir os trabalhos com toda a tranquilidade e dentro das leis, dentro da Constituição e do Regimento da Casa. Parabéns ao nosso Guido, no momento em que assume a Secretaria-Geral da Mesa do Senado da República.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Acolho, com muita alegria, o aparte de V. Ex^a, não só em seu nome, mas os seus companheiros de Bancada, também fazendo justiça ao novo Secretário-Geral da Mesa e aos funcionários que trabalham já há muito tempo na Secretaria-Geral.

O SR. Mauro Benevides — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Logo após ouvir o Senador Pompeu de Sousa, que já havia solicitado a palavra, terei muito prazer em ouvi-lo, Senador Mauro Benevides.

O Sr. Pompeu de Sousa — Nobre Senador Jutahy Magalhães, eu não poderia deixar de vir aqui me solidarizar com o seu discurso, de vez que V. Ex.^a elogia um ato de justiça da Mesa — e eu eventualmente estando a presidir-la se manifestasse da Mesa, no sentido de solidarizar-me com V. Ex.^a, poderia parecer um vitupério, porque seria um elogio de boca própria. Portanto, fiz questão de aqui vir, para dizer que o testemunho que dou da dedicação funcional, do zelo, da correção, da clareza com que o Guido tem trabalhado na Secretaria-Geral da Mesa, ainda mais depois, nos últimos quase dois anos em que tenho participado da composição da referida Mesa, constitui um exemplo. Na verdade, como diz muito bem V. Ex.^a, exemplos dessa ordem devem ser apontados a esta Casa. E devem ser apontados fora dela como um testemunho de que aqui se trabalha, de que há quem trabalhe devotadamente, há quem trabalhe lucidamente, há quem trabalhe patrioticamente, em proveito da Instituição e do País. Muito obrigado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Eu é que agradeço, nobre Senador. V. Ex.^a dá um testemunho de um componente da Mesa atual, esta Mesa que tanto tem procurado trabalhar em benefício do Senado Federal e que, muitas vezes, pode até ser incompreendida. V. Ex.^a é um testemunho constante do trabalho desses que estão ali, em pé, atrás da Mesa Diretora, que assessoram diariamente os trabalhos do nosso Senado, dando as informações corretas — às vezes não seguidas, mas sempre corretas — a respeito de interpretações do Regimento Interno. Hoje vemos que chegamos a um ponto que considero da maior importância: é a unanimidade da Casa que presta esta homenagem não só à pessoa do Guido, como aos funcionários que trabalham e executam sua missão funcional nesta Casa.

Fico satisfeito por ter trazido aqui, ao Plenário do Senado Federal, esta homenagem.

Gostaria de encerrar, Sr. Presidente, ouvindo o Senador Mauro Benevides, que, na próxima legislatura, estará ali, ouvindo as opiniões da Secretaria-Geral da Mesa.

O Sr. Mauro Benevides — O futuro a Deus pertence, nobre Senador. A confiança na manifestação dos companheiros vamos esperar que, no momento próprio, se faça sentir. Diria a V. Ex.^a, eminente Senador Jutahy Magalhães, que a Bancada do PMDB já se fez ouvir pelo

nosso Líder, Senador Ronan Tito, mas eu não me poderia dispensar, falando em meu próprio nome e nos daqueles companheiros que já se representam pela voz do Líder, reênfatizando, portanto, o externar de sentimentos que ele tornou público há poucos instantes a V. Ex.^a que não me dispensaria, também, de oferecer o meu testemunho pessoal, sempre criterioso, marcado pelo espírito público do nosso exemplar funcionário, Dr. Guido, hoje sucedendo ao Dr. Nerione Cardoso nas funções de Secretário-Geral da Mesa. V. Ex.^a sabe que, constantemente, em cada uma das nossas reuniões, as dúvidas que afloram no plenário são sempre dissipadas na Mesa, com a colaboração sempre presente desse servidor, desse funcionário do Poder Legislativo que capitalizou a simpatia, a atenção e o reconhecimento daqueles que, como nós, no plenário, com a responsabilidade de representar o povo brasileiro, somos compelidos a aqui buscar, nas ressalvas do Regimento, a compatibilização para aquilo que nós desejamos trazer ao conhecimento da opinião pública do País. Portanto, neste instante, desejo cumprimentar a Mesa pela decisão a que chegou e fazer votos para que o Dr. Guido tenha uma atuação sempre caracterizada pelo desejo de acertar — e acertar com dignidade — e servir a esta Casa que representa o próprio povo brasileiro.

O Sr. Pompeu de Sousa — V. Ex.^a me permite?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Muito obrigado, Senador Mauro Benevides. Faço, com satisfação, a incorporação do aparte de V. Ex.^a ao meu pronunciamento. Parece que o Senador Pompeu de Sousa deseja fazer uma complementação.

O Sr. Pompeu de Sousa — Um pequeno adendo. Verificando que não está presente, no momento, no Plenário, o Líder do nosso Partido, o PSDB, cumpre, em nome do PSDB — Partido da Social Democracia Brasileira — manifestar o inteiro apoio a todas as palavras que V. Ex.^a está pronunciando a respeito da atuação do nosso Companheiro — e chamaria nosso Companheiro porque ele é, acima de tudo, um homem necessário a todos os senadores e a todo este Senado Federal, sem que também deixe de se registrar o elogio do seu antecessor, o nosso Nerione, que também se devotou à Casa de maneira exemplar, extensivo, aliás, aos funcionários que compõem a Secretaria da Mesa, porque todos os demais — não vou nem mencionar porque corro o risco de

esquecer algum — que ali estão, e os que estão por trás dos que ali estão, constituem um exemplo para todos os que nesta Casa trabalham, funcionários e senadores.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex.^a essa contribuição, porque vem enfatizar aquilo que havia dito a respeito do quadro de funcionários da Secretaria-Geral da Mesa, um elogio que já havia pronunciado. E mais ainda porque V. Ex.^a fala em nome do nosso Partido, levando a palavra, o endosso do nosso Partido a esta minha manifestação. Feliz do funcionário que pode merecer os aplausos gerais.

Portanto, parabéns à Mesa, parabéns ao Guido.

Sr. Presidente, fui procurado por funcionários da Mesa para que interrompesse o meu pronunciamento e pudesse ser dada posse ao novo Governador do Distrito Federal. Agora, solicito a V. Ex.^a, que me conceda a palavra logo após. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Jutahy Magalhães, o Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Iram Saraiva, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência agradece a atenção de V. Ex.^a e acatará o pedido. (Pausa.)

Encontram-se na Casa os Srs. Wanderley Vailim da Silva, Governador em exercício do Distrito Federal, e Marco Aurélio Martins Araújo, que deverão ser empossados, nesta oportunidade, como Governador e Vice-Governador do Distrito Federal, respectivamente.

Designo comissão, formada pelos ilustres Srs. Senadores Ronan Tito, Mauro Benevides e Meira Filho, para introduzir S. Ex.^{as} em plenário. (Pausa.)

(Acompanhados da comissão designada pelo Sr. Presidente, têm ingresso no plenário os Srs. Wanderley Vailim da Silva e Marco Aurélio Martins Araújo, que ocupam cadeiras a S. Ex.^{as} reservadas.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Convido o nobre Senador Mauro Benevides, Presidente da Comissão do Distrito Federal, para tomar assento à mesa. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, o Termo de Posse do Governador do Distri-

to Federal, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte termo de posse:

"TERMO DE POSSE DO SR. DR. WANDERLEY VALLIM DA SILVA NO CARGO DE GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Às quinze horas e trinta e cinco minutos do dia treze de novembro do ano de hum mil novecentos e noventa, perante o Senado Federal, reunido em sessão pública no plenário da Casa, na cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, sob a direção da Mesa do Senado Federal, compareceu o Senhor Doutor Wanderley Vallim da Silva, o qual foi solenemente empossado no cargo de Governador do Distrito Federal, para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do disposto do art. 16 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo sido sua indicação aprovada pelo Senado Federal. E por ser verdade, lavrou-se o presente termo de posse, que é assinado pelo empossado e pelos membros da Mesa.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1990."

O SR. PRESIDENTE (Iram Sarai-va) — Declaro empossado, como Governador do Distrito Federal, o Dr. Wanderley Vallim da Silva.

(Procede-se ao ato da assinatura do Termo de Posse.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Sarai-va) — Sobre a mesa, o Termo de Posse do Sr. Vice-Governador, Dr. Marco Aurélio Martins Araújo, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte: Termo de Posse:

"TERMO DE POSSE DO SR. DR. MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO NO CARGO DE VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Às quinze horas e trinta e seis minutos do dia treze de novembro do ano de hum mil novecentos e noventa, perante o Senado Federal, reunido em sessão pública no plenário da Casa, na cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, sob a direção da Mesa do Senado Federal, compareceu o Senhor Doutor Marco Aurélio Martins Araújo, o qual foi solenemente

empossado no cargo de Vice-Governador do Distrito Federal, para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do disposto do art. 16 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo sido sua indicação aprovada pelo Senado Federal. E por ser verdade, lavrou-se o presente termo de posse, que é assinado pelo empossado e pelos membros da Mesa.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1990."

O SR. PRESIDENTE (Iram Sarai-va) — Declaro empossado, como Vice-Governador do Distrito Federal, o Dr. Marco Aurélio Martins Araújo.

(Procede-se ao ato da assinatura do Termo de Posse.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Sarai-va) — A Presidência vai suspender a sessão por alguns instantes, para que os nobres empossados possam receber os cumprimentos de praxe.

(Suspensão às 15 horas e 40 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 42 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Sarai-va) — Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB - BA) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ascenderia a esta tribuna para fazer uma crítica à política do Governo para o cacau. Porém não posso fazê-la, pois não há política do Governo para o cacau. Pelo menos nos últimos cinco anos, o que temos assistido é a um deplorável espetáculo de omissões, incompetência, equívocos, crimes de toda ordem perpetrados contra o agricultor de cacau, contra as comunidades cacaueiras, contra o Brasil, especialmente contra a região sul da Bahia, generoso oásis do Nordeste brasileiro, onde se produz cerca de 90% desse dourado fruto nativo da Amazônia, que os astecas chamavam de "alimento dos deuses".

Nos últimos anos, têm sido rotina os meus pronunciamentos denunciando as desastrosas e irresponsáveis ações do Estado brasileiro que afetam a lavou- ra do cacau, base e sustentáculo de toda uma economia, de vários segmentos, com mais de cem anos de tradição, que admiráveis lucros sociais e econômicos já propor-

cionou ao País, e, apesar de tudo, insiste em sobreviver, graças à força, à coragem e à teimosia do bravo homem do cacau em produzir e multiplicar riquezas.

Agora, não são apenas os problemas de endividamento gigantesco e progressivo dos agricultores que atingem níveis insuportáveis; não é apenas a gravosidade dos baixos preços internacionais, num mercado superabastecido, com grandes estoques e um consumo estacionado; não são os aumentos sucessivos nos custos de produção, os problemas de sanidade das lavouras que reduzem e quebram as safras e diminuem a produtividade. Por incrível que pareça, Sr. Presidente, a outrora viçosa, próspera, eterna árvore do cacau, cujas copas abraçavam, maternalmente, toda uma região, que sustentava em mais de cinquenta por cento a economia do Estado da Bahia, está agora ameaçada, agredida, desprezada. Imaginem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que em mais de duzentos anos de cacaucultura, em mais de duzentos anos de livre comércio de cacau, pela primeira vez os produtores de cacau não têm a quem vender as suas safras; ou, se têm, as dificuldades são tantas que são eles obrigados a se submeter a preços até abaixo das cotações internacionais. Numa região onde mesmo nos piores momentos das crises cíclicas nunca restou uma só amêndoa de cacau nas fazendas, nos armazéns ou nos portos de exportação; onde toda a produção foi sempre objeto de venda futura, onde o produto sempre foi comprado "na flor", isto é, antes mesmo que os bírios do fruto despontassem, é nessa região, Sr. Presidente, equivalente a somente dois por cento do território nacional, onde vivem dois milhões de pessoas, que já gerou para o País médias anuais em divisas em torno de um bilhão de dólares, que grassam, agora, o desajuste, o desemprego, a recessão epidêmica e cancerosa.

Convivendo com preços baixos, que não remuneram razoavelmente a atividade há mais de dez anos, tempo em que os insumos, cartelizados por multinacionais, ganham da inflação a cada segunda-feira; produzindo para um mercado internacional saturado por grandes safras que superam um consumo estabilizado há mais de trinta anos; enfrentando, por cinco anos consecutivos, adversidades climáticas, atípicas ao sul da Bahia, e, impotente, doenças e pragas do cacaueiro até agora desconhecidas na região; sem contar com uma assistência técnica permanente, confiável,

contemporânea aos problemas das lavouras; e, finalmente, submerso em dividas bancárias, financiamentos atropelados pelos desmandos e desastres promovidos pelas políticas econômicas do atual e dos Governos anteriores, que multiplicaram os débitos do agricultor e inventaram regras cambiais irreais, tudo isso, Sr. Presidente, levou o cacauicultor baiano ao desespero, a entregar suas terras a credores e agiotas, ao abandono da atividade, com graves prejuízos sociais e econômicos para a população do sul da Bahia, para o Estado da Bahia, enfim, para o País, que sempre teve na cacauicultura uma atividade estável, progressista, que sempre só retornos proporcionou ao País e aos brasileiros, sem nada receber do Estado.

A pior consequência de toda essa crise que se arrasta há quase dez anos, o filho maldito e terrível desse casamento indesejável entre as adversidades climáticas e de mercado, por uma parte, e as ações e omissões burras e criminosas dos governos, de outra parte, é o desemprego que já atinge a 250 mil famílias. No caudal desse monstro, todas as mazelas sociais: criminalidade, alcoolismo, prostituição, perversão, alienação e marginalidade culturais; fome, doença, morte; conflito, desesperança. As fazendas estão sendo alienadas ou confiscadas pela justiça, para responder a processos de falência dos agricultores. O comércio, a indústria, os serviços, as outras atividades rurais, todos os outros setores econômicos que gravitam e dependem da cacauicultura mostram sinais de debilidade, desistem ou se anulam mutuamente. Sr. Presidente, até as tradicionais e antes sólidas firmas exportadoras, que competem com a indústria de cacau, comprando amêndoas dos agricultores, estão pedindo concordata. A fome invadiu os lares dos fazendeiros e seus empregados, ou ronda, insistente e implacável, as casas e os quintais. E o poder público, Sr. Presidente? O que fazem os Governos estadual e federal? Quais as providências de ordem institucional? Que apoio vêm sendo prestado a essa gente? Nenhum, Sr. Presidente.

O Governo Sarney desconheceu o setor cacauífero e preparou, maquiavelmente, a desestruturação, o aniquilamento da Ceplac efetivado por esse Governo, que habita e se festeja no Planalto. A mesma Ceplac, símbolo da eficiência e da eficácia nas décadas de 60 e 70, que, sustentada pelos próprios agricultores, ajudou-

lhes a triplicar a produtividade e a produção brasileiras na cacauicultura; a aumentar em mais de mil por cento as receitas cambiais auferidas com o produto; a levar o Brasil ao 2º lugar na produção mundial e à liderança na produtividade; e, principalmente, a desenvolver uma região, onde habitam dois milhões de brasileiros, que ocupam apenas dois por cento do território nacional. Pois bem, Sr. Presidente, essa instituição padronizada, de prestígio internacional, que só tinha resultados e nenhuma dívida, que nunca deu um centavo a ninguém, que se mantinha com contribuições da sua própria clientela, a única instituição pública do setor primário que deu certo neste País, essa instituição foi literalmente sucateada, rifada, desmontada. Inicialmente, incluíram o seu orçamento, cujas receitas eram constituídas do recolhimento da cota de contribuição cambial de dez por cento sobre as exportações de cacau no Orçamento da União; depois, lotearam eleitoralmente a instituição, transformando-a de instituição técnico-científica séria, produtiva, que para cada dólar recebido pelo agricultor lhe devolvia três dólares e meio (considerando-se apenas a venda do cacau), em feudo de alguns, em cabide de empregos; em seguida, demagógica e irracionalmente, extinguíram a sua fonte de receita, a contribuição cambial, inviabilizando-a; e, com o Governo Collor, veio o golpe de misericórdia: demissões de técnicos de gabarito internacional, com mais de vinte anos de experiência e serviços prestados; alienação de unidades de pesquisa; orgia administrativa, com amputação de órgãos, perseguição de funcionários, nepotismo etc.

O Sr. Ruy Bacelar - Permite V. Exª um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Pois não.

O Sr. Ruy Bacelar - Senador Jutahy Magalhães, V. Exª traça um retrato da outrora rica e próspera região cacauífera, hoje tão penalizada, vivendo em penúria, com seus filhos passando necessidade, uma região que, em outros tempos, concorreu para o desenvolvimento de outros estados do Brasil e que sempre foi uma das mais ricas da Bahia e do País, mas hoje vive numa situação de dificuldade. E de se perguntar, eminente Senador Jutahy Magalhães, o que vai bem neste País, principalmente no setor da agricultura. Há a crise do cacau, a crise da soja, a crise do sisal, a crise do café, há crise em todos os

setores. Isto significa a falta de uma política séria deste Governo que está aí, que substituiu outro péssimo Governo, o do Presidente José Sarney, e que - parece-me - dá continuidade ao mesmo tipo de governo de outrora. E de se perguntar: Sua Excelência, que tanto prometeu em praça pública, o que tem feito de sério neste País a não ser viajar e aparecer a todo momento nas televisões? Acredito, eminente Senador, que a solução do cacau é difícil, assim como a das outras culturas do País, por falta de uma política agrícola, por falta de uma Governos sério. Tenho certeza de que, se intensificarmos o consumo do cacau internamente - V. Exª tem um projeto neste sentido -, se melhorarmos a produtividade para fazermos face ao preço vil, interno e externo do cacau, o que requer investimento, pesquisa, planejamento, tecnologia e, evidentemente, dinheiro, se conseguirmos levar avante esses programas, dias melhores virão para aquela região, sobretudo se diversificarmos a cultura na região cacauífera. Por isso parabéns V. Exª pelo importante discurso que faz nesta tarde, esperando que o Governo que aí está, nos níveis federal, estadual e municipal, procure voltar as suas vistas ao setor, alocando recursos para pagar um pouco os benefícios que aquela outrora próspera região proporcionou ao desenvolvimento do País. Meus parabéns a V. Exª.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Agradeço a V. Exª, Senador Ruy Bacelar, meu companheiro de bancada da representação do Estado da Bahia, que conhece também profundamente esta questão, estes problemas que estão hoje assolando a região sul do nosso estado, que já foi, por muito tempo, responsável pela maior fonte de receita da Bahia, e que hoje já não o é mais, em razão do pólo petroquímico, da industrialização e diversificação da agricultura no estado. Entretanto, essa região ainda é uma grande fonte de divisas, não apenas para o País, como fonte de receita ainda para o Estado da Bahia, que, lamentavelmente, a está deixando abandonada à sua própria sorte.

Já disseram aqui que o problema do cacau são os preços internacionais. Não é só isso. Realmente seu preço varia em razão do preço internacional, do aviltamento do preço internacional. Se o Governo tivesse uma política direcionada para a questão do cacau, se o Governo tivesse uma política de incentivo ao consumo interno, para que o produto

não chegasse ao ponto em que está chegando, os fazendeiros teriam o produto e teriam a quem vender.

Senador Ruy Bacelar, pela reportagem a que o Senador Afonso Sancho ontem se referiu, e que chamou a minha atenção, publicado pelo jornal *Gazeta Mercantil*, verifica-se que firmas internacionais — firmas inglesas — estão chegando ao Brasil para se transformar em produtoras do nosso cacau, porque os grandes exportadores estão entrando em concordata, estão sem recursos para fazer os investimentos necessários à compra e revenda do cacau. Mas veja V. Ex.^a que tanto a União quanto o estado poderiam muito bem ajudar a região sem nenhuma preocupação paternalista, mas com os olhos voltados, inclusive, para uma diversificação da lavoura na região que permitisse que as fazendas tivessem uma auto-sustentação.

V. Ex.^a sabe que muitos fazendeiros estão falindo na região, pois lá é uma monocultura, e a crise dos pequenos fazendeiros de cacau é muito grande, havendo necessidade de diversificação. Tomo até como exemplo uma fazenda que herdei do meu sogro, fazenda pequena, mas agora tenho dito, um pouco em tom de brincadeira, mas muito de seriedade, que não me considero mais hoje um pequeno produtor de cacau, hoje sou um pequeno fabricante de farinha de mandioca, porque plantamos mandioca na fazenda de cacau em uma área nobre da cacauicultura, para daí retirar farinha, manter a fazenda e conseguir pagar a folha de pessoal.

O Sr. Afonso Sancho — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — E por falar em folha de pessoal, estamos hoje com 10% de pessoal empregado nas fazendas, existindo 250.000 famílias de desempregados na região, e o Governo não olha para aquela região. Ontem, foi dito aqui pelo Senador Afonso Sancho, brincando, que V. Ex.^a responde a mim e não faz comentários sobre o discurso que está sendo proferido. Mas falando aqui sobre o aparte do Senador Afonso Sancho, eu dizia que realmente não podemos cobrar deste Governo soluções para todos os problemas brasileiros, porque em oito meses ninguém pode resolver todos os problemas, mas pode agudizar os problemas, pode aumentá-los. E é o que está ocorrendo. E por falta de uma ação administrativa, de uma política nacional, não voltada apenas para o cacau, mas para todos os demais setores, temos visto

que os problemas estão sendo agudizados, e os resultados aí estão, na crise econômica que o País está vivendo neste momento, com o reconhecimento de praticamente todos os segmentos da sociedade, que estão preocupados com o andamento dessas questões econômico-financeiras do País.

Por isso, Sr. Senador, agradeço o aparte de V. Ex.^a, esperando que este Governo, de ouvindo poucos, faça alguma coisa a fim de incentivar o consumo interno do cacau. Já há algum tempo apresentei um projeto para colocar o chocolate na merenda escolar e na alimentação das forças militares do País. Essa seria uma maneira de incentivar o consumo interno no País, fazendo com que boa parte da produção fosse consumida aqui dentro e não ficássemos dependentes somente do mercado externo. Isto o Governo de V. Ex.^a, Senador Afonso Sancho, pode fazer.

Já fui procurado por representantes do Ministério da Agricultura e da Ceplac, apoiando o meu projeto, na tentativa de fazer com que ele tivesse andamento na Câmara, pois já foi aprovado no Senado e está na Câmara, infelizmente, como quase todos, parado. Mas a idéia é esta. Não quero ter a paternidade da idéia. Gostaria de ver o mesmo Governo mandando outra mensagem, como costuma fazer, mas que o fato fosse levado adiante e realmente houvesse o consumo interno do nosso produto.

O Sr. Almir Gabriel — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com prazer ouvirei V. Ex.^a, nobre Senador.

O Sr. Almir Gabriel — Senador Jutahy Magalhães, ouço com muita atenção o profundo e sério discurso de V. Ex.^a a respeito da cacauicultura, especialmente da área baiana. Isto me faz remontar à questão da heveicultura na Amazônia. Recentemente, no Pará e em vários outros estados da Amazônia, também por ação da Ceplac, houve o desenvolvimento da agricultura do cacau em nosso estado e na região. Tanto quanto o cacau e a borracha, também a pimenta-do-reino está colocada na mesma situação de desastre total. Faço minhas as palavras do Senador Ruy Bacelar, no momento em que coloca duas variáveis: uma, a da monocultura e outra, a de que esse Governo não disse ainda a que veio. Esse Governo se jactava, por uma megalomania, da idéia de que um golpe seria capaz de resolver todos

os problemas estruturais da economia nacional; e que, rapidamente também e por milagre, as coisas todas se situariam nas vontades do príncipe. Não é isso que está acontecendo, não é isso que vai acontecer, não é isso que pode acontecer. O resultado é que a economia brasileira tenderá, sim, a uma situação de dramática colocação, quer internamente, quer externamente. Não creio que o dado principal que poderia resolver isso esteja sendo atingido; pelo contrário, está sendo, como V. Ex.^a colocou, agudizado, está sendo levado ao espasmo, que é o da distribuição da renda por via de maior número de empregos e de aumentos de salários. Na medida em que não se tem mercado interno e na medida em que o mercado externo é comandado de maneira oligopolizada como é, o destino da cacauicultura no Brasil, da pimenta-do-reino, também da heveicultura, e de outros, ficará na mão, sem dúvida nenhuma, de políticas internacionais e muito menos de comando nacional. As 250 mil famílias desempregadas do sul da Bahia se juntam aos desempregados de São Paulo, aos desempregados do interior do Pará, da área da Transamazônica, que tem inclusive uma mancha de terra roxa excelente, onde há plantio de cacau, e que está vivendo essa mesma situação de desastre. E esse é o panorama que estamos vendo. No entanto Sua Excelência o Presidente está indo ao Mediterrâneo para prática de ténis. É claro que Sua Excelência diz que isso é feito com recursos próprios. De qualquer maneira é um gesto extremamente sério e complicado para a sociedade brasileira um Presidente exibicionista, e que deixa de cumprir tarefas maiores e mais importantes em prol do Brasil.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex.^a o aparte, Senador Almir Gabriel. V. Ex.^a vem trazer uma complementação a essa questão do cacau, que, como disse o Senador Ruy Bacelar, vive uma crise que se estende também a outras culturas do País. Não temos apenas uma política agrícola voltada para o cacau, para a borracha, para a pimenta-do-reino, para o cravo-da-índia, não temos política agrícola voltada para nada. Temos centenas de projetos tramitando na Câmara e no Senado, mas não temos uma política agrícola nacional, e, principalmente, não temos uma política agrícola deste Governo. Resultado, já tivemos uma diminuição da safra neste ano e há uma previsão de uma diminuição maior ainda no próximo ano. Isso em face de quê? Razões climáticas? Não. Por

falta de uma ação administrativa, porque, em nome do combate à inflação, não podemos parar o desenvolvimento do País. Não estamos dando atendimento ao desenvolvimento do País, não damos atenção aos problemas sociais que afligem o País, tudo em nome do combate à inflação. Não conseguimos vencer a inflação, estamos perdendo a luta contra ela e estamos querendo sucatear o parque industrial. A recessão está chegando a passos largos, já estamos convivendo com ela e aumentando a cada dia. Não adianta o Sr. Antônio Kandir dizer que o "r" não faz parte de seu alfabeto, porque a recessão começa por "r" e faz parte do seu alfabeto porque ele é um dos responsáveis por ela. Se não faz parte do seu alfabeto é porque ele acredita naquilo que infelizmente estamos vendo, às vezes, em determinados veículos de informação. Se espremermos o jornal — seja ele escrito, falado ou visual — sai muito sangue, saem muitos desastres, mas na hora dos problemas nacionais, econômicos, parece que estamos vivendo numa "Ilha da Fantasia", porque tudo vai bem. Esses elementos começam a acreditar naquilo que eles mesmos conseguem que seja publicado, que seja transmitido à opinião pública e que não corresponde em nada à realidade.

Agradeço a V. Ex^a pelo pronunciamento, considero-o uma grande contribuição ao meu discurso, e espero que alguns nos ouçam e que isso possa ser modificado.

O Sr. Afonso Sancho — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Terei o prazer de ouvir o meu querido e dileto amigo Senador Afonso Sancho.

O Sr. Afonso Sancho — Meu prezado amigo e conterrâneo, nobre Senador Jutahy Magalhães, quero me solidarizar com V. Ex^a quando traz à Casa um problema tão sério como o de um produto tão importante como o cacau. Não concordo e discordo das críticas generalizadas do eminente Senador Ruy Bacelar e do eminente Senador Almir Gabriel, porque não podem se aproveitar de um assunto para generalizá-lo e dizer que este Governo não sabe a que veio. Com relação a esse problema do cacau, devo dizer a V. Ex^a que no Estado do Ceará não há um pé de cacau, mas preocupa-me muito quando vejo um produto brasileiro em queda. Nem por isso podemos responsabilizar o Governo, porque, se assim fosse,

responsabilizar-lo-íamos pela queda do preço da lagosta, pela queda do preço da castanha, ou do algodão ou, finalmente, por uma série de produtos primários que estão sujeitos à manipulação de grandes grupos internacionais, porque são estes que, realmente, comandam os preços. Estaríamos fazendo uma gritante injustiça. Nenhum senador faria intencionalmente tamanha injustiça. Ainda em relação ao cacau, sábado, fiquei apavorado quando um produtor da Bahia me disse que produz uma arroba de cacau por 1 mil e 850 cruzeiros e a vende por 1 mil e 100 cruzeiros. É um absurdo. O projeto a que V. Ex^a se refere, de incentivo à distribuição de chocolate na merenda escolar, por ele devemos lutar. Este Governo, ao contrário do que muitos pensam, está interessado no social, e a merenda escolar é uma coisa muito importante. No Nordeste, sabemos que foram incluídos vários produtos na merenda escolar, até o peixe. De forma que, nobre Senador Jutahy Magalhães, estou inteiramente ao seu lado na reivindicação de que se crie uma política para o cacau, para a castanha-de-caju, para a lagosta, finalmente, se crie uma política para os principais produtos de exportação. Agora, não podemos e não devemos, em consciência, responsabilizar o Governo pelas quedas que ocorrem internacionalmente, porque isso não cabe ao Governo regular, isso é uma coisa lá de fora. Mas cabe ao Governo tomar certas providências para que isso seja amenizado, não participando do prejuízo que está ocorrendo, por exemplo, no momento, com o cacau, como já tem acontecido conosco lá, no Nordeste, com a castanha, com a lagosta, com couros e peles, mas criando um programa que possa estar em condições de, nessas épocas difíceis, minorar os prejuízos dos produtores. Isso é o que desejava dizer ao ilustre colega, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, para resumir este pronunciamento que espero, depois, seja publicado na íntegra, quero dizer que, em relação ao aparte do Senador Afonso Sancho, não posso culpar o Governo pelo preço do cacau, isso, realmente, é questão de superprodução. Nós temos uma produção bem maior do que o consumo internacional do cacau. Não culpo este Governo por uma política mal dirigida inclusive neste setor. Ao Governo compete, muitas vezes, dirigir a política para aumento de produtividade, aumento de área plantada ou diminuição

dessas áreas em razão do mercado internacional. E o Governo tem uma visão e as informações necessárias para formar uma política voltada para o interesse daquele setor. O cacau dá uma divisa de um bilhão de dólares por ano ao País. Portanto, é um produto que merece a atenção adequada do Governo. Agora, posso condenar o Governo? Posso, quando vejo que, numa situação de crise como essa, ele não move uma palha nem para atender socialmente a 250 mil famílias desempregadas. Quando se chega numa região como essa, que tem 2 milhões de habitantes e em que há 250 mil desempregados, V. Ex^a pode imaginar o que isso representa para o comércio da região, que vive muito em razão dos recursos produzidos pelo cacau. V. Ex^a pode ver que isso vira um deboche em cadeia, porque, se o cacau está com preço baixo, não há comercialização, as famílias estão desempregadas, não há recursos para aplicar na região. Então, há uma falta de política direcionada. É isso que condeno. Chegaria a dizer — está aqui no meu pronunciamento — que o desleixo, a incompetência é tanta no Governo, relativamente à cacauicultura, que o Brasil acaba de perder o direito a voto no Conselho de Organização Internacional do Cacau por ter deixado de pagar, pelo segundo ano consecutivo a parte que lhe cabia nas contas de despesas administrativas da entidade. Então, veja V. Ex^a o desleixo a que chegou. E não perdeu no ano passado — está mais adiante neste documento.

"só manteve o seu lugar no Comitê no ano passado, fazendo jus a sua posição de segundo maior produtor de cacau, graças a uma gentileza de um país pobre, pequeno, produtor, Papua Nova Guiné, que está em dia com seus compromissos com a organização e que cedeu seus votos em favor do nosso País."

Neste caso, não posso criticar este Governo, Sr. Senador? Posso! Isso nada tem a ver com o preço internacional do cacau.

Veja V. Ex^a que, como o cacau, há o problema da borraça, problema como já foi citado aqui pelo nobre Senador Almir Gabriel — do cravo-da-índia, da pimenta-do-reino que, na Bahia, foi inteiramente abandonada. Poderíamos citar o caso da soja, do feijão, de tantos outros produtos por falta de uma ação determinada.

O Sr. Afonso Sancho — V. Ex^a falou também da responsabilidade do governo estadual. Eu também ampliaria responsabilidade aos Governos municipais. Esse é um trabalho para o qual — pelo menos no nosso estado — temos que ter a colaboração do município e do estado, para que o Governo tenha uma visão real do que está ocorrendo. Não sei, mas pode ser que tenha ocorrido de o Governo da Bahia estar mobilizando os municípios atingidos para demonstrar o prejuízo que está causando não somente à própria região, mas ao próprio País no que concerne à exportação. De forma que há outros responsáveis além do Governo federal.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Quanto ao aspecto de fazer-se movimentos, de pleitear, de reclamar, isso tem havido por parte dos setores ligados à agricultura e ao governo do Estado. Tem havido verdadeiras caravanas ao Ministério da Agricultura, ao Governo federal e ao próprio Presidente da República, solicitando providências. Às vezes, parece-me que querem soluções paternalistas: anistia de débitos. Não é isso. Tem que haver uma política global, uma política em longo prazo, como, por exemplo, reclamava ontem o nobre Senador José Fogaça ao dizer que nós não temos política para 10 anos; temos política apenas para atender a questões imediatistas e, às vezes, oportunistas.

Sr. Presidente, já estou me alongando por demais neste meu pronunciamento, que vem juntar-se ao outro.

Concluo, fazendo críticas ao Governo federal, em razão da falta de política. Mas como a preocupação não é só criticar, solicito às Lideranças do Governo, aos Senadores Afonso Sancho e Odacir Soares — o Senador Odacir Soares conhece o problema na sua região, onde está se acabando a cultura do cacau — para que consigam deste Governo pelo menos atender ao que me foi dito pessoalmente por um representante do Ministério da Agricultura, da Ceplac. Eles consideram da maior oportunidade o projeto que está em tramitação na Câmara, introduzindo o chocolate não só na merenda escolar, mas também na área das forças militares, das Forças Armadas, Exército, Marinha e Aeronáutica, e assim haveria um grande consumo.

É esta a solicitação que faço às Lideranças do Governo, para conseguirem dos seus Companheiros de Bancada na Câmara que aprovelem esse projeto, que

seja transformado em lei e que haja, de imediato, esse aumento de consumo, porque há necessidade de se produzir e o produto ser consumido aqui, internamente.

O Sr. Marco Maciel — Senador Jutahy Magalhães, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com prazer, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel — Estamos todos ouvindo a palavra de V. Ex^a e gostaria de, numa breve intervenção, solidarizar-me com suas palavras, e ao mesmo tempo aproveitar o ensejo para lembrar, mais uma vez, como é difícil a posição de países que produzem basicamente produtos agrícolas. Enfrentamos dificuldades internas e enfrentamos dificuldades externas. Agora mesmo estamos vendo praticamente o fracasso da reunião do GATT, do chamado round do Uruguai, e verificamos como os grandes países da Comunidade Européia e, de alguma forma, os Estados Unidos bloqueiam o acesso dos nossos produtos aos mercados internacionais, o que faz com que os preços se deprimam e gerem, conseqüentemente, dificuldades muito grandes para os nossos produtores. E isso de alguma forma até compromete a própria política do Governo Federal, uma política de liberalização do comércio, de levantamento de barreiras, de proteções porque não sentimos reciprocidade por parte dos países ditos afluentes, que são, conseqüentemente, os mais influentes. E o que vemos é que produtos básicos do País, que têm boa receptividade no exterior, ficam sujeitos a graves oscilações de mercado, inviabilizando não somente o desenvolvimento da cultura, mas, de modo muito especial, penalizando os produtores. Além disso, enfrentamos problemas internos, como a falta de definição clara de uma política agrícola, principalmente com relação à colocação do produto no mercado. Por isso, V. Ex^a vem aqui, hoje, à tribuna reclamar providências, com vistas a que essas questões sejam superadas, sobretudo quando elas envolvem um produto importante para o seu estado e, por que não dizer, para o País, como é o caso do cacau. Pernambuco não é estado produtor de cacau; quando governador iniciei uma experiência pioneira plantando 1.000 ha, para avaliar o desenvolvimento da cultura, na Zona da Mata Sul. Sei o quanto essa cultura é importante para o seu estado, quer sob o ponto de vista econômico, quer sob o ponto de vista social, na proporção em que gera emprego,

renda, receita tributária para as áreas produtoras, etc. Então, quero juntar minha voz a de outros companheiros, no sentido de dizer a V. Ex^a que espero que suas palavras sejam ouvidas pelo Governo federal, de modo especial por parte das autoridades do Poder Executivo que tratam dessa questão. Sei, inclusive, que a crise do cacau está fazendo com que indústrias tradicionais no seu estado venham a requerer concordata ou mesmo entrem em estado de falência, levando, assim, em cadeia, indústrias importantes à situação pré-falimentar, comprometendo o desenvolvimento industrial do País como um todo. Por isso, encerrando o meu aparte, quero dizer a V. Ex^a que considero muito oportuno o fato desse tema ter sido trazido aqui agora a plenário. Eu vinha acompanhando o problema pelos jornais, pelos meios de comunicação; mas foi muito importante que V. Ex^a viesse agora trazer, com a sua autoridade, com o seu testemunho, essa questão, e espero que o Senado Federal possa diligenciar no sentido de encontrar uma saída, que venha ajudar, ainda que de forma conjuntural, os produtores de cacau, para que essa atividade econômica não se desorganize, não venha a se comprometer com a crise que momentaneamente ela vive.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel, porque o seu apoio é da maior importância para esta causa, e estou certo de que assim fará aumentar a possibilidade de sermos ouvidos pelos órgãos governamentais.

Considero, como V. Ex^a as dificuldades internacionais. Vemos a Comunidade Econômica Européia, relativamente aos produtos agrícolas, fazer restrição às importações, barreiras alfandegárias, são colocadas, incentivos fiscais são aplicados; incentivos, subsídios, que nesta hora queremos que sejam retirados. Então, nós não temos como concorrer no mercado internacional. Mas tudo isso decorre de uma política agrícola, que, infelizmente, como tenho repetido e também outros senadores, não existe no País. A nossa produção agrícola chegou a 70 milhões de toneladas, parece que vai baixar no próximo ano, segundo as previsões dos próprios órgãos governamentais, para perto de 53 milhões de toneladas. Então, nós estamos regredindo. Quanto a esses aspectos, não é o caso de V. Ex^a, mas nosso caso de parlamentares da oposição, temos dito aqui que os problemas não

podem ser resolvidos, solucionados em oito meses, mas podem ser aumentados e agudizados. E, infelizmente, é o que tem ocorrido.

Prossigo, Sr. Presidente.

Enfim, transformaram a Ceplac, instituição eficaz, um patrimônio do cacauicultor, em repartição pública, em seção do Ministério da Agricultura, instalada em algumas salas do anexo daquele ministério, sem direção, sem programa, sem recursos, sem face, sem horizontes. O Procacau, programa de expansão da lavoura, de aumento da produção e da produtividade, encerrou-se em 1985. E nada mais houve no mundo do cacau, além das dividas dos agricultores, da indiferença governamental, das pragas e doenças nas roças, das quebras de safra, dos baixos preços pagos ao produtor.

Sr. Presidente, Srs. Senadores: quais são as reais intenções desse Governo com relação à cacauicultura, base de uma economia que sustenta a maior indústria de cacau do mundo, os setores de exportação de amêndoas e de exportação de derivados, a indústria chocolateira, outros segmentos que têm o cacau como matéria-prima, além de toda uma economia, de toda uma sociedade que vive em função ou é influenciada pelo cacau no sul da Bahia? A incúria, a irresponsabilidade, os equívocos chegaram ao limite de tolerância. Qual o destino da Ceplac? O Governo o que pensa, o que quer do cacau brasileiro? Irá abandonar a sua instituição, de pesquisa e extensão rural, ouvidar regras de supervisão e acompanhamento, regras centenárias de um mercado livre? Ou irá somente recolher leoninamente impostos e taxas, onerar os agricultores, sem assisti-los, sem nada lhes garantir? E os programas de diversificação de culturas, de diversificação de atividades do setor primário, que a Ceplac orienta na Bahia, há mais de vinte anos? Cada agricultor irá escolher o que plantar, o que produzir, isoladamente, ou a Ceplac irá orientar um programa que considere todas as potencialidades e carências de uma região, tendente à monocultura de exportação? Enfim, Senhor Presidente, qual será o papel do Estado na economia do cacau? Orientar, dirigir, intervir, apoiar, estimular? Ou continuar somente, como tem feito nos últimos tempos, a atrapalhar e a punir os que produzem? O desleixo, a incompetência é tanta no Governo relativamente à cacauicultura, que o Brasil acaba de perder o direito a voto no Conselho da

Organização Internacional do Cacau, por ter deixado de pagar, pelo segundo ano consecutivo, a parte que lhe cabia nas contas de despesas administrativas da entidade. O Ministério da Agricultura, passem, Senhor Presidente, Srs. Senadores, esqueceu de prever a despesa, rotineira, natural, de Estado, em seu orçamento de gastos. Já no ano passado, o Brasil só manteve o seu lugar no Comitê Executivo, fazendo jus a sua posição de 2ª maior produtor do mundo, graças a uma gentileza de um país pobre, pequeno produtor-Papua Nova Guiné em dia com seus compromissos com a Organização, que cedeu seus votos em favor do nosso País. Não se trata de contribuição proporcional às exportações brasileiras para constituição e administração de estoques, mas, sim, a contribuição regulamentar, mínima, hoje totalizada em 279 mil dólares, devida em dois exercícios, para a manutenção da organização, sua estrutura e funcionamento administrativo.

Sr. Presidente, Senhores Senadores: o que substituirá a Ceplac, reduzida, desestruturada, ineficaz? Onde está o prometido Conselho Brasileiro do Cacau, que reuniria o Estado, os produtores e outros segmentos da economia do cacau, para discutir e definir políticas para o setor? O Governo tem de responder, com autoridade e responsabilidade, a essas perguntas. Se o Governo continuar se omitindo e agindo apenas para martirizar e penalizar o produtor de cacau, é melhor então que se retire de cena, como se deduz da sua política liberal, anti-social, selvagem e retrógrada, do *laissez faire*, para que os agricultores organizados decidam sobre o futuro da cacauicultura. O que, onde, quando e como plantar? Quanto produzir? Como e onde vender? Diversificar ou não suas lavouras? É antigo o projeto de incentivar o consumo do cacau e do chocolate no mercado interno e internacional. Os agricultores esperam linha de crédito específica para o cacau, produto nobre, de cultivo e sazonalidade singulares. Solucionar essas questões é o que se impõe de imediato. Qual a posição e as respostas do Estado brasileiro, do Governo Collor de Mello, a essas questões?

Sr. Presidente, a lavoura cacauieira, a região sul da Bahia, bem como as novas áreas de cultivo da Amazônia, não podem mais esperar. Se há vida, se uma história vibra e uma alma, um espírito de fé e de trabalho ainda ilumina os

caminhos da lavoura e da Ceplac, não há por que encomendar o enterro e a missa de sétimo dia de toda uma economia, que, até hoje, só fez criar e multiplicar riqueza e desenvolvimento para o País. Essas são as minhas preocupações e as minhas denúncias, que, com certeza, também são de todos os lavradores de cacau do País, especialmente da região cacauieira do sul da Bahia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito obrigado e desculpem ter ultrapassado o meu tempo. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Jutahy Magalhães, o Sr. Iram Saraiva, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Jutahy Magalhães, o Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Luiz Maya, Suplente de Secretário.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Aluizio Bezerra — Carlos De'Carli — Ozziel Carneiro — Cid Sabóia de Carvalho — Raimundo Lira — Ney Maranhão — Carlos Lyra — Alfredo Campos — Márcio Berezoski — Nelson Wedekin.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 417, DE 1990

Requeiro, nos termos do artigo 172, I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 1989, de minha autoria, que dispõe sobre o registro de pessoas físicas ou jurídicas junto às Casas do Congresso Nacional, para os fins que especifica, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1990 — Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — Este requerimento será publicado e incluído em Ordem do Dia, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

Senhor Presidente:

Tendo sido designado por V. Ex.^a, comunico que me ausentarei dos trabalhos da Casa no período de 14 a 19 do corrente para participar, representando o Senado, da reunião do Parlamento Amazônico, a se realizar nos dias 15, 16 e 17 deste mês.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1990. Senador Wilson Martins

Senhor Presidente:

Tendo sido designado por V. Ex.^a, comunico que me ausentarei dos trabalhos da Casa no período de 14 a 19 do corrente para participar, representando o Senado, da reunião do Parlamento Amazônico, a se realizar nos dias 15, 16 e 17 deste mês.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1990. Senador Nabor Júnior.

Senhor Presidente:

Tendo sido designado por V. Ex.^a, comunico que me ausentarei dos trabalhos da Casa no período de 14 a 19 do corrente para participar, representando o Senado, da reunião do Parlamento Amazônico, a se realizar nos dias 15, 16 e 17 deste mês.

Sala das Sessões, 13 novembro de 1990. Senador Aluizio Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) - O expediente lido vai à publicação. (Pausa.) A Presidência recebeu, do Presidente do Tribunal de Contas da União, relatório de auditoria operacional realizado na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-Sudene, na área do fundo de investimento do Nordeste-Finor.

Ao encaminhar o expediente à Comissão de assuntos econômicos, esta Presidência toma a liberdade de sugerir que se faça uma análise cuidadosa das recomendações oferecidas, como conclusão do relatório da auditoria do parecer do Procurador-Geral, quanto ao disposto no art. 54, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal e das conclusões do voto do Ministro-Relator, doutor Carlos Atila Alvares da Silva, oferecendo, se necessário, o Projeto de Lei ali recomendado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) - Está esgotado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, e, do Regimento Interno).

Discussão, em turno Único, do Projeto da Lei do Senado nº 180, de 1990, de autoria do Senador Marco Maciel, que restabelece o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (dependendo de parecer).

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 418, DE 1990

Nos termos do art. 352, inciso II, do Regimento Interno, requeremos a extinção da urgência concedida para o Projeto e Lei do Senado Nº 180, de 1990.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1990. Mauro Beneditos - Odacir Soares - Chagas Rodrigues - Ney Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) - Aprovado o requerimento, a matéria volta a ter tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) -

Item 2:

Votação, em turno Único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 1990, de iniciativa do Governador do Estado de Roraima, que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado de Roraima para o exercício financeiro de 1991, tendo

PARECER, sob nº 324, de 1990, da Comissão

- Do Distrito Federal, favorável ao projeto com as emendas que oferece de nºs I a 5-D.F.

A discussão da matéria fopi encerrada na sessão ordinária anterior.

Em votação o projeto, nos termos do parecer da Comissão do Distrito Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora, para redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

(*) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 1990

(*) O projeto acha-se publicado no Suplemento ao Diário do Congresso Nacional (Seção II), nº 121, de 25 de setembro de 1990.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) -

Item 3:

Votação, em turno Único, do Projeto de Resolução nº 56, de 1990 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 322, de 1990), que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a celebrar operação de compra e venda com financiamento externo junto à empresa MLW Intermed-Export-Import, da República Democrática Alemã, no valor de CL\$-RDA 8.259.367,50 (oito milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e sessenta e sete dólares convênio e cinquenta centavos).

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária de 9 do corrente.

Votação, em turno Único, do projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora, para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 56, DE 1990

Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a celebrar operação de compra e venda com financiamento externo junto à empresa MLW Intermed-Export-Import, da República Democrática Alemã, no valor CL\$-RDA 8.259.367,50 (oito milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e sessenta e sete dólares convênio e cinquenta centavos).

Art. 1º É o Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 7º da Resolução nº 94, de 15 de dezembro de 1989, do Senado Federal, autorizado a contratar operação de financiamento

junto à empresa MLW Intermed-Export, da República Democrática Alemã, no valor de CL\$ RDA 8.259.367,50 (oito milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e sessenta e sete dólares convênio e cinquenta centavos).

Art. 2ª A operação destina-se à compra financiada de equipamentos médico-hospitalares para execução do Plano de Modernização de Organismos de Administração Pública do Estado.

Art. 3ª A operação deverá obedecer às seguintes condições básicas:

a) juros: 6,5% ao ano sobre o saldo devedor;

b) pagamentos: - do principal 7% de sinal, até 60 dias após a emissão das guias de importação;

3% do valor de cada embarque contra a apresentação dos documentos de embarque;

90% do valor de cada embarque em 15 pagamentos semestrais, vencendo o primeiro 12 meses após o embarque;

2 - dos juros: em 16 pagamentos semestrais, vencendo o primeiro 6 meses após a data de embarque.

Art. 4ª A autorização de que trata esta resolução deverá ser exercida no prazo de 12 meses a contar de sua publicação.

Art. 5ª Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6ª Revogam-se as disposições em contrário.

SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) -

Item 4:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 76, de 1990, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos regimentais, a inserção em ata de um voto de regozijo pela passagem do trigésimo aniversário da inauguração de Brasília, bem assim, seja transmitida, ao Senhor Governador do Distrito Federal, a homenagem que o Senado presta a mais um aniversário da Capital Federal, tendo

PARECER, sob nº 337, de 1990, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania, contrário,

com voto vencido, em separado, do Senador Leite Chaves.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) -

Item 5:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 363, de 1990, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 1989, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a definir as terras indispensáveis à preservação Ambiental, integrantes dos bens da União e dos estados, na forma do art. 23, itens VI e VII, da Constituição.

Em votação o requerimento.

O Sr. Jutahy Magalhães - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) - Concedo a palavra a V. Exª

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V. Exª me seja encaminhado o requerimento, para que eu possa assiná-lo, retirando o meu pedido de urgência do projeto que vai ser examinado na Comissão de Assuntos Sociais, cujo Relator é o Senador Almir Gabriel.

Peço que se retire a urgência, se for possível. Não sei em que ponto está a tramitação, mas o projeto vai ser considerado prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) - Conforme informa a Assessoria, se for rejeitado o requerimento, a matéria segue a tramitação normal, exclusivamente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, voto pelo meu partido para rejeitá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) - Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado o requerimento.

A matéria será incluída em Ordem do Dia normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) - As propostas de Emendas à Constituição nºs 3, 5 e 6, de 1989, e 1 e 2, de 1990, têm figurado na pauta da Ordem do Dia sem que o Plenário delibere, seja favoravelmente ou contra as mesmas, por longo tempo.

Deste modo, a Presidência, não havendo objeção do Plenário, retirará as referidas proposições da pauta, até que haja consenso das lideranças no sentido de sua votação. (Pausa.)

É a proposta que a Mesa faz ao Plenário, ou seja, da retirada de pauta dessas emendas à Constituição, pelo fato de constarem, da Ordem do Dia, há bastante tempo, sem quorum qualificado para serem aprovadas.

Se não houver objeção do Plenário, a decisão fica aprovada. (Pausa.)

Aprovada a decisão.

São os seguintes os itens retirados da pauta da Ordem do Dia:

- 6 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 1989

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros senhores senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal.

- 7 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1989

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1989, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros senhores senadores, que dispõe sobre a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores.

- 8 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 1989

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1989, de autoria do Senador Marcos Mendonça e outros 24 senhores senadores, que acrescenta artigo ao texto constitucional prevendo a criação e definindo a competência do Conselho Nacional de Remuneração Pública.

- 9 -

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 1990

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1990, de autoria do Senador Márcio Lacerda e outros senhores senadores, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

- 10 -

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1990

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1990, de autoria do Senador Mata-Machado e outros senhores senadores, que suspende a aplicação do art. 62 e altera o § 2º do art. 64 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — Esgotada a Ordem do Dia. Passa-se à votação do Requerimento nº 416, de 1990, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei do Senado Federal nº 128, de 1990.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere o requerimento será incluída na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — Volta-se à lista de oradores.

Pela ordem de inscrição, concedendo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares, como Líder.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o tema que me traz a esta tribuna é de todos conhecido e constituiu, hoje, sem sombra de dúvida, o principal obstáculo ao desenvolvimento nacional e o maior desafio com que se defronta o Governo Collor. Refiro-me à dívida externa, pesada herança de administrações anteriores e equação insolúvel, nos termos em que se apresenta, não apenas ao Brasil, mas genericamente aos países do Terceiro Mundo.

Estima-se que o Brasil, entre o que já pagou e o que remanesce de sua dívida externa, não computados os juros vencidos, pagará cerca de oito vezes o valor do principal que

lhe foi emprestado. Repita-se: não estão aí computados os juros vencidos, objeto da presente pressão dos bancos credores.

Oito vezes o valor do principal! E aí dispense-me de aplicar adjetivos. Os fatos têm eloquência própria.

Entende-se que a elevação exagerada da dívida decorreu das altas taxas de juros impostas ao País pelos banqueiros internacionais, especialmente nos anos em que se registraram os fatídicos "choques do petróleo". As taxas, todos se recordam, chegaram aos astronômicos níveis de 20% ao ano.

Para que se tenha uma idéia da perversidade que isso representa, basta dizer que os juros cobrados ao Brasil equivalem ao dobro daqueles impostos à Alemanha derrotada após a Primeira Guerra Mundial. Naquela ocasião, as taxas de juros tinham o sentido punitivo de "reparação de guerra". E eram a metade do que nos foi cobrado pacificamente, por nações amigas.

Se os juros cobrados ao Brasil fossem os 5% tradicionalmente praticados pelo mercado — e não a extorsiva taxa média de 12% ao ano — economizaríamos o suficiente para implantar, a cada ano, uma hidrelétrica como a de Xingó; 1.570 quilômetros de ferrovia; o dobro da área irrigada do Nordeste, com 300 mil hectares, e ainda sobriam 900 milhões de dólares.

Esses dados foram apresentados em abril de 89, pelo então ministro João Alves, ao plenário da IV Reunião Ministerial sobre Meio Ambiente na América Latina e Caribe.

Mas não é só.

Ainda em abril de 89, o Presidente da República queixava-se de ter pago, em quatro anos de Governo, nada menos que 86 bilhões de dólares líquidos — e que, não obstante, a dívida não cessava de crescer. Estava, na ocasião, em 120 bilhões de dólares.

O seu desabafo de então foi registrado pelos jornais. Disse ele: "O dinheiro que mandamos para nossos credores, de 85 a 89, daria para construir um País".

E aí chegamos ao ponto central deste discurso. Sabemos bem pouco a respeito da dívida — seu perfil, sua realidade. Concretamente, sabemos apenas que é monstruosa, tecnicamente

impagável e que não pára de crescer.

Ignoramos o mais. E essa circunstância é simplesmente absurda, especialmente para um País que pretende integrar em breve o Primeiro Mundo.

O que proponho é simples: Uma rigorosa auditoria na dívida externa brasileira, feita por entidades sem qualquer vínculo com o Governo brasileiro. Uma auditoria independente, acompanhada pela sociedade brasileira.

O tratamento coercitivo que vem sendo presentemente adotado pelos banqueiros credores, com o apoio dos governos de seus países e de organismos financeiros internacionais — como o BIRD, o BID e o FMI — que deveriam, isto sim, por sua própria natureza, estar comprometidos com as regiões mais pobres, mostra-se injusto. Mais que isso: sem precedentes. Basta ver o tratamento dado ao Japão e à Alemanha, países derrotados na Segunda Guerra Mundial, contemplados então com precioso aporte de capitais — sobretudo norte-americanos — a fundo perdido ou a juros irrisórios. Isso explica a exuberância econômica de hoje daqueles dois países, em contraste com as dificuldades que enfrentamos.

A auditoria independente é indispensável. Precisamos saber a verdade da dívida. São centenas de credores, entre bancos oficiais e privados, empresas privadas, agências internacionais de desenvolvimento, organismos financeiros oficiais etc., a cobrarem encargos financeiros, juros de mora, multas por inadimplência, "spreads" altíssimos, sem que, espantosamente, jamais tenha o Banco Central do Brasil promovido ampla e minuciosa auditoria a respeito — seja para verificar a validade e autenticidade das cifras em débito, seja para apurar o crescimento da dívida em função da elevação exagerada das taxas de juros. Ao contrário, admite-se mesmo que nem sempre a elevação encontra respaldo no instrumento contratual de empréstimos. Ou seja, nem sempre é legal.

A apuração dos valores devidos — isto é, a auditoria — não deverá, repita-se, ser efetuada por entidades ligadas ao Governo brasileiro. E o motivo é simples: evitar a suspeição dos credores e do público. Afinal, foram os órgãos oficiais que, no passado ainda recente, aceitaram pacificamente o registro dos débitos cuja autenticidade se quer, agora, auferir.

Isto posto, urge a contratação de empresas de auditoria independentes, para revisar, de forma insuspeita e à luz do sol, os cálculos apresentados pelos credores externos. Impõem-se que as empresas a serem eleitas não tenham qualquer vínculo funcional com o Governo brasileiro, nem dependência de capitais ou credores externos.

Calcula-se que, num período de três meses, tal iniciativa já produza valiosas informações para os negociadores de nossa dívida externa e para a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que, desde a promulgação da Constituição de 88, tem papel de relevo nesse processo. Precisamos nós, Senadores, ocupar plenamente esse espaço de responsabilidade que nos foi delegado pela nova Carta Magna.

Pela envergadura, complexidade e responsabilidade do trabalho, sua conclusão deverá demandar tempo mínimo de um ano, já que abrangerá levantamentos a partir da origem dos empréstimos até a situação atual, com análise minuciosa dos valores pagos de 1964 até o corrente ano.

Por fim, ressalte-se a oportunidade da iniciativa, proposta no momento em que o Governo brasileiro, expressando a vontade soberana da Nação, força os credores ao acordo do pagamento da dívida, com a adoção de estratégia completamente distinta das até aqui praticadas — e que, por força de preceito constitucional, será submetida à apreciação do Senado Federal.

Creio que é dispensável detalhar a urgência desta iniciativa. O Senado conhece suas responsabilidades no processo. E a Nação aguarda, ansiosa, um gesto à altura dessas responsabilidades.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Odacir Soares, o Sr. Antônio Luiz Maya, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin, como Líder.

O SR. NELSON WEDEKIN (PDT — SC. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no Brasil, o perfil da produção tem sido traçado no sentido de atender

à demanda imediata, e a indústria tem incorporado poucos conhecimentos gerados no País. Os institutos de pesquisa são usualmente procurados para análises rotineiras, e os cientistas se transformam em meros consultores, dado o imediatismo do empresariado, que prefere comprar tecnologia estrangeira, por trazer mais benefícios, ser mais barata e de melhor qualidade.

O Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica, recém-lançado pelo Governo, prevê a aplicação de 2/3 do orçamento do setor em pesquisa industrial, sem, contudo, explicitar o modelo de financiamento. Embora o setor público tenha financiado, até agora — sem a participação do setor privado — as universidades, a pesquisa básica e aplicada e a formação de cientistas, as diretrizes do programa determinam a alocação de recursos às empresas, que assim seriam incentivadas a contratar institutos e universidades. Estes órgãos, por sua vez, teriam de adaptar-se ao programa, passando a produzir principalmente para atender às necessidades de modernização da indústria brasileira.

Tanto a pesquisa científica quanto o desenvolvimento tecnológico assumem especial importância neste final de século, pois ninguém mais duvida que os países que se atrasarem na ampliação dos conhecimentos da ciência e nas suas aplicações terão de negociar, em um futuro bem próximo, nos grandes centros mundiais de decisão, o inegociável, isto é, a sua própria soberania. Ai, então, essa soberania não estará sendo medida pelos parâmetros normais estabelecidos para os setores primário, secundário e terciário.

Vislumbramos um novo patamar de independência no poder de barganha nas relações internacionais: de um lado, teremos os países que, com inversão maciça de recursos financeiros, em percentuais cada vez mais elevados em relação aos PIB nacionais, desenvolveram a ciência e tecnologia, conquistando, por esse intermédio, a competência e a capacitação tecnológicas — passos seguros para se adquirir, no aspecto mais amplo, a verdadeira independência, inclusive na área de segurança nacional.

Na outra margem, em um único bloco, estarão os países tecnologicamente subdesenvolvidos, fadados a permanecer nesse status colonial até o fim dos séculos, pois, com certeza, terão perdido a última oportunidade de embarcarem

no trem que os conduziria à nova era industrial, uma revolução que não admite retrocesso na sua trajetória, caracterizada que é como um movimento progressivo.

O pensamento retrógrado, apesar de tentar projeção com a atual linguagem de abertura de mercado, livre concorrência e competição, e a destruição das reservas de mercado, farão, na realidade, através da falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, a destruição da nossa memória científica, desestimulando cérebros privilegiados na condução do nosso incipiente progresso no setor.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, este tema está despertando grande interesse e preocupa toda a sociedade científica nacional. O jornal *Ciência Hoje*, editado em 5 de outubro último, apresentou para debate "O desafio da relação ciência-indústria", indagando a vários cientistas e tecnólogos de renome se a demanda industrial seria o melhor critério para definir o financiamento da pesquisa científica nas universidades e institutos de pesquisa. O assunto é tão palpitante que o jornal convida os leitores a apresentarem críticas e opiniões sobre o tema.

Sobre a mesma matéria, foi inserido no exemplar um artigo sob o título "Recriando a burguesia", aprofessora Ana Maria Fernandes, do Departamento de Sociologia da UnB, onde a ilustre professora assinala que a simples "abertura do mercado, a competição internacional e o provável encaimento da tecnologia em nível mundial, com a regulamentação da propriedade intelectual, deveriam ser estímulos suficientes para nossas indústrias desenvolverem ou adaptarem tecnologia".

O próprio relatório do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica afirma que o setor privado, no Brasil, contribui com 11% das aplicações em ciência e tecnologia, incluindo as empresas públicas, ficando quase 90% dos investimentos para o setor governamental, através dos centros, institutos, laboratórios e universidades públicas estaduais, federais e municipais.

Em recente artigo do Secretário da Ciência e Tecnologia — Professor José Goldemberg — sob o título "Ciência e Tecnologia e PIB", o eminente cientista fez comparações entre os gastos com ciência e tecnologia e o PIB de vários países do chamado Primeiro

Mundo. Cita o exemplo da Coreia do Sul, país que despende 1,8% do seu imenso PIB em ciência e tecnologia, enquanto o Brasil despende apenas 0,7%. Contudo, prossegue o autor, "o que não é dito é que mais de 70% do que se despende na Coreia provém de empresas privadas. Os gastos em ciência e tecnologia do governo da Coreia correspondem a apenas 0,5% do PIB, o que representa, em termos relativos, menos do que o governo brasileiro gasta. É importante que o Governo dobre os investimentos do setor nos próximos quatro anos, conforme promete o atual Secretário de Ciência e Tecnologia, porém torna-se imprescindível que não abandone a ciência desenvolvida pelas universidades e centros de pesquisa, que são responsáveis por 90% dos gastos em pesquisa e desenvolvimento.

Apesar das sucessivas crises pelas quais tem passado o setor de ciência e tecnologia no Brasil, desde a extinção do ministério, a sua anexação ao Ministério da Indústria e Comércio, até os cortes drásticos dos orçamentos públicos para a área — por isso, um setor marcado pela instabilidade — o sistema público tem financiado a pesquisa básica e aplicada, não se descuidando de formar uma comunidade científica brasileira, bem treinada, ainda que pequena, quase sem os desejados recursos do setor privado.

Corroborando o debate lançado pelo jornal *Ciência Hoje*, indagamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores: deve o setor público financiar também a pesquisa industrial? Que critérios seriam utilizados para esse financiamento, considerando-se a diversidade de tipos de empresas, desde aquelas genuinamente nacionais, até as multinacionais, as joint-ventures, as micro e pequenas empresas? Não seria mais apropriado pensar essa política para o financiamento de projetos nos institutos de pesquisa tecnológica?

Consideramos inteiramente sem propósito que, carente de recursos como é a ciência e tecnologia em termos globais no País, venha o Poder Executivo reorientar suas aplicações no Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica, destinando 2/3 dos recursos para a iniciativa privada e apenas 1/3 para as universidades e centros de pesquisa, exigindo-se ainda, destes últimos, a demonstração de relevância do trabalho e um desempenho razoável que contribua para o desenvolvimento nacional.

Até 1994, o setor público investirá 87% dos gastos totais em ciência e tecnologia, no Brasil. O setor privado, nele incluídas as empresas estatais ou públicas, apenas 13%. Por que esse desligamento entre a política tecnológica industrial e a política de ciência e tecnologia? A pesquisa industrial, pela sua natureza e para que seja competitiva, deve utilizar recursos próprios, pois terá necessidade de realizar sua pesquisa própria, entre paredes, confidencialmente.

A pesquisa pura, mais ampla, esta sim, deve ser realizada em instituições públicas para servir de sustentáculo, de estímulo às inúmeras empresas nacionais. Como assinala o professor Cylon Gonçalves, entrevistado pelo jornal *Ciência Hoje*, "nenhuma empresa seria vai contratar suas pesquisas proprietárias numa universidade, nenhuma universidade seria pode aceitar se engajar em pesquisa de natureza proprietária. Usar a demanda industrial como parâmetro para definir financeiramente a pesquisa nas universidades, seria uma proposta excelente — prossegue o professor —, se não entrasse em conflito com a realidade do processo de geração de tecnologia no setor industrial competitivo e do papel das universidades em um sistema integrado de ciência e tecnologia e produção".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a demanda industrial poderia até vir a ser o parâmetro ideal, não fosse a visão comprovadamente imediatista do setor empresarial brasileiro, que pouco pesquisa e muito se utiliza de pacotes, caixas pretas, transferências tecnológicas — todas ultrapassadas —, fornecidos pelas matrizes externas. Perde-se, assim, a criatividade, e a sociedade brasileira nada ganha. Permaneceremos estagnados, enquanto a pesquisa continuar a ser vista como despesa, e não como investimento.

Em todos os países mais desenvolvidos, a pesquisa científica está muitos anos à frente da aplicação prática que a indústria possa lhe atribuir. É inconcebível que fique atrelada, a reboque, sob qualquer pretexto, inclusive com o argumento da demanda industrial. A pesquisa básica, mesmo a aplicada, é uma base que se constrói lenta e cuidadosamente, como o alicerce de um edifício, por isso é cara, dispendiosa. Em geral, a indústria quer o retorno rápido dos investimentos realizados, especialmente no Brasil, onde são gerados poucos conhecimen-

tos, apesar do esforço governamental para prover a Nação de tecnologia própria.

Para demonstrar a relevância do trabalho e o desempenho das universidades, institutos, fundações, e de algumas empresas nacionais, poderíamos relacionar inúmeros projetos já em desenvolvimento nesses órgãos, projetos esses que revelam um alto nível de pesquisa e de preocupação com o domínio tecnológico, como investimentos para a solução de problemas atuais e futuros.

Exemplificando, podemos citar alguns desses projetos, de inegável interesse social e de indiscutível importância para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil. O Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul desenvolveu projeto implantador de feixes de íons que permitiu a formação de um programa de pesquisa único no País, com atividades nas áreas de semicondutores e microeletrônica, de metalurgia e de propriedades dos materiais. O Instituto de Físico-Química da USP — São Carlos instalou uma oficina de componentes óticos de precisão que provocou grande impulso na área, levando à criação da empresa Opto Eletrônica, onde são produzidos laser para uso em leituras óticas e dispositivos comerciais de filmes finos, lentes especiais, prismas polarizados etc. O Instituto de Física da Unicamp foi responsável por pesquisas pioneiras que resultaram na fabricação de fibras óticas pela Telebrás e no repasse dessa tecnologia para a indústria nacional, através da ABCX-TAL, num típico esforço de integração universidade — centro de tecnologia.

A empresa brasileira AVIBRÁS — Indústria Aeroespacial S.A., desenvolveu projeto de grande importância estratégica, por envolver segurança e integração nacional e de alta sofisticação tecnológica, na área de antenas, radares, microondas e utilização de satélites no sistema de telecomunicações a grandes distâncias, consolidando a indústria nacional no setor, antes predominantemente controlado por empresas estrangeiras.

As Indústrias Reunidas Caneco S.A., possibilitaram a utilização de modernas técnicas de computação na construção naval, reduzindo custos, melhorando a qualidade dos produtos, aumentando a produtividade e, dessa forma, eliminando sua dependência externa e melhorando sua posição nos mercados interno e externo, nessa

área altamente competitiva que é a construção naval.

A Oxiteno S.A. Indústria e Comércio desenvolveu projeto para o aproveitamento de subprodutos de destilarias de álcool, e já entrou na fase de lançamento comercial dos éteres isopentílicos, um produto novo no mercado, usado como solvente para tintas e vernizes. A importância do projeto está no aproveitamento dos subprodutos das destilarias de álcool, de modo que venham a concorrer com os subprodutos do petróleo, com real economia para o País.

Contribuindo com o setor de saúde, o Instituto de Física e Química da USP - São Carlos, criou tecnologia nacional para a tomografia através de ressonância nuclear magnética, cuja produção de tomógrafos era dominada por um pequeno grupo de multinacionais; a grande vantagem dessa tecnologia é não submeter o paciente aos efeitos colaterais danosos que os raios-X provocam. O Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de São Paulo descobriu o tratamento de choque hemorrágico, através de injeções hipertônicas de cloreto de sódio, e o Departamento de Parasitologia da Universidade Federal de Minas Gerais aprimorou uma vacina contra a leishmaniose. No setor de agropecuária, o Departamento de Zootecnia da Universidade Federal de Viçosa desenvolveu a seleção de linhagens comerciais de aves de corte e poedeiras, com o objetivo de romper a dependência de matrizes estrangeiras.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, para nós - e, felizmente, não estamos sozinhos - seria desastroso abandonar todos esses projetos, a nossa base científica, fundamento do nosso desenvolvimento de ciência e tecnologia, para nos perfilarmos diante de um Único e exclusivo critério, qual seja, o da demanda industrial.

O que mais podemos desejar ao nosso País, para o setor de ciência e tecnologia, é que, sem desmantelarmos o que já foi construído, possamos atingir percentuais de pesquisa e desenvolvimento onde o setor privado, como um bloco monolítico, busque a plena autonomia e capacitação tecnológica - pedra lapidada para a ciência e tecnologia -, invertendo-se, como já acontece nos países mais desenvolvidos, o sentido da equação: a ciência não deve depender, mas sim sustentar-se, apoiar-se na área tecnológica, que é a fase terminal de todo um processo que visa o bem-estar da sociedade.

O Sr. Almir Gabriel - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NELSON WEDEKIN - Ouço V. Ex^a com prazer, Senador Almir Gabriel.

O Sr. Almir Gabriel - Senador Nelson Wedekin, estamos atento ao discurso de V. Ex^a desde a época em que éramos relator do Orçamento da União, em 1989, tivemos uma enorme preocupação em dar recursos para a área da Ciência e tecnologia. Infelizmente, como o nosso Orçamento é apenas autorizativo, e não determinativo, acabou não atingindo o volume de recursos que propuséramos e que não era a totalidade das aspirações de todas as instituições ligadas à área. E nos assusta, realmente, a dependência de que a Ciência e tecnologia no Brasil possam ficar secundárias às necessidades da indústria, sobretudo por duas vertentes, uma das quais é ligada à área da Saúde. A Fundação a Instituto Oswaldo Cruz e tantas outras instituições que estudam a esquistossomose, a doença de Chagas e tantos outros problemas de saúde no Brasil, não podem ficar, de maneira nenhuma, na dependência de ter ou não uma viabilidade razoável do produto industrial que elas possam descobrir ou que possam inventar a nível de cada um desses institutos. Isso me alarmava muito, até porque participei de um encontro, há poucos dias, na Amazônia, sobre a questão da ciência e tecnologia na área amazônica. Os institutos que lá existem e que são voltados ao trópico úmido, ou são voltados a todas as questões amazônicas, não podem, de maneira nenhuma, parar as suas pesquisas e investigações, até o ponto de ser considerado que as investigações deles valessem apenas em função da questão industrial que daí resultasse. Seria um absurdo. Parece-nos que a política atual do Governo, além de desestimular o conjunto da ciência e da tecnologia, tenta colocá-las atreladas e a reboque exclusivamente daquilo que seria a aspiração industrial brasileira. Neste sentido, é de alto risco essa situação, na própria medida em que ocorre a internacionalização da economia nacional. Se a tendência é a internacionalização da economia, e se dela resultar o sucateamento da indústria, então as necessidades daí oriundas, que levassem ao desenvolvimento da ciência e tecnologia autônoma brasileiras, serão evidentemente paradoxais, não obterão nenhum resultado; será o inverso daquilo que está sendo esperado pelo próprio Governo. Assim, tenho toda a honra de levar em conta e de louvar V. Ex^a, por

seu discurso, que é da maior importância, neste momento, para os destinos brasileiros.

O SR. NELSON WEDEKIN - Muito obrigado, Senador Almir Gabriel. Desde logo, quero fazer referência ao esforço e ao cuidado que V. Ex^a sempre teve, não apenas como relator da Comissão Mista do Orçamento, como em todos os momentos da sua vida pública, dos seus pronunciamentos, das suas preocupações. Orgulho-me de conhecer razoavelmente bem V. Ex^a, que sempre tem sido um dos lutadores pelo desenvolvimento da ciência e tecnologia nacionais, autônomas e independentes, pela criação, pela capacitação técnica nossa, de brasileiros, e para que não tenhamos que depender de outras potências. Mais do que isto, V. Ex^a reforça exatamente a tese - que não é exatamente minha, mas de toda a comunidade científica brasileira - no sentido de que a demanda industrial pode, até, ser um dos fatores, um dos fundamentos da nova política industrial, mas de modo nenhum o Único, sobretudo nas questões que dizem respeito à saúde da população e em relação às graves demandas para a solução dos problemas sociais do nosso povo, para os problemas da nossa miséria, da nossa doença, do subdesenvolvimento do nosso povo.

Creio que esta política industrial, agora proposta pelo Governo, este plano que estou aqui a comentar é absolutamente nefasto para o conjunto dos interesses do nosso povo e da nossa sociedade. Até porque ele se faz sem consulta à sociedade brasileira. Foi um projeto armado, inspirado, elaborado a quatro paredes pelos técnicos do Governo e por toda esta nova ideologia, este novo salvador da pátria, que é o neoliberalismo esta ideia, a meu juízo, absolutamente falsa, de que as leis do mercado a tudo vão resolver. Não apenas não se consultou a comunidade científica, como não se consultou o Congresso Nacional, não se consultou ninguém; foi uma decisão unilateral, isolada, do Governo.

Tenho em minhas mãos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Plano Brasil Novo, o Projeto Brasil Novo, aquele que era o compromisso do Presidente da República, então candidato, quando ele dizia, entre outras palavras, o seguinte:

"A política científica e tecnológica não será definida nem dirigida isoladamente pelo Governo, mas, sim, pelos cientistas brasileiros, por suas insti-

tuções, pela sua liderança, de forma integrada, autônoma, independente e, por via de consequência, de maneira livre, como livre de condicionamentos devem ser a pesquisa científica e a busca do saber."

Ora, este plano, agora, de inspiração do Governo Collor, desdiz completamente todos os compromissos do então candidato Collor e, mais do que isto, se faz de forma condicionada. Quando ele diz que o projeto de desenvolvimento da ciência e tecnologia será livre de todos os condicionamentos, como dever ser a busca do saber, da cultura, da ciência, da pesquisa, com vistas ao desenvolvimento, ele está agora condicionado a um fator praticamente único, que é a demanda industrial.

A política que ora se pretende implantar, certamente retirará reservas indispensáveis do setor público, onde abnegados cientistas, pesquisadores, estudiosos e especialistas, enfrentando toda sorte de dificuldades e deficiências, geradas exatamente pela limitação de recursos, tentam desenvolver uma razoável base científica nos mais diversos campos do conhecimento humano.

Será provocada, sim, mais uma vez, a evasão de cérebros, de equipes.

E chamaria a atenção neste particular. Será provocada, sim, mais uma vez, a evasão de cérebros, de equipes, em contraposição àquilo que também diz o candidato Fernando Collor de Mello, no seu mesmo Plano Brasil Novo:

"Tal como ele há vinte e dois anos atrás" — ele falava do seu pai —, "minha primeira medida será dirigir um apelo a todos os cientistas e pesquisadores brasileiros que se encontram voluntariamente exilados, por falta de condições de trabalho no Brasil, para que venham se juntar a nós, no esforço de superação do subdesenvolvimento que ainda castiga grande parte de nossa civilização. A eles, o meu Governo garantirá meios, instrumentos, recursos, apoio, auxílio e incentivo para que se coloquem a serviço de seu País."

Portanto, tudo ao contrário da prática e deste projeto que me estou referindo. E torno a dizer, será provocada, sim, mais uma vez, a evasão de cérebros, de equipes; serão desmantelados projetos científi-

cos e tecnológicos, aos quais, com muito custo, alguns brasileiros vêm tentando dar continuidade, além do enorme tempo despendido e da quase impossibilidade de retomada do caminho da independência, em face do promissor e competitivo mercado internacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão. (Pausa)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto à tribuna, nesta tarde, para falar de tema já percutido por mim, e, se assim o faço, é porque continuo recebendo cartas, memoriais, abaixo-assinados de vereadores, de pais de família, eleitores, brasileiros das mais diversas condições sociais, que protestam contra a liberdade absurda, quase libertinagem dos nossos programas televisivos.

Dai porque vou tecer algumas considerações gerais, para não ser tão repetitivo nos meus pronunciamentos, embora eles percutam os mesmos temas no mais das vezes.

A partir da segunda metade do século XX, as conquistas técnico-científicas, principalmente no campo eletrônico, modificaram, de modo extenso e profundo, o nosso sistema de vida humana.

Pelas facilidades de comunicação instantânea e integral criadas por essas nova tecnologia, alcançamos uma nova fase, conhecida, de modo geral, como massificação da cultura.

Os meios de comunicação — rádio, imprensa, e televisão, principalmente — generalizam informações e conhecimentos em grande velocidade, oferecendo produtos culturais, industrialmente realizados, que visam ao consumo dos mais diversos segmentos da sociedade.

O eminente Senador Afonso Arinos, ainda quando no nosso convívio, dizia que hoje a formação atropela a formação.

Somos bombardeados por excesso de informação, em detrimento de melhor e sólida formação cultural, desejável a qualquer homem que queira ter seus momentos de enlevo, de reencontro consigo mesmo, e de realização pessoal.

Sr. Presidente, ninguém foge a essas condições de produção, circulação e consumo dos produtos apresentados através de novas formas de comunicação visual e auditiva, até mesmo para analisá-los, ou contestá-los.

Ao longo de seu curso, esse processo gerou uma dicotomia em relação a sua avaliação. Para alguns, esses novos caminhos representam a morte da cultura tradicional, porque os meios de comunicação de massa, máxime a televisão, necessitam homogenizar seus produtos para alcançar mais gente ao mesmo tempo. Para outros, essa condução da cultura à massas poderá realizar a democratização da cultura.

Essa polêmica deu margem a uma vasta literatura, e foi muito bem sintetizada pelo semiólogo Umberto Eco, nos anos 70, em uma de suas obras "Apocalípticos e Integrandos", que refletia a tradicional bipolarização com que era travada a discussão.

O que vemos e nos é oferecido é um volume muito grande do que eu chamaria de pré-digeridos. Perdemos a preocupação de pensar, de refletir, de imaginar, de criar, porque praticamente já criam, já digerem, já nos oferecem as nossas próprias reflexões. Como se o Grande Mestre nos ordenasse, dizendo, "não pense, não imagine, não crie; porque há quem pense, há quem imagine, há quem crie por você."

Após muita celeuma e debates sobre posições intransigentes, a questão foi aos poucos se arrefecendo, em favor de um resultado mais mediano, procurando a coexistência da cultura de massa e a de elite. Todavia, Sr. Presidente, parece que, em nossa sociedade, um dos principais meios de comunicação de massa como a televisão guarda um enorme escudo residual de emoções apaixonadas, dificultando a avaliação concreta de seus efeitos.

Para dirimir qualquer dúvida, para evitar qualquer má interpretação destas palavras, gostaríamos de nos associar ao reconhecimento do importante papel que vem cumprindo a nossa tevê, que está, aliás, comemorando 40 anos de existência. Não podemos ignorar seu aprimoramento formal,

técnicos, estético e tecnológico. Algumas de nossas novelas correram mundo, confirmando a qualidade de nossa produção televisiva, e continuam correndo.

Assim, Srs. Senadores, resguardadas desde o início, nossas avaliações não são meramente apocalípticas, não podemos também nos eximir de algumas reflexões críticas, principalmente no que tange à formação das crianças e dos jovens.

O fato é que vem ocorrendo o uso inadequado e pernicioso em nossas tevês em razão de humor grosseiro, da exibição de cenas de sexo explícito, da valorização absurda de personagens bandidos, proxenetas ou desajustados de todos tipos.

Mais ainda, Sr. Presidente, a linguagem chula usada a todo instante e o falar não condizente com nossa gramática. Os coletivos chamando para o plural: "o pessoal falaram", "o pessoal disseram", que ouvimos a todo instante, a toda hora, ensinando inclusive aos nossos filhos, as nossas crianças a falarem errado a nossa Língua.

Não há a preocupação de se cultivar a "última flor do Lácio, inculta e bela", que é a nossa Língua Portuguesa.

Em consequência desses absurdos, numerosos segmentos da sociedade vinham-se manifestando contra os excessos em algumas programações de tevê.

Nossa Constituição consagrou a expressão liberdade da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação independente de censura ou licença. Mas também é verdade que ela não se esqueceu de cuidar do papel decisivo que os meios de comunicação desempenham na formação do jovem e na preservação de nossos valores éticos, conforme está consubstanciado no art. 220. Portanto, se houve erro de forma na Portaria nº 773, baixada pelo Ministro da Justiça, não houve de conveniência, pois vários segmentos da sociedade clamavam e clamam por uma ação mais efetiva contra esses abusos.

Um exemplo desse clamor marcante e também insuspeito está no depoimento do Deputado Federal Antônio Britto, do PMDB do Rio Grande do Sul, feito ao **Correio Brasileiro** de 4 de novembro de 1990: "repito o que disse na tribuna da Assembleia Constituinte: sou pai e tenho vergonha do que assisto, freqüentemente, em algumas emissoras de televisão". E nin-

guém vai acusar o Deputado Antônio Britto de ser um homem de visão, retrógrada, que está fugindo à modernidade, neste País.

O Sr. José Fogaça - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Com muita honra, Senador.

O Sr. José Fogaça - Nobre Senador Francisco Rollemberg, o tema que V. Ex^a aborda é extremamente atual e atualizado. Estamos vindo de discutir, em nível nacional, portaria recente do Ministério da Justiça que estabelece critérios de classificação para as obras cinematográficas e televisivas apresentadas nas nossas emissoras. De fato, é uma questão polêmica, extremamente discutível, porque está sendo, neste momento, mediada por uma ambigüidade, ou seja: qual é o direito constitucional que deve ser assegurado. O direito constitucional da liberdade de expressão, da liberdade de expressão cultural ou o direito constitucional de o cidadão de ver preservada a sua integridade moral?

E o direito de as famílias se verem preservadas, respeitadas na sua integridade ética? Realmente, este o conflito crucial e verdadeiro que está sendo colocado neste momento, e sendo objeto desta discussão, dessa polêmica nacional. Sou daqueles que defendem intransigentemente o direito à informação, o direito à liberdade de expressão, o direito, inclusive, à expressão cultural, que...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Entre estes, incluo-me também, Ex^a.

O Sr. José Fogaça - ... se manifestem livremente. No entanto, não podemos também abrir mão de municiar os cidadãos, como indivíduos e como coletividade, de instrumentos de defesa, no sentido de preservarem a sua integridade moral, religiosa, política e comunitária. Confesso a V. Ex^a que ainda não conheço a fórmula perfeita para isso. Assim como V. Ex^a o está fazendo, de forma inteligente, sagaz, correta, equilibrada, este é o momento em que a sociedade brasileira precisa começar a debater esta questão, porque só mediante um debate aprofundado, criterioso, profundo, é que iremos encontrar esse meio termo. Não deverá sequer haver um meio termo. Deverá haver, isto sim, a plenificação dos dois direitos que são contraditórios, ou seja, a liberdade de expressão deve ser inteiramente assegurada, mas, ao mes-

mo tempo, os instrumentos de autodefesa da sociedade, dos indivíduos e da comunidade, que a Constituição lhes garante. Também devem existir mecanismos pelos quais os cidadãos possam também oferecer a sua voz, a sua opinião, a sua manifestação, o seu desagrado em relação aquilo que são obrigados a ver e a ouvir no rádio e na televisão. A mim, particularmente, tal como V. Ex^a cita o Deputado Antônio Britto, há certas coisas que me ofendem, que me agriem, principalmente na nossa televisão. Não é a nudez que me ofende e que me agride, porque realmente há cenas de nudez na nossa televisão que são belíssimas e extremamente estéticas. Não é a nudez, nem sempre, a violência da realidade viva das nossas vidas, a violência do crime, da morte, da pobreza. Devo dizer a V. Ex^a que me sinto agredido pelo tipo de desrespeito humano, pelo tipo de brutalidade humana com que são conduzidas algumas peças de teleteatro ou de novela nas nossas televisões. Há uma lição permanente de brutalidade e de violência - e aí tomo a palavra violação no sentido de violar. São lições diárias e permanentes a que as crianças, os cidadãos, as pessoas, os indivíduos que assistem aos programas recebem; lições diárias de como desrespeitar a integridade do outro. Nobre Senador, basta assistir a uma novela de televisão para se ver como as pessoas se ofendem, como se dizem, como se pronunciam mutuamente palavras e agressões. Para mim nada há mais imoral, mais antiético do que essa lição permanente de desrespeito humano. Imagino o quanto uma criança, um jovem, um adolescente que assiste a esse tipo de programa não incorpora desse tipo de valor, o quanto não incorpora desses valores depreciativos e negativos em relação à natureza humana. Mostrar a realidade de uma guerra, a realidade do crime, a vida dos policiais, é da realidade humana, é do ser humano, é próprio das nossas vidas. A nudez feminina ou a nudez masculina, que tanto ofende algumas pessoas, considero que absolutamente não significam nenhuma violência; não se trata de violar os outros. Mas, quando se vê, sistematicamente, um homem e uma mulher em atitudes de mais absoluta ofensa, agressão, violência verbal, de modo a ser o outro tratado como um ser desprezível, não há nenhum sentimento de dignidade, e essa quebra do sentido da dignidade humana me agride profundamente. Porque há muita dignidade na nudez e há muita dignidade na vida real, na

luta do cidadão nas cidades, nas ruas, pela sobrevivência. Entretanto, não consigo ver um padrão de comportamento que respeite a dignidade quando uma esposa chama um esposo ou lhe atribui uma série de adjetivos que são realmente deprimentes. Se se dissesse: isso é feito com excepcionalidade, mas não! não! O tratamento desrespeitoso, afrontoso, indigno é feito como um padrão de comportamento da burguesia brasileira sistematicamente, permanente, diuturno, quase que, digamos assim, uma incorporação de padrões definitivos de comportamentos. É isto que me horroriza, me espanta, me apavora, me ofende quando ligo a televisão e vejo algumas de nossas novelas. Posso dizer a V. Ex^a que, em grande parte, não é nada daquilo que tem, pelo menos, suscitado a reação do Ministério da Justiça. Penso que cenas de guerra e de morte, como cenas de nudez, violam muito menos a natureza humana do que quando um filho diz ao pai uma série de adjetivos escorchantes, mas de forma brutal e desrespeitosa, como não se pode imaginar que dois seres humanos se tratem. Essa violação da integridade ética, moral, afetiva do ser humano parece ser a coisa mais drástica, mais danosa e, diria até, mais criminosa a que se assiste hoje. De onde se recolhe esse padrão de comportamento? De que níveis da nossa sociedade? É comum isso, encontra-se hoje como padrão médio de comportamento da sociedade brasileira? Se é assim, estamos diante de uma sociedade doente, diante de uma sociedade patologicamente contaminada. Creio que não é assim. Os padrões de dignidade, de respeito humano ainda sobrevivem na sociedade brasileira. A morte, a violência urbana, a nudez, o sexo, isto é da vida, isto é digno, isto é muito digno. Agora, quando um homem e uma mulher se ofendem aos níveis mais baixos e escorchantes que se possa imaginar, quando um pai e um filho ou uma mãe e uma filha se ofendem, se destratam e se desrespeitam de maneira bárbara e brutal, com palavras, de modo a indignificar um a figura do outro, aí realmente estaremos atingindo a essência do ser humano. E é isto que confesso a V. Ex^a, não consigo entender. Não consigo entender, não consigo assimilar, não consigo compreender. E mais, vejo-me perplexamente sem meios para eliminar, para impedir ou para coibir, porque esta é uma visão de mundo. Trata-se de uma visão fascista do mundo. A visão de que o cidadão, a pessoa, o indivíduo só se afirma se

ele ofender, se passar por cima dos outros. É esta a escola diária a que estamos assistindo nas nossas tevês, de que vencedor é aquele que mais ofende, que mais agride, que mais desrespeita, que mais se impõe pela violência verbal. Desrespeita-se um pai, uma mãe, um filho: o pai em relação ao filho, o filho em relação ao pai, o esposo em relação à esposa, o homem em relação à mulher, a mulher em relação ao homem. Esta questão da dignidade humana parece-me ser a mais dramática e mais amarga que hoje estamos registrando nos padrões de conduta das elites brasileiras e que são mostrados na nossa televisão. Se o Brasil está assim, se o comportamento das famílias, dos cidadãos hoje é assim, estamos diante de uma sociedade doente.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Eminentíssimo Senador José Fogaça, após esse aparte tão brilhante, só me resta render as minhas homenagens à sua inteligência, à sua argúcia, porque V. Ex^a, nesse aparte, conseguiu dizer tudo aquilo que eu não vinha conseguindo colocar no meu discurso.

É evidente, Senador, que a nudez não nos choca tanto, que a morte no trânsito é o cotidiano de todos nós, que a violência urbana também faz parte do nosso cotidiano, mas a quebra dos padrões morais e éticos — como esses que V. Ex^a também reafirmou, da esposa que trata o seu esposo de maneira agressiva e indecorosa, no mais das vezes na frente dos seus filhos — acarreta a quebra da unidade familiar, do respeito recíproco, acaba com aquilo em que acreditamos e que Rui Barbosa dizia: a pátria é a família unificada. Eu diria que a família é a pátria que se unifica na sua posição menor, nos seus átomos, nas suas células. E a essa degradação estamos encontrando a todo instante. Viajei, recentemente, em meu estado e conversei com um amigo, cujo filho, rapazote, tentara um ato sexual um tanto diferente com a sua colega que protestou, contando-lhe o que ocorreria. O pai chamou o rapaz para uma conversa e lhe disse: Não, meu pai, o senhor está enganado. Eu sou normal e o que eu estava fazendo era muito normal. E ele perguntou: Onde é que você viu isto? — Na televisão e nas revistas que compro. O menino estava aprendendo a fazer amor já de forma pervertida, porque era aquela a forma à qual ele tivera acesso na sua infância e estava vendo o seu dia-a-dia.

Há que se manter o respeito e a tradição. A Constituição diz que nós somos livres para pensar, para criar, para dizer tudo o que pensamos — o princípio máximo da liberdade. Nesta Casa nós nos tratamos por Ex^a, Sr. Senador, respeitamos a figura do eminente Senador Pompeu de Sousa, que nos preside neste instante, e esta Casa censura os nossos discursos, se sairmos da linguagem parlamentar. E por que, então, nós, que nos portamos desta maneira, podemos fechar os olhos a essas agressões à moral e aos bons costumes que herdamos dos nossos antepassados?

Enquanto V. Ex^a falava, tive uma idéia, que me passou agora. Precisamos fazer também — não é só o pacto social, não — o pacto moral, o pacto ético, para encontrarmos o ponto de equilíbrio entre a liberdade constitucional e a liberdade que devemos ter de maneira formal; o permissível até onde aquilo não penetre na nossa formação, no nosso bem-estar. É aquela história da liberdade: ela termina onde começa a do próximo.

Então, temos que permitir que se diga tudo, mas não se diga tanto! E só vejo uma saída. E levamos este assunto a debate, levá-lo à discussão, estabelecermos também o nosso pacto, para que possamos dar aos nossos filhos, às crianças do nosso País, uma formação mais consentânea com aquilo que estamos tentando plantar e implantar no nosso Brasil.

O Sr. Ronan Tito — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Concedo um aparte a V. Ex^a Senador.

O Sr. Ronan Tito — Estou ouvindo com muita atenção o discurso de V. Ex^a, nobre Senador Francisco Rollemberg. Há pouco tempo, pronunciei, nesta Casa, pequeno discurso, um daqueles que improvisamos para que a Mesa tenha tempo de aprontar a Ordem do Dia. E fui-me estendendo e mereci um aparte que, dada a sua grandeza, chegou a excitar a minha sensibilidade e a minha inteligência e me levou a aprofundar-me num debate muito semelhante a este que se torna agora. Terminei por dizer que não queria nem precisava, naquela altura da minha vida e nesta altura em que estou, de elogios de imprensa etc., por isso eu ia tratar o assunto com muita independência. Não pretendo disputar cargos eletivos e só pedia o respeito que eu sempre tive para com toda a imprensa. Interessante, aquele pronun-

ciamento que eu pretendia se-
quer fosse comentado pela im-
prensa, mereceu, por parte de
alguns jornalistas, inclusive
do grande jornalista brasilei-
ro que gosta de ser chamado de
repórter — Mauro Santayana, um
artigo. E quero destacar uma
assertiva do referido jorna-
lista que considere da maior
importância, referindo-se ao
que afirmei com relação às
novelas. Mauro Santayana disse
mais ou menos o seguinte: o
Senador, quando se referia às
novelas, tinha razão, porque
os gregos, quando pensaram no
entretimento do povo, o fo-
ram buscar na encarnação da
dramaturgia, saíram da reali-
dade para buscar os seus mitos
perto dos deuses; e que nós,
nas nossas novelas, a pretexto
de trazer a realidade, descia-
mos às profundezas do iníquo,
do inusitado, daquilo que há
de mais chão e daquilo que há
de mais pervertido, a pretexto
de ir buscar o entretenimento
do nosso povo. Da saudade da
mitologia grega nesse instan-
te, porque tiveram tantos tea-
trólogos, tantos
extraordinários, que foram
buscar perto dos deuses, como
diz Santayana, os exemplos
para fazer entretenimento e
para formar o seu imaginário
coletivo. Nós hoje, a pretexto
de trazer a realidade crua,
descemos para uma realidade
que espero — e ouvi muito bem
de V. Ex^a, e também do nobre
Senador José Fogaça — não seja
a realidade nem da ínfima mi-
noría do povo brasileiro, por-
que, como disse muito bem o
nobre Senador José Fogaça, se
isso for verdade, a nossa so-
ciedade está doente, e muito
mal. Este assunto é realmente
muito sério e V. Ex^a nos con-
vida ao debate. Não há nada
mais importante do que o deba-
te, e é nesta Casa Alta que
ele tem que se travar. Aqui
temos, graças a Deus, um pouco
de prazo para isso. Temos que
pensar na formação desta so-
ciedade em que estamos
vivendo. Agora vou fazer uma
assertiva: se esta nossa so-
ciedade estiver tão doente,
como dizem os feitores de no-
vela, gostaria que ela não
fosse retratada, para que não
formássemos uma nova socieda-
de, com os nossos filhos, com
os nossos netos, a imagem des-
sa "realidade" doentia apre-
sentada pela televisão. Temos
a responsabilidade, nobre Se-
nador, não só com a nossa so-
ciedade, como, principalmente,
com a sociedade vindoura, com
aqueles que vieram a este mun-
do sem solicitar a sua vinda,
que vieram por uma vontade
nossa, unívoca, vontade nossa
e de nossas esposas. Então,
temos uma responsabilidade
muito grande com eles. Os au-
tores das novelas, que são
muito bem elaboradas, que têm

uma técnica extraordinária,
que têm atores da melhor qua-
lidade, teriam que pensar tam-
bém nisto: na formação dos
nossos jovens, na formação da
nova sociedade que, se Deus
quiser, o Brasil haverá de
consequir no limiar do tercei-
ro milênio.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG —
Muito obrigado, nobre Senador
Ronan Tito. V. Ex^a vem-se jun-
tar ao Senador José Fogaça. E
eu diria a V. Ex^a o que disse
ao Senador José Fogaça. Agra-
decendo a V. Ex^as pelos apar-
tes, rendo homenagem à inteli-
gência de ambos. V. Ex^as trou-
xeram ao meu discurso ou fize-
ram, com os seus apartes, o
discurso que a minha inteli-
gência não foi capaz de
elaborar.

O Sr. Ronan Tito — Não
apoiado. V. Ex^a é que provocou
a nossa inteligência e a nossa
sensibilidade.

O Sr. José Fogaça — Não apoi-
ado também. Permite-me V. Ex^a?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG —
Com muita honra, Senador.

O Sr. José Fogaça — O debate
que V. Ex^a enseja é vivo, at-
tual, não nos permite sequer
ficar aqui apenas como ouvintes
do seu discurso, embora
isso já fosse um ganho. Veja
V. Ex^a como esta é uma ques-
tão em que a dignidade humana
é valor tão sagrado, tão pleno
e tão difícil de ser tratado
numa obra de arte que a Huma-
nidade vem dando lições, que
diria seculares, a respeito.
Há uma peça de teatro que vem
fazendo sucesso há mais de
dois mil anos, de autoria de
Sófocles, que se chama "Édipo
Rei". Nesta peça, Édipo crava
duas espadas nos seus próprios
olhos, por ter gerado duas fi-
lhas no seio da própria mãe,
Jocasta; na peça "Medéia", Me-
déia mata uma mãe que mata os
próprios filhos para vingar-se
de Jasão, que a traiu. Então,
veja V. Ex^a que a violência
humana é da natureza do ser
humano, a violência é da natu-
reza do ser humano.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG —
Até a dos deuses é assim.

O Sr. José Fogaça — A questão
não é apresentar fatos desta
agudeza, desta crueza ou tra-
zer à evidência a fraqueza hu-
mana desta maneira. Trata-se,
isto sim, de reduzir o ser hu-
mano a níveis os mais baixos
que se possam imaginar. É isto
que encontramos hoje: uma de-
gradação do comportamento co-
letivo, uma degradação afetiva,
uma degradação do respeito
interpessoal, é um comporta-
mento vulgarizado, quer dizer,
uma deseducação de relações

pessoais. Ouvi três ou quatro
adjetivos de uma mulher em re-
lação ao seu marido, em uma
novela de televisão, que não
posso repetir no Senado, por-
que esses adjetivos seriam,
por determinação do Presiden-
te, retirados dos Anais. Ora,
dir-se-ia: mas isso é uma si-
tuação excepcional. De repen-
te, pode-se considerar que, em
um determinado momento, marido
e mulher podem chegar a um
grau de agudeza de conflito,
que leva à emissão de algumas
palavras mais duras. Mas, não.
É diário, permanente, cotidia-
no, sistemático. Ninguém se
trata com afeto e com respei-
to; todo mundo se degrada mú-
tua e sistematicamente. Então,
esta é uma sociedade doente.
Se esta é a realidade viva,
cabal da nossa sociedade, esta
é uma sociedade doente. Se uma
mulher diz a seu marido três
ou quatro adjetivos ofensivos
e ele responde que vai
destruí-la e ambos continuam
casados, no dia seguinte essas
cenas se repetem, e entre to-
dos os personagens da peça, e
isso vem há anos nas nossas
novelas de televisão, que re-
tratam a vida da burguesia, da
classe média-alta brasileira,
então a sociedade é doente.
Não creio que uma cena de se-
xo, que uma cena em que a nu-
dez feminina está exposta,
seja uma cena de violência.
Não é, porque não há violação,
não se viola a integridade do
outro. O sexo é uma prática
que exige o consenso comum,
que exige a admissão interpessoal
de ambos — do homem e da
mulher. A violência está no
fato de que alguém não respei-
ta a integridade moral do ou-
tro e lhe assaca uma série de
ofensas que são absolutamente
degradantes, como se isso fos-
se o comportamento médio, pa-
tronizado, sistemático, coti-
diano, da nossa sociedade.
Fico realmente abismado a cada
dia que ouço esse tipo de coi-
sa nas nossas novelas, no nos-
so chamado teletatro, na nos-
sa dramaturgia televisiva. Re-
almente, não há exemplo na li-
teratura mundial. Nas peças
mais cruas, se V. Ex^a recorrer
a autores como Bertold Brecht,
se recorrer a autores modernos
como Peter Weiss, se recorrer
aos autores que lançaram o te-
atro do absurdo, Eugene Iones-
co, Samuel Beckett, vai ver
que ali pode haver palavrão,
pode haver crueza, pode haver
amargura, mas não essa degra-
dação humana fabricada e
constante. Há um respeito à
dignidade humana, há uma cons-
trução da dignidade. Isto que
confesso a V. Ex^a ainda não
consegui assimilar, não conse-
gui ainda entender como isto
pode ser objeto de atração,
objeto de fabricação de Ibope,
de audiência nas nossas
televisões. Infelizmente, pa-

rece que é o que agrada ao público, porque isto vem-se repetindo há anos, anos e anos e, aparentemente, dá certo.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Eminentíssimo Senador José Fogaça, tem razão V. Ex.^a quando diz que se vender a imagem de uma sociedade doente, a sociedade brasileira. Minha preocupação não é tentar curar um sociedade possivelmente doente; é fazer a profilaxia. Vamos impedir que essa sociedade adoça, pois a sociedade brasileira não é uma sociedade doente. Mas temos que criar limitações.

Por exemplo, à criança temos que oferecer um pouco de docura e um pouco de sonho. Se começarmos a oferecer à criança cenas de sexo explícito, ela, pela sua própria curiosidade infantil, vai tentar praticar com as outras crianças, vai procurar fazer, vai-se antecipar no tempo ao ato do amor. E não sei se essa antecipação enriqueceria, como experiência humana, uma criancinha de quatro ou cinco anos de idade.

A nós, homens já maduros, a crueza dos dias em que vivemos, que já são por demais pesados aos nossos ombros, para nós, no final da noite, quando chegamos a nossas casas sermos envenenados e intoxicados com mais crueza; imagine V. Ex.^a, Sr. Senador, na nossa velhice então? Estaremos como? Deprimidos, com a sensação de impotência e de falência e vamos perguntar até por que vivemos, o que construímos? Porque a sensação é de fracasso total. Não conseguimos envelhecer construindo uma sociedade humana decente para aqueles que nos vão substituir, no mais das vezes, os nossos filhos e os nossos netos.

Dai porque decidi vir, nesta tarde, mais uma vez, percutir o tema, pois, eminentíssimo Senador, temos que encontrar, temos que fazer a profilaxia, talvez tenhamos que partir para aquilo que V. Ex.^a, com o seu primeiro aparte, me despertou a idéia, a idéia do pacto — do pacto moral, ético, da preservação dos valores, não na nudez. Conheço pais que convivem despidos, tomam os seus banhos com os seus filhos sem quebra do respeito, criam os seus filhos assim e são amados e estimados; conheço pais que levam a vida muito diferente, o oposto, e também conseguem manter, mantêm no âmbito da família aquele respeito mútuo, recíproco: não se fala alto, o marido não agride a mulher em voz alta sequer, a mulher não fala alto sequer, convencionam, às vezes, a diminuir os seus problemas nas

caladas da noite, quando as crianças já adormecem, para que elas não participem, ainda tão cedo, da crueza nas suas vidas.

Essas coisas precisam acontecer, precisam caminhar pelo seu leito natural, é preciso que essas coisas se incorporem ao nosso patrimônio psicológico, afetivo, mental, para que possamos, então, poder cobrir esses abusos.

O Sr. João Nascimento — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Ouço V. Ex.^a

O Sr. João Nascimento — Senador Francisco Rollemberg, depois dos apartes dos Senadores José Fogaça e Ronan Tito, fiquei aqui me perguntando o que deveria dizer depois dessas grandes intervenções. Perguntaria, no caso, neste debate, já que se tornou um debate, e o Senador Ronan Tito falou com muita precisão que V. Ex.^a está trazendo para esta Casa, a Câmara mais alta do País, um debate de alto nível, eu perguntaria: depois de ouvir os Senadores José Fogaça, Ronan Tito e V. Ex.^a, que trouxe um tema não só atual como real, o que podemos fazer se nas ruas, nas nossas casas, nos contatos que temos com as pessoas, essas reclamações, esses problemas nos são levados, não apenas em forma de conhecimento de causa, mas, acima de tudo, essas pessoas nos trazem como se nos perguntassem o que devemos fazer para que esses abusos não continuem acontecendo na televisão? Aqui fica a indagação: o que esta Casa, o que o Senado, o que nós, Senadores, que estamos à frente deste Poder, o que podemos fazer para que diminuam ou que pelo menos se faça alguma coisa para acabar com esses abusos. Eu pergunto, Senador Francisco Rollemberg, e fico na expectativa de que haja realmente uma solução por parte dos Srs. Senadores, principalmente daqueles que ainda têm 4 anos de mandato. Parabenizo o Senador Ronan Tito e o Senador José Fogaça, porque realmente enriqueceram o seu pronunciamento com os seus apartes. Fico na expectativa de merecer de V. Ex.^a, que ficarão por mais tempo nesta Casa, não só o debate como uma solução, para que não continuem essas agressões que o povo brasileiro, de modo geral, e todos nós sofremos no que diz respeito aos programas de televisão. Tenho certeza absoluta, V. Ex.^a foi muito feliz e está muito contente por ter trazido à colação, hoje, este tema e ter encontrado, por parte desses Senadores, esses apartes, que

só enriqueceram, só fizeram com que o pronunciamento de V. Ex.^a fosse, sem dúvida nenhuma, muito importante para o Senado da República. Meus parabéns. Congratulo-me com V. Ex.^a e tenho certeza absoluta de que deve estar feliz por ter, nesta tarde, debatido assunto de tamanha importância.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Eminentíssimo Senador João Nascimento, no início era um protesto. Agora já é um lamento; e eu me preocupo que, mais à frente, nem protesto nem lamento, já seja a indiferença, a aceitação do adoecimento, da enfermidade que ora procura contaminar a nossa sociedade.

Pergunta V. Ex.^a o que podemos fazer. No meu discurso desta tarde, trazia como premissa maior exatamente esta pergunta: o que podemos fazer? O Senador José Fogaça, com o seu aparte, trouxe-nos algumas idéias. E citei somente uma delas, que seria, talvez, a necessidade de encontrarmos o nosso pacto, o entendimento, o reencontro da Nação com o Estado, do povo com a família, com a sociedade, com sua tradição, com a sua história.

Isto será fruto, tenho certeza, de debates mais aprofundados doravante.

Nós, que queremos fazer esta Pátria forte, e que queremos ter a consciência que deixamos para os nossos pósteros uma Pátria cuja família mereceu respeito e dignidade, uma Pátria desenvolvida, um povo bom, inteligente, culto e humano, haveremos de encontrar uma solução para esta questão. E essa solução, tenho certeza, Senador, virá muito em breve. Quát será, não sei lhe dizer agora. Mas espero viver o suficiente para vê-la.

O Sr. Meira Filho — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Concedo o aparte ao nobre Senador Meira Filho.

O Sr. Meira Filho — Senador Francisco Rollemberg, estava em meu gabinete quando ouvi o aparte do Senador José Fogaça, a quem aprendi a admirar nesta Casa. Sou um homem de rádio. A minha vida inteira foi à frente de um microfone. Sempre tive pela plateia imaginária, que sempre estava no meu pensamento, quando na frente do microfone, profundo respeito. Não sei se pela minha formação, não sei se pela educação que recebi, ou porque tive a felicidade de trabalhar numa estação de rádio, que foi, naquele tempo, a meca do rádio, a Rádio Nacional do Rio de Ja-

neiro — como hoje é a Rede Globo de Televisão —, todo mundo, neste País, ouvia a Rádio Nacional, que primava por ser uma rádio respeitosa, uma rádio que divertia ao mesmo tempo que educava e divulgava, confesso que, por estar no Senado, não pude continuar no rádio, mas estou muito preocupado com essa atividade no Brasil, porque o desregramento, a falta de ética e a falta de respeito são terríveis. Esta Casa já começa a discutir este problema. A Portaria nº 773, do Ministro da Justiça, o ilustre Senador Jarbas Passarinho, criou uma polêmica através dos órgãos de divulgação, dizendo-se que a censura estava voltando. Não! Ela não está voltando. A censura, de acordo com o preceito constitucional, foi abolida. Agora é preciso que se tome uma providência, pois, que o direito de um termina onde começa o direito do outro. Tenho ouvido coisas estarrecedoras no rádio. Gosto muito de televisão, mas gosto muito mais de rádio. Sou um aficcionado do rádio, um maníaco pelo rádio. Basta dizer que ouço rádio até uma hora da manhã e acordo às quatro ou quatro e meia já ouvindo rádio. Estou sinceramente impressionado como o rádio está no Brasil. Uma falta de respeito fora de todos os parâmetros. É preciso que se tome uma providência, já que a nossa Constituição aboliu a censura. É preciso que haja decoro, respeito à família, a preservação da família. Tudo isto é essencial à nacionalidade. Não é nem o entendimento. Ainda há pouco falava o Senador José Fogaça que a sociedade está doente. Acredito que ela já começa a se recuperar, Senador, pois numa estação de televisão, cuja audiência é espetacular em todo o território nacional, que determinado animador, apresentador de programa, foi proibido pela direção de dizer palavrões. Há realmente uma reação por parte da sociedade contra esse estado de coisas. O assunto tem que ser trazido para esta Casa, tem que ser aqui discutido, e uma providência, como disse o Senador João Nascimento, tem que ser tomada. Esse negócio de ficar só no papel, precisamos acabar com isso.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Senador Meira Filho, no início do meu discurso, fiz questão de pinçar uma frase de um homem de comunicação e companheiro nosso, o Deputado Federal Antônio Britto. Vou relatar para V. Ex^a:

O Sr. Meira Filho — Senador, ainda há pouco, o Senador José Fogaça, e V. Ex^a também, falou

que há censura no Senado em relação à determinados procedimentos de colegas nossos. O Presidente sempre pede à Taquígrafia não anotar determinados termos. Isso não é censura; isso chama-se decoro. Uma noite dessas, estava ouvindo uma grande emissora dizer que tinha uma noite de... o nome não vou dizer; o ingresso era uma mulher, e tinha que ser uma "gata". Pelo amor de Deus! Não tenho nem coragem de dizer do que era a noite.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Eminentíssimo Senador, com o seu depoimento V. Ex^a dá o testemunho evidente de que os homens de comunicação não concordam com esse status quo.

Repito o que disse da tribuna da Assembleia Nacional Constituinte o Deputado Antonio Britto: "Sou pai e tenho vergonha do que assisto frequentemente em algumas emissoras de televisão".

Assistimos a cenas chocantes, que mesmo a nós, homens maduros, causam certo mal-estar. E pensa V. Ex^a que é somente nas televisões, nas novelas? Assistimos a isso até no nosso programa eleitoral. Se V. Ex^a lembrar-se um pouco e recordar o que foi a campanha em Brasília, tivemos alguns companheiros que pleiteavam cargos públicos que usaram da linguagem mais chula, agressiva e pouco condizente com o respeito e com a dignidade humana.

É importante o depoimento de V. Ex^a, radialista de formação, que sabe, que conhece o que foram os programas da Rádio Globo, a Rádio Mayrink Veiga, a Rádio Nacional. Lembro-me de programas interessantes, como PRK-30, todos riam; não havia televisão à época, mas não se empregava nenhuma linguagem chula, pouco condizente com a moral. Quando havia alguma coisa diferente, era a imitação de um português, com aqueles versinhos dúbios, mas não chocantes, como "não sei se vai, ou se fica, ou não sei se fica, ou se vai", coisas desse tipo. Hoje, não. A coisa não tem mais esse aspecto. Para se fazer rir, hoje, tem que ser contundente, indecente.

Com o seu depoimento, acaba V. Ex^a de se aliar a essa jornada, e essa cruzada que, de certa forma, nós, homens públicos, precisamos empreender, no sentido de restaurar ou, pelo menos, impedir que adoeça a nossa sociedade.

Dai por que, Sr. Presidente, e para concluir, digo que impõe-se a elaboração de uma lei e não de uma portaria,

como já reconheceu o próprio Ministro Jarbas Passarinho, para que retornemos à linha de equilíbrio para solução desse problema, de forma democrática.

É preciso que superemos essa bipolarização que, se tem de um lado o risco do falso moralismo, de outro, presume a falsa liberação inconsequente e nefasta.

A prova de que nossa sociedade não está indiferente à preservação de valores éticos da pessoa e da família é a campanha encetada por D. Marcos Barbosa, com o título "o amanhã de nossos filhos" divulgada em seu artigo do dia 3 de novembro no *Jornal do Brasil*.

Não teço maiores comentários, porque o meu tempo já se vai. Porém, agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e aos senadores que me honraram com seus apportes e apoiaram o meu pronunciamento desta tarde. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não posso deixar de fazer o registro da nossa estranheza diante das notícias que os jornais nos trazem a respeito da conduta das negociações da dívida externa brasileira.

O *Jornal do Brasil* de ontem estampa uma notícia que, a esta altura, é um tanto quanto preocupante, uma vez que a própria Ministra da Economia — Zélia Cardoso de Mello, o Embaixador Jório Dauster e o Secretário Especial de Política Econômica, Antonio Kandir, aqui estiveram, compareceram ao Senado, vieram à nossa Comissão de Assuntos Econômicos, prestaram depoimento, deram a sua palavra, fizeram afirmativas — que eu diria definidoras da sua conduta, da sua linha de ação — e, de repente, estamos recebendo uma série de informações que invertem tudo aquilo que vinha sendo assumido, que vinha sendo sustentado pela própria equipe de negociação da dívida externa.

Sr. Presidente, diz o *Jornal do Brasil*, em notícia de ontem, segunda-feira, 12-11-90:

"... funcionários graduados do Ministério da Economia não descartaram a hipótese de que o Brasil recorra a suas reservas internacionais, hoje calculadas em US\$ 8,6 bilhões, para pagar

parte dos juros atrasados ainda este ano.

A hipótese de sacar das reservas, que durante um tempo foi rechaçada pelo Governo, não é mais considerada inviável, segundo revelaram fontes governamentais. O Embaixador Jório Dauster não quis comentar esta alternativa.

O Governo também não abre mão do conceito de capacidade de pagamento do País, ou seja, somente utilizar para pagamento de dívida os recursos gerados pelo próprio Tesouro e não por meio de emissão de moeda ou de superávits comerciais."

Aqui há uma contradição ininteligível. Não consigo compreendê-la, Sr. Presidente.

De um lado, o Governo afirma que não quer lançar mão dos superávits comerciais, ou seja, aquilo que resulta a maior entre o que o País compra do exterior e aquilo que o País vende para o exterior, a nossa balança comercial.

De outro lado, o Governo já começa a admitir lançar mão das nossas reservas monetárias, que são justamente alimentadas pelo superávit comercial.

Não há outra forma de se obter dólares a não ser via empréstimos financeiros, que estão bloqueados, que estão fechados para o Brasil e, portanto, é uma porta que não existe. Não há outra forma de acumular dólares nos cofres do Banco Central senão via superávit comercial.

Ora, o Governo que não quer usar o superávit comercial para pagar a dívida e, ao mesmo tempo, diz que já está disposto a recorrer aos dólares das nossas reservas monetárias, isto é uma contradição.

Muito mais do que uma contradição, o Governo está contrariando o projeto de resolução que aprovamos na Comissão de Assuntos Econômicos com caráter terminativo. Isto é grave.

O Sr. Afonso Sancho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Nobre Senador Afonso Sancho, V. Ex^a vai-me dar a oportunidade de ouvir o que consta de substitutivo de autoria do Senador Jorge Bornhausen, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e integrante do bloco político de apoio ao Governo nesta Casa, companhei-

ro de V. Ex^a na defesa do Governo nesta Casa. Portanto, S. Ex^a assumiu a responsabilidade política e parlamentar deste substitutivo, que diz claramente (art. 3^a do projeto de resolução):

"Respeitados os limites do art. 2^a, o desembolso de divisas destinado à satisfação de compromissos decorrentes dos contratos de que trata esta resolução, deverá assegurar nível de reservas compatível com as necessidades mínimas de importação."

No parágrafo único discriminatório, caracteriza, descreve o que é necessidade mínima de importação:

"Para os efeitos desta resolução, entende-se por nível de reservas de divisas compatível com as necessidades mínimas de importação aquele que assegure recursos suficientes para manter a média das importações dos últimos doze meses, contados a partir da publicação desta resolução, durante o período mínimo de quatro meses."

Ora, o Governo acaba de publicar, recentemente, que as reservas brasileiras, as reservas monetárias que hoje estão localizadas nos cofres do Banco Central, são da ordem de US\$ 8,6 bilhões, o que equivale, segundo média recente, exatamente a quatro meses de importação. Quatro meses de importação é justamente o que temos. Estamos no limite mínimo das nossas reservas monetárias, limite mínimo que, diga, constitui uma questão de segurança nacional. Qualquer país que abandonar esses níveis de reserva quebra a sua própria estabilidade perante o mercado internacional, o seu poder de barganha, o seu poder de negociar melhores preços.

Então, o Governo não só está-se contradizendo, não só está desmentindo a si próprio, como o Governo está-se confrontando com um projeto de resolução aprovado pelo Senado Federal. Consequentemente, o Senado está-se vendo frustrado, está-se vendo, neste momento, traído pela palavra do Governo, pela palavra de um lado e a ação do Governo de outro; são coisas completamente distintas e opostas.

Ora, sabemos que a média das importações brasileiras tem sido pouco superior a US\$ 2 bilhões mensais, o que dá, ao longo de quatro meses, pouco mais de US\$ 8 bilhões. Estamos no limite, não é possível sacar-se das reservas cambiais

para pagar aos bancos credores. Primeiro, porque o próprio Governo asseverou essa posição e, em segundo, porque isso resulta de uma resolução do Senado Federal, a quem a Constituição determina a responsabilidade de acompanhar as negociações para o pagamento da dívida externa brasileira. Portanto, estamos carecendo agora de uma maior explicação.

A meu ver, por uma espécie de antevisão ou premonição, no dia em que foi aprovado o projeto de resolução tive oportunidade de dizer na Comissão de Assuntos Econômicos que estávamos fazendo um discurso de sustentação e de apoio ao Governo, baseado no ponto de largada. Uma corrida tem ponto de largada e ponto de chegada. E eu disse: "Quero ver se vamos ficar eufóricos, positivos e favoráveis à posição do Governo, como estamos agora, quando chegarmos lá, quanto atingirmos o ponto de chegada, porque, aí, sim, o Senado deverá manifestar-se aprovando ou rejeitando os termos de negociação, os contratos que daqui decorrerão". E fico perplexo — o Governo, em uma semana, diante de uma pequena manifestação dos banqueiros, resolve desmontar todo o arcabouço que havia sido armado, articulado, através de uma ação do Senado, juntamente com o Ministério da Economia.

Há de convir V. Ex^a Senador Afonso Sancho, que estamos diante de uma situação preocupante, porque houve uma manifestação do Congresso Nacional; Deputados vieram da Câmara para uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos que é estrita do Senado, que é competência exclusiva do Senado, mas que aqui vieram, numa ação e numa representação política, para integrarem-se ao apoio e à solidariedade que o Senado deu à Ministra da Economia, portanto ao Governo.

Presenciamos uma sólida e inêdita unidade desta Casa, deste Congresso como um todo, em torno da formulação da proposta de negociação da dívida externa. E agora o próprio Governo contraria, desmente, espazinha, desfaz tudo aquilo que disse. Não dá para entender. Como se explica isto?

O Sr. Afonso Sancho — Permite-me V. Ex^a o aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Com muito prazer.

O Sr. Afonso Sancho — Eminentíssimo Senador José Fogaça V. Ex^a está-se apegando a um fato solto, porque "funcionário

graduado do Governo", dito por um jornal, não é o Governo.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Todos os jornais estão dando esta notícia.

O Sr. Afonso Sancho — Não é o Governo. Porque ainda hoje assistimos a uma reunião, a mais longa a que já assisti aqui neste Congresso nos últimos dois anos. O tema central da reunião foi uma explicação exatadamente em face de matéria veiculada por um dos jornais sérios do País sobre um acordo secreto que o Brasil tinha feito com o Iraque e que iria pagar quatrocentos milhões de dólares etc., notícia essa que não tinha nenhum fundamento. Então, V. Ex^a está-se apegando simplesmente a uma notícia do jornal. Quando leio uma notícia que cita como fonte "funcionário graduado" já fico receoso de que não seja verdadeira, porque, para ser verdadeira, a notícia precisa mostrar realmente a sua fonte. Se V. Ex^a trouxesse uma notícia que dissesse que a Ministra Zélia Cardoso de Mello determinou tal medida, contrariando o que aprovamos aqui... acredito que não há ministro nenhum que tenha coragem de assim proceder, porque podemos chamá-lo aqui e processá-lo. Ele tem que cumprir as determinações do Senado, porque o Senado, de acordo com a Constituição, é quem fiscaliza, é quem zela por esse problema relacionado com o pagamento da dívida externa. Então, essa preocupação de V. Ex^a pode ser reduzida, neste momento, talvez a 10%, porque essa notícia não tem esse fundamento. Se for preciso pagar algum juro aos credores, parece-me que se terá que modificar a resolução que aprovamos na Comissão. Sem isso não há dúvida! Não me preocupo com as coisas que vejo; não são verdadeiras. Recomendando ao meu estimado amigo, Senador José Fogaça, não se preocupe com essa história de "funcionários graduados". Tragam uma entrevista da Ministra da Economia, aí, sim, o assunto é sério, no outro dia deveremos estar chamando-a aqui, para prestar contas, porque pela resolução não se pode descumprir o que foi determinado pelo Senado. Eram os esclarecimentos que gostaria de trazer a V. Ex^a e aproveito a oportunidade para dizer que o Governo não vai, de maneira nenhuma, passar por cima das determinações do Senado. Essa atitude seria um verdadeiro contra-senso. O Governo seria pego numa falha que pode envolver algo muito sério, e V. Ex^a sabe o que é.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Senador, V. Ex^a é uma voz abalizada,

confiável, séria, respeitável e também do Governo, oficial.

Fico feliz e até um pouco mais tranquilo, quando V. Ex^a trata de nos assegurar que essa notícia é improcedente. Sua informação nos traz certa tranquilidade, mas a preocupação não deixa de existir.

Primeiro, porque o Embaixador Jório Dauster não negou, ele se recusou a tecer considerações. E entendo que S. Ex^a possa fazer isso, até para não espantar, desde logo, os negociadores, os banqueiros internacionais. Só o que não entendo, o que não consigo realmente compreender, Sr. Presidente, é que o Governo — ele próprio diz — a própria Ministra da Economia declarou, aqui, de forma veemente, o Secretário Especial de Política Econômica — Antonio Kandir, também enfatizou, ressaltou — o Governo estava criando algo revolucionário, que era o conceito de capacidade de pagamento, baseado nos recursos disponíveis do Tesouro. Ou seja, é preciso que haja sobras, que haja disponibilidades na caixa do Tesouro para pagar a dívida externa.

Este conceito de capacidade de pagamento, realmente, traduz na prática, na concretude dos fatos da vida cotidiana, da economia nacional, aquela frase de Tancredo Neves: "Não podemos pagar a dívida com a fome dos brasileiros".

Agora começa a haver certa flexibilização, certa periclitização desta posição, e já começamos a ver que as coisas não são tão firmes, não são tão sólidas. A base de apoio desta teoria começa a mostrar alguns sinais de desmoronamento, e estou trazendo a nossa preocupação.

Senador Afonso Sancho, V. Ex^a é um homem que fala pelo Governo, é um porta-voz do Governo nesta Casa. De modo que, desde já, entendemos que a intervenção de V. Ex^a tem dupla importância. Primeiro, V. Ex^a reconhece que, se isso estiver acontecendo, é uma violência contra o Senado; segundo, V. Ex^a reitera, afirma que isso não está acontecendo.

Fico, evidentemente, um pouco mais tranquilo, até fico, neste momento, questionando a natureza dessas notícias, dessas informações que estão sendo veiculadas.

O Jornal do Brasil usou a expressão "funcionários graduados", mas o jornal Folha de S. Paulo, de domingo, traz a informação como oriunda do próprio Embaixador Jório

Dauster. Então, ficamos com essa linha de questionamento, essas indagações no ar.

Neste momento, só posso afirmar — e que devo afirmar — que o Senado Federal não pode deixar de, zelosamente, tratar de preservar os termos do projeto de resolução.

O SR. JOÃO MENEZES — Mas o Senado Federal não aprovou o projeto de resolução?

O SR. JOSÉ FOGAÇA — O Senado Federal aprovou o projeto. O projeto de resolução tem caráter terminativo. Mesmo que não tenha sido aprovado em plenário, caro senador, trata-se também de uma questão moral — política e moral. Veja V. Ex^a, foi uma postura assumida frontalmente pela Ministra da Economia, pelo Secretário Especial de Política Econômica e pelo Embaixador Jório Dauster perante o Senado Federal. Esse trio, essa trilogia perfeita da condução da nossa política econômica externa e interna foi que esteve no Senado para fazer essas afirmações.

O Sr. João Menezes — Fiz até um pronunciamento sobre o assunto.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — V. Ex^a elogiou todas aqui, nós nos engajamos nessa postura. Reverter essa postura agora fraudaria as expectativas do Senado e da Nação. Espero que o Senador Afonso Sancho, como V. Ex^a, todos tenham razão, que os jornais estejam errados e que os meus temores sejam realmente infundados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Presidência, lembra a V. Ex^a, nobre Senador José Fogaça, que o seu tempo está-se esgotando — aliás, o tempo da sessão. V. Ex^a poderia concluir sem dar mais apartes.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Vejo que o nobre Senador João Menezes habilitou-se para proferir o aparte, mas S. Ex^a, antiregimentalmente, já o havia feito. Portanto, agora não fará mais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo da Tribuna desta Casa, apresentar o meu mais profundo agradecimento aos Srs. Senadores pela confiança que recebi no dia 7 passado, ao ser eleito, junta-

mente com o eminente Senador Severo Gomes, para integrar o futuro Conselho da República. Devo registrar a honra, ainda, de ter como suplentes os ilustres Senadores Matta-Machado e Antônio Luiz Maya.

Cumpriu o Senado Federal o disposto no inciso VII, do art. 89 da Constituição Federal, que foi regulamentado pela Lei nº 8.041, de 5-6-1990.

Não tenho nenhuma dúvida em afirmar, dirigindo-me ao Presidente do Senado e aos ilustres senadores, que se reconheço não ser uma personalidade de maior expressão nesta República, posso, sem medo de errar, dizer que dentro dos limites da minha inteligência e sempre com o maior esforço, jamais deixei de cumprir com os meus deveres e procurei sempre dignificar os cargos que exerci.

Nasci num lar de tradição política e posso com honra e orgulho, dizer que pertencço a uma família de políticos que nunca fez política de família. Pelo lado materno já haviam então se destacado os irmãos Konder: Victor tendo sido Ministro de Viação e Obras Públicas do Governo Washington Luís; Adolfo - deputado e governador do estado; Marcos - deputado e prefeito de Itajaí; e Arno - Diplomata, iniciador das ações econômicas do Itamaraty. Mais tarde surgiu, com brilho no cenário catariense o atual Deputado Antônio Carlos Konder Reis que foi também deputado estadual, senador, governador e que acaba de se eleger vice-governador.

Por outro lado, meu pai, Irineu Borhausen, descendente de modestos colonos alemães, já em 1922 se elegia vereador em Itajaí e, em 1930, eleito prefeito não pôde tomar posse impedido pela revolução daquele ano. Mais tarde, pelo voto, elegeu-se novamente prefeito e posteriormente governador e senador da República.

O exílio dos afastados em 1930 levou meu pai a fixar residência também no Rio de Janeiro, onde nasci, longe da sua querida cidade de Itajaí, que Marcos Konder carinhosamente intitulava "minha pequena pátria". A marca política na minha vida, já se fez presente no meu nascimento.

Porém, na minha infância pouco ouvi falar de política, já que vivíamos um período ditatorial e o assunto predominante era o da segunda Grande Guerra Mundial. Somente em 1946 tomei contato com as palavras, eleição e voto.

Com meu pai aprendi a ouvir, a pensar antes de decidir, a optar pela credibilidade sobre a popularidade, a cultivar a lealdade com os companheiros e a respeitar os adversários, sem jamais considerá-los como inimigos.

Depois de formado, advogando na cidade de Blumenau, iniciei minhas atividades político-partidárias, ingressando em 1962, na UDN.

Em 1967 fui escolhido vice-Governador de Santa Catarina, contava então 29 anos e daí para cá, jamais me afastei das atividades político-partidárias. Fui presidente do Banco do Estado de Santa Catarina do Governo Antônio Carlos Konder Reis, depois governador do Estado, tendo me desincompatibilizado em maio de 1982, para disputar e alcançar o privilégio de representar Santa Catarina nesta Câmara Alta.

Aqui nestes mais de 7 anos, muito aprendi na convivência com meus colegas. Fiquei por 19 meses afastado das minhas funções para ocupar a difícil missão de Ministro de Estado da Educação, retornando a esta Casa com a consciência de ter realizado tudo aquilo que o meu trabalho e a minha inteligência permitiram conforme depoimento que prestei neste plenário no meu retorno.

Recebo, portanto a minha eleição para o Conselho da República pelo Senado Federal, não só com o sentimento de honra e por que não dizer orgulho, mas, sobretudo, com muito senso da responsabilidade assumida, em face da possibilidade de ser chamado a opinar sobre assuntos da mais alta relevância institucional da Nação.

Desejo, afiançar aos meus pares, que se o conselho for chamado a se pronunciar sobre os assuntos que a Constituição Federal impõe sua decisão, saberei vir buscar junto aos integrantes desta Casa suas valiosas opiniões e posições, para que eu possa juntar da melhor maneira possível os argumentos que deverão fundamentar minhas posições.

Sem me considerar, repito, melhor do que ninguém nesta egrégia Casa, nem personalidade de destaque na República, ao agradecer a confiança dos eminentes Srs. Senadores, reafirmo que cumprirei com honra e dignidade o mandato que generosamente, me foi outorgado, já que me sinto preparado exatamente por ter completado minha experiência política neste Senado Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacelar.

O SR. RUY BACELAR (PMDB - BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores meu propósito ao assomar a esta tribuna é o de somar minha voz à de todos os baianos e nordestinos, que defendem, veementemente, junto ao Poder Executivo, em especial ao Sr. Presidente da Petrobrás, a permanência do Essal, Escritório de Salvador, da Petrobrás, impedindo que o Nordeste e o Norte do Brasil sejam mais uma vez discriminados.

Primeiro, as primeiras coisas, como dizem os ingleses, esclareço que a Petrobrás, mantém, em diversas Unidades da Federação, escritórios que prestam serviços a muitas de suas unidades. Eles atuam nas áreas financeiras, de compra de materiais, inspeção de fabricação, desembaraço alfandegário, serviço de pessoal, treinamento, assistência médica e social, e outros mais.

Desde meados do primeiro semestre do corrente ano de 1990, o Serplan, Serviço de Planejamento da Petrobrás, a pedido da Diretoria Executiva, está estudando a racionalização das atividades de apoio do Essal, que não se limitam à Bahia, mas se estendem às regiões Norte e Nordeste, e ao Espal, Escritório de São Paulo. Os estudos contemplavam duas alternativas: fortalecimento dos escritórios ou sua extinção.

Até há pouco tempo as notícias eram de que os estudos técnicos apontavam para a solução de fortalecimento. Soube recentemente, Sr. Presidente, que nenhuma das duas alternativas está por ser adotada, tendo o Serplan optado pelo fechamento do Essal e pela manutenção do Espal; um dos argumentos em favor desta salomônica solução é o declínio da produção de petróleo na Bahia.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, sem qualquer opinião preconcebida de representante, neste Senado, do Estado da Bahia, afirmo, sem medo de errar, que a análise do esforço de racionalização dos trabalhos na Petrobrás levamos à conclusão no sentido contrário: no sentido da manutenção do Essal.

Apresento, para tanto, os seguintes argumentos:

Primeiro: a sede da RPBA, Região de Produção da Bahia, por decisão da Diretoria da Petrobrás, está com seu deslocamento previsto para Candeias, no interior. Não há, assim, Unidade da Petrobrás em Salvador com condições de assumir as atividades do Essal.

Segundo: a diluição das atividades do Essal entre os órgãos locais geraria um aumento dos custos. Uma vez que a soma dos recursos a serem acrescidos em cada órgão suplantaria os disponíveis atualmente no Essal.

Terceiro: os órgãos situados na Pituba (Divisão Regional de Processamento de Dados da Bahia, Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Norte/Nordeste, Coordenadoria Regional de Telecomunicações II, Divisão Jurídica da Bahia e, em breve, o Distrito de Exploração da Bahia), dependem integralmente do apoio administrativo do Essal nas áreas de pessoal, financeira, compras, transportes, e outros. A extinção do Essal obrigaria à criação de outro órgão para executar tais serviços.

Quarto: a compra centralizada fortalece o poder de barganha da Petrobrás, possibilitando compras mais vantajosas. A extinção do Essal aumentaria a diluição das compras pelos órgãos locais, enfraquecendo esse poder, e deslocaria para São Paulo e Rio de Janeiro as compras das unidades da Petrobrás situadas em outros estados das regiões Norte e Nordeste.

Sr. Presidente, esses foram os argumentos que colecionei colocando-me estritamente do ponto de vista da Petrobrás, sociedade de economia mista que, por norma constitucional, temos o dever de defender. Relaciono agora os argumentos de defesa do Estado da Bahia que me cabe apresentar como seu representante, com muita honra para mim. Eles se apresentam sob a idéia geral de que o fechamento do Essal acarretará prejuízos à Bahia.

Em primeiro lugar, é certo que as compras para os órgãos situados nos outros estados do Norte e do Nordeste, que hoje são efetuadas pelo Essal, serão deslocadas para o Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, com conseqüentes perdas para a Bahia, tais como: diminuição do ICMS, fechamento de escritórios regionais ou filiais, ou ambos, redução de encomendas a fornecedores locais, afetando particularmente a área de caldeiraria e, conseqüentemente, agravando o desemprego no meu Estado.

Em segundo lugar, a manutenção do Escritório de São Paulo evidência que a existência de um escritório regional de apoio é plenamente justificável. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, o Espal e o Seace, Serviço Executivo da Administração Central, desempenham, respectivamente, tal papel.

Um terceiro argumento é o que em relação ao volume total de compras da Petrobrás, Essal e Espal realizam compras, aproximadamente, da mesma ordem de grandeza: 5% e 9% respectivamente.

Como dois últimos argumentos, lembro que fatalmente o fechamento do Escritório de Salvador levará a uma grande diminuição do prestígio da Bahia junto à administração central da Petrobrás, e que o tratamento diferenciado entre o Espal e o Essal mostra mais uma discriminação para com o Nordeste, particularmente contra a Bahia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando, por volta de 1980, a Petrobrás também havia, decidido a extinção do escritório. Uma análise da iminente perda de arrecadação de impostos e dos prejuízos para o mercado local levou as autoridades de então a intervir politicamente, conseguindo a permanência do Essal. Quero crer que se o bom senso prevaleceu naquela ocasião também agora prevalecerá, sobretudo se se levar em conta que é inconsistente a argumentação de que a área de produção da Bahia está em declínio: isso não pode servir de justificativa para o fechamento do Essal, uma vez que ele compra material para quatro regiões de produção: Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, e Amazonas; e que as três últimas estão em franco crescimento, sendo a Bahia, Rio Grande do Norte/Ceará a segunda maior produtora de petróleo do Brasil. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON (PMDB — ES, Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, os últimos tempos do Governo Sarney, que deixou uma marca indelével em nossa História pelos avanços democráticos e pelo espírito liberal, viram-se obscurecidos pela crise econômica e pela radicalizada sucessão presidencial. Tanto a crise econômica quanto a sucessão constituiu, diga-se de passagem, novos testes para o sentimento de tolerância e

para o amor à democracia dos que então dirigiam o País. E uma vez mais o Presidente José Sarney e sua equipe souberam demonstrar a competência política com que conduziram todo o processo de transição de um regime autoritário para um sistema democrático como talvez nunca tenha este País vivido no passado.

No entanto, a nuvem de poeira levantada na fase final de governo alcançou tais dimensões que freqüentemente nos impediu de vislumbrar como deveríamos a obra administrativa que se desenvolvia de forma silenciosa e laboriosa. Esses trabalhos se desenvolviam em praticamente todas as esferas de governo, mas, por esse viés que reconhecidamente trago durante toda a minha vida parlamentar, desejo dar especial ênfase ao que se fez na área da educação.

Era então Ministro da Educação essa figura ímpar que é o Deputado Carlos Sant'Anna. Conhecido pela cultura e pela fineza de trato, que o tornam um verdadeiro patricio, Sant'Anna já fora Secretário de Estado na Bahia, Deputado Estadual, Deputado Federal, Ministro de Estado da Saúde escolhido por Tancredo Neves. Desincompatibilizou-se dessa pasta para concorrer a reeleição para a Câmara Federal, onde seria o Líder do Governo Sarney. Revelou então seu imenso talento de articulador, obtendo uma sucessão de vitórias. Encerrada essa missão, com a promulgação da Constituição Cidadã de outubro de 1988, foi convidado pelo Presidente da República para retornar ao ministério, desta vez na pasta da Educação. Não lhe era uma área estranha muito pelo contrário: fora por longos anos Secretário da Educação em seu estado e vinha de uma brilhante carreira acadêmica como professor de medicina. Estava, portanto, extremamente aparelhado para essa nova missão que recebia.

Nessa gestão, Carlos Sant'Anna fez da busca da qualidade do ensino sua meta maior. Recordemos que o sistema educacional brasileiro, em particular o ensino superior — ainda a principal esfera de administração direta do Governo Federal — vinha, então, como vêm até agora, sofrendo violentas críticas que dizem respeito à sua qualidade. E essa questão, na nova Carta cujos princípios passavam a orientar toda a administração brasileira, está registrada não só como uma das metas do Plano Nacional de Educação — exigência também por ela feita — mas também como um dos prin-

cípios fundamentais a ditar a forma de desenvolvimento do ensino. Com efeito, nesse capítulo da Constituição, de cuja elaboração muito me orgulho de ter participado assiduamente, exige-se a garantia de padrão de qualidade.

Posso listar aqui apenas algumas das muitas iniciativas tomadas por Sant'Anna no sentido da busca da qualidade no ensino brasileiro. É o caso, por exemplo, do Fiped, o Programa de Formação Interdisciplinar para Pesquisa e Desenvolvimento, instituído pela Portaria Ministerial nº 291, de 9 de maio de 1989, destinada a apoiar ações que contribuam para a melhoria do ensino de graduação nas instituições de nível superior. Dentro desse programa surgem as mais variadas ações, desde garantir que os alunos consigam chegar até o estágio de experimentação em campo até promover reestruturações curriculares que possibilitem estágios em empresas sob orientação permanente de professores. Outro exemplo seria o Proninfe, o Programa Nacional de Informática Educativa, para desenvolver a utilização de tecnologias de informática no ensino fundamental, médio e interior. Em outras palavras, é levar o computador até a escola, promovendo um verdadeiro trabalho de alfabetização em informática e levando ao ensino o progresso trazido por essa via. Seria possível destacar ainda o Pedagogium, projeto destinado a valorizar a memória da educação no País, integrando-a a uma antevisão do futuro. Daí decorreu a criação de um verdadeiro centro de referência de memória educacional brasileira, centrada no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, o INEP.

Destaco, ainda, alguns programas que apresentaram notável sentido de inovação e que mereceram implementação justamente na gestão do Ministro Carlos Sant'Anna. Estaria nesse caso o programa educacional em áreas de fronteira, relevante num país com realidade geográfica como a brasileira, de dimensões continentais e enorme extensão de fronteiras, com mais de 16 mil quilômetros. Decidiu-se partir também para um programa de educação ambiental, reconhecendo-se que a proteção do meio ambiente é condição fundamental para qualquer política de desenvolvimento, bem como um dos principais problemas a ser equacionado na próxima década. Basta ver a onda que se levantou contra nosso País, quase sempre injustamente, a partir de preconceitos

nutridos no exterior. O programa, que integrou nos currículos da pré-escola e do ensino fundamental conteúdos referentes à ecologia, dará aos cidadãos brasileiros o instrumental necessário para compreender os verdadeiros problemas do meio ambiente e lutar em sua defesa.

Também se deve ao Ministro Carlos Sant'Anna projetos visando ao desenvolvimento de alternativas pedagógicas voltadas para a superação das dificuldades do processo de alfabetização. Sabemos que esta é uma das principais manchas na cidadania de nosso País; enquanto outras nações consideram funcionalmente analfabetos os que não sabem manipular corretamente um computador, aqui permanece na faixa dos 30 por cento da população o número dos que mal sabem assinar o nome, mas nem isso. Esse programa voltava-se para superar os obstáculos encontrados pelos participantes do processo pedagógico, nem sempre preparados ou treinados especificamente para essa finalidade, no momento de se partir para a alfabetização.

Aplicou-se, também, o Ministério da Educação em ações objetivando incorporar crianças e adolescentes com necessidades especiais ao ensino regular. São crianças e jovens que, em função de despreparo anterior — a chamada "carência cultural" — ou deficiências físicas e mentais, não tinham então condições para acompanhar o ensino regular. Tratou-se, então, em um delicado processo, de se garantir a eles suporte para isso. Da mesma forma, providenciou-se para que a educação física deixasse de ser mera rubrica nos currículos escolares, frequentemente esquecida por não haver condições a sua prática. Ela passou assim a incorporar-se como uma prática real e efetiva.

O que talvez tenha sido uma das principais marcas não só da gestão do Ministro Carlos Sant'Anna, mas de todo o Governo Sarney no ensino fundamental foi a assistência ao estudante. Carlos Sant'Anna acentuou o esforço já marcante de seus antecessores por assegurar a extensão da merenda escolar, do livro didático e do material escolar à totalidade da clientela do ensino fundamental. Sua meta — e se chegou perto dela, o que muitos julgavam impossível — era garantir que todo estudante brasileiro na faixa do ensino fundamental tivesse alimentação na escola, livros para estudar e material didático para acompanhar as atividades de

aula. Afinal, a assistência ao estudante constitui-se em um suporte básico à qualificação do ensino e à universalização do atendimento escolar.

No início do Governo Sarney eram 24,7 milhões os alunos matriculados no ensino fundamental, assim como 1,5 milhão frequentavam escolas superiores. Ao final da gestão do Ministro Carlos Sant'Anna e da administração Sarney as estimativas apontam um número superior a 28 milhões de matrículas no primeiro grau, assim como um acréscimo também no número de estudantes universitários. É extremamente positivo pensar que, de alguma forma, garantiu-se também a esse número ampliado de jovens, além de mais escolas, melhores escolas.

Uma atenção especial foi dada, enfim, ao ensino médio profissionalizante. Esse grau de ensino exige condições capazes de torná-lo adequado ao dinamismo do sistema produtivo. Ao incorporar os constantes avanços tecnológicos, o País real demanda técnicos bem qualificados, capazes de desempenhar funções cada vez mais complexas. Em 1986 o Governo Sarney já lançara o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, o PROTEC, com o objetivo justamente de elevar o padrão de desempenho das escolas técnicas e de implantar, com os estados e municípios, algumas centenas de novas unidades de ensino da área profissionalizante.

As pressões de natureza financeira, geradas pela própria crise econômica que se abateu sobre o País, lamentavelmente impediram a consecução de todas essas metas. No entanto, sucessivos ministros deram algum impulso ao Protec e particularmente Carlos Sant'Anna nele se empenhou. Feitas as contas, o balanço é altamente positivo: entre obras concluídas, equipamentos instalados, implantação de escolas e início de obras, podem-se contabilizar nada menos do que 135 escolas merecendo algum grau de apoio do Governo Federal.

São esses apenas alguns dos trabalhos que os brasileiros ficam a dever ao Ministro Carlos Sant'Anna por sua profícua, embora breve, gestão à frente do Ministério da Educação. Mais do que ninguém Sant'Anna teve sensibilidade para reconhecer as carências do sistema educacional brasileiro e disposição para enfrentá-las. Fe-lo com coragem e não poucas vezes terminou injustiçado por aqueles mesmos que seriam os princi-

pais beneficiários de seu esforço. A educação brasileira, porém, fica a dever ao Ministro Carlos Sant'Anna o reconhecimento que já se começa a mostrar e de que eu quero ser, aqui, um dos porta-vozes. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

Votação, em turno único, do Requerimento nº 381, de 1990, de autoria do Senador Almir Gabriel, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 248, de 1989, e 12, de 1990, com o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1989, que dispõem sobre a admissão e sobre o trabalho de portadores de deficiência física na administração pública, e dá outras providências.

- 2 -

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 49, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que autoriza a desafetação de domínio do bem de uso comum do povo, situado na Região Administrativa do Gama — Distrito Federal, anexo ao lote designado por AE-EQ 2/4 — Setor Oeste e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 309, de 1990, da Comissão

— do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE Nº 231, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que estabelece o § 2º do artigo 57 do Regulamento do Prodasen, aprovado pelo Ato nº 19, de 1976, da Comissão Diretora, resolve nomear Kleber Gomes Ferreira Lima, Analista Legislativo, área de especialização

de Análise de Sistemas, do Quadro Permanente do Prodasen, para exercer o emprego em comissão, Código SF-DAS-101.4, de Diretor da Coordenação de Informática — COI, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN.

Senado Federal, 12 de novembro de 1990. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 232, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 11.384/90-5, resolve retificar o Ato do Presidente nº 20, de 1989, publicado no DCN, Seção II, de 17-2-89 e republicado no DCN, Seção II, de 18-3-89, para alterar a data da vigência da contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, da Senhora Stela Siqueira Campos, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, para 1º de fevereiro de 1989, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Moisés Abrão Neto.

Senado Federal, 13 de novembro de 1990. — Senador Alexandre Costa, Segundo Vice-Presidente no exercício da Presidência.

ATO DO PRESIDENTE Nº 233, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do processo nº 13.833/90-1 resolve rescindir o contrato de trabalho do Senhor Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento, Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Hydeckel Freitas, contratado sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a partir de 7 de novembro de 1990.

Senado Federal, 13 de novembro de 1990. — Senador Alexandre Costa, Segundo Vice-Presidente no exercício da Presidência.

ATO DO PRESIDENTE Nº 234, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 13.049/90-9, resolve alterar o Ato desta Presidência nº 156, de 1985, publicado no DCN, Seção II, de 27-8-85, para manter aposentada a servidora Silvia de Passos, no cargo de Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 521, inciso I, combinado com os artigos 515, inciso II, 516, inciso I e 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem como o disposto na Resolução SF nº 21, de 1980, a partir de 23 de outubro de 1990, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal,

Senado Federal, 13 de novembro de 1990. — Senador Iram Saraiva Primeiro-vice-Presidente no Exercício da Presidência

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

17ª REUNIÃO ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 17 DE
OUTUBRO DE 1990

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa, às 10:30 horas, reuniu-se ordinariamente o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas-IPC, em sua sede, situada no anexo I da Câmara dos Deputados, 25º andar, sob a presidência do Senador Chagas Rodrigues, com a presença dos senhores Conselheiros Senadores Afonso Sancho, Afonso Camargo, Jamil Haddad, dos Senhores Deputados Alvaro Valle, Cid Carvalho, Carlos Benevides e do Doutor Henrique Lima Santos. Havendo número legal, o Presidente iniciou os trabalhos, determinando ao Secretário a leitura da Ata da Reunião anterior, o que foi feito. Após a leitura, a Ata foi discutida e posteriormente aprovada sem restrições. Em seguida o Presidente apresentou ao Conselho três Projetos de Resolução, o primeiro dispondo sobre a extinção de cargo no quadro de servidores do IPC e atualização da gratificação dos seus servidores; o segundo, dispondo sobre o Auxílio-Funeral e o terceiro, dispondo sobre o Auxílio-Doença. Submetidos esses Pro-

jetos de Resolução em discussão e votação, foram todos aprovados por unanimidade, tornando os números 23/90, 24/90 e 25/90, respectivamente, que serão publicadas à parte. Em seguida foram apreciados e aprovados os seguintes processos: 1 - de concessão de pensão - relatados pelo Conselheiro Deputado Carlos Benevides os processos de Luiz do Nascimento (1453/90), Carlos do Carmo Moreira (1509/90), Eduardo Rui Barbosa (1518/90), Antonio Tibery Costa (1526/90), Alberto Luiz Brasanini (1551/90), Thilma Barros Krieger (1571/90), Amaury Lopes da Silva (1575/90), José Pereira Caputo (1582/90), Angéla Bocayuva Couto (1591/90), Francisco de Assis Dória de Araújo (1625/90), Fernando Marques (1616/90), Edson Corrêa Khair (1552/90), Ruth de Souza Silveira Jobim (346/90), Gilson Pinto Botelho (1573/90), Marieta Prado Leite/Maria Auxiliadora P. Leite (997/90) e Antonio Augusto Gentil Cabral (1560); 2 - de integralização de carência - relatado pelo Conselheiro Deputado Carlos Benevides o processo de Manoel Pompeu Filho (1601/90); 3 - de atualização de pensão - relatado pelo Conselheiro Deputado Carlos Benevides o processo de Glória Maria Felipe dos Santos Caruso (1558/90); 4 - de averbação de mandato - relatado pelo Conselheiro Deputado Carlos Benevides o processo de José Peixoto Filho (1394/90); 5 - de cancelamento de inscrição os processos de Antonio Olímpio de Assis Henrique (1646/90), Carlos Alberto Bastos de Macedo (1645/90), Hildeu Batista (1649/90), Lília Fernandes Inneco (1644/90),

Magaly de Melo Rabelo Toledo (1642/90), Maria Lucia Prado Aguiar (1651/90), Paulo Sergio Lorenzoni (1650/90), Sirley Almeida da Silva (1641/90), Terezinha Goreti Rodrigues dos Santos (1652/90), Valtér Marcos de Brito (1656/90), Iva Vieira dos Santos (1623/90), Gilberto Pedrosa dos Santos (1635/90), Helinda Selma Barbosa da Rocha (1630/90), Jaqueline Gomes da Silva Fonteles (1636/90), Julio Werner Pedrosa (1629/90), Jozima Violarinho de Almeida (1624/90), Paulo de Tarso Brasiliense (1634/90), Sandra Maria Soares de Carvalho (1628/90), Alexandre Machado Vasconcelos (1663/90), Clovis Jerônimo de Sousa (1679/90), Julio Ricardo Borges Linhares (1680/90), Lívia Pedrosa de Almeida (1673/90), Luiz Carlos Ferreira (1668/90) e Paulo de Tarso Vieira (1677/90). Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião às doze horas. E, para constar, eu, Raymundo Urbano, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Chagas Rodrigues, Henrique Lima Santos, Jamil Haddad, Afonso Camargo, Alvaro Valle, Cid Carvalho, Carlos Benevides.

RESOLUÇÃO Nº 26/90

Atualiza os valores das pensões concedidas pelo Instituto de Previdência dos Congressistas-IPC, aos seus segurados obrigatórios, aos seus segurados facultativos e aos seus respectivos beneficiários e dá outras providências.

O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas-IPC, de acordo com o art. 43 da Lei nº 7.087/82, alterado pelo art. 1º da Lei nº 7.586/87, considerando as disposições do Decreto Legislativo nº 72, de 1º de dezembro de 1988, e, nos termos da Medida Provisória nº 247, de 17 de outubro de 1990, da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de outubro de 1990, resolve:

Art. 1º sobre os valores das pensões concedidas pelo Instituto de Previdência dos Congressistas-IPC, vigentes no mês de setembro aos seus segurados obrigatórios, aos seus segurados facultativos e aos seus respectivos beneficiários, será concedido um reajuste de 30% (trinta por cento), a partir de 1º de outubro de 1990.

Art. 2º Os atuais valores das pensões concedidas pelo IPC aos seus segurados obrigatórios, aos seus segurados facultativos e aos seus respectivos beneficiários, serão reajustados automaticamente, nas mesmas épocas e nas mesmas bases estabelecidas para o reajustamento geral deferido ao funcionalismo civil da União.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de outubro de 1990. — Chagas Rodrigues (ilegíveis)